



editora ifg

á.


ÁGORA

COLEÇÃO
CIENTÍFICA

CAPITAL- IMPERIALISMO EM CRISE

VOZES DA PERIFERIA

MARCELO LIRA SILVA
ORGANIZADOR



ESTA OBRA CONSOLIDA OS
ESFORÇOS DE ANÁLISES E
DISCUSSÕES QUE SE
REPRODUZIRAM NOS
MARCOS DO I SEMINÁRIO
NACIONAL ÉTICA E
POLÍTICA EMANCIPATÓRIA:
O BRASIL DO SÉCULO XXI,
realizado no Instituto
Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de
Goiás/Câmpus Goiânia,
entre os dias 27 e 31 de
maio de 2019, sob
organização do Núcleo de
Estudos e Pesquisas
Avançadas – Ética e Política
Emancipatória
(NEPA-EPE). A iniciativa
contou com a participação
de importantes
professores-pesquisadores
de universidades públicas e
institutos federais de vários
estados brasileiros.
Imbuídos da importância e
da necessidade de discussão
crítica, como forma de
compreender os fenômenos
sociais em seu processo
histórico, com sua riqueza
de complexidade e
determinações, os textos
tratam de várias dimensões
da totalidade histórica
brasileira das últimas
décadas, com especial



 editora ifg

á.

ÁGORA

COLEÇÃO
CIENTÍFICA

CAPITAL- IMPERIALISMO EM CRISE

VOZES DA PERIFERIA

MARCELO LIRA SILVA
ORGANIZADOR



editora ifg

á.

ÁGORA

COLEÇÃO
CIENTÍFICA

CAPITAL- IMPERIALISMO EM CRISE

VOZES DA PERIFERIA

MARCELO LIRA SILVA
ORGANIZADOR

ISBN 978-85-67022-42-0

© 2020 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Goiás. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

C244	<p>Capital-imperialismo em crise: vozes da periferia/Organizada por Marcelo Lira Silva. - Goiânia: Editora IFG, 2021.</p> <p>208p.: il. (Coleção Ágora)</p> <p>ISBN 978-65-990897-9-4 (digital) ISBN 978-85-67022-42-0 (impresso)</p> <p>1. Autocracia burguesa. 2. Contra revolução preventiva. 3. Revoluções passivas.</p> <p>I. Silva, Marcelo Lira, (org.). II. Título. III. Coleção.</p> <p style="text-align: right;">CDD 321.9</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu – Bibliotecária-documentalista - CRB1/1604</p>	

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Editora IFG

Avenida C-198, Qd. 500, Jardim América

Goiânia/GO | CEP. 74270-040

(62) 3237-1816

editora@ifg.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO 11

CAPITALISMO EM CRISE

1. REVOLUÇÕES PASSIVAS E HEGEMONIA DÉBIL NA AMÉRICA LATINA 19

MARCOS DEL ROIO

2. CRISE EM LABIRINTO: A DISTOPIA DO CAPITALISMO REGULADO E ILIMITADO 33

TIAGO CAMARINHA LOPES

3. CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL, IDEOLOGIA COLONIAL E FASCISMO 47

GIOVANNI FRESU

4. ANDERS E L'ULTIMO LUKÁCS 63

ANTONINO INFRANCA

A CRISE BRASILEIRA

5. TEMPOS DE INCERTEZA: DA DEMOCRACIA RESTRITA “ESCLARECIDA” À CONTRARREVOLUÇÃO PREVENTIVA 79

MARCELO LIRA SILVA

6. ENSINO INTEGRADO: OS INSTITUTOS FEDERAIS E AS CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS 137

DERMEVAL SAVIANI

7. INFLEXÕES E DESCAMINHOS NA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA	153
PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE	
8. MUDANÇAS POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS NA CRISE DA NOVA REPÚBLICA: RUMO A UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA	179
DAVID MACIEL	
SOBRE OS AUTORES	199

APRESENTAÇÃO



ANTONIO BERNI. *MANIFESTACIÓN*, 1934. *TEMPLE SOBRE ARPILLERA*, 180 X 249,5 CM

Manifestación (1934) é uma obra criada a partir da técnica *temple* sobre *arpillera* (180 x 249,5), exposta no Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires (MALBA). Trata-se de uma das obras fundadoras do Novo Realismo e, portanto, pode-se observar as representações ética e estética que orientam o trabalho do argentino Antonio Berni (1905-1981). Pode-se dizer que Berni inaugurou uma concepção crítica, a partir da qual rejeita determinado tipo de modernismo – fundamentado em princípios especulativos, tanto acerca da forma quanto do conteúdo da arte, na medida em que tanto um quanto o outro se encontravam cindidos da realidade social. Assim, na contramão de uma arte ensimesmada, Berni propunha uma arte capaz de estabelecer permanente diálogo, debate e discussão com a realidade social, como forma de captar e representar sua dinâmica, movimento, contradições e conflitos. Assim, forma e conteúdo

constituem uma unidade de contrários complexa e indivisa. Talvez, a definição mais adequada da obra de arte seja aquela apresentada por Hegel (1997)¹, quando, referindo-se a Homero, afirmava que o estilo de trabalho levava ao entendimento – multiplicidade de intenções.

[...] Aqui tudo respira vida: o mínimo ponto, todas as formas, todos os movimentos, todos os membros. Aqui nada é insignificante e inexpressivo, tudo é ativo e eficaz, e, por qualquer lado que consideremos a obra de arte, percebemos o impulso e as pulsações da vida livre, de uma vida que é a vida de um *Todo*, a expressão de um só conteúdo, de uma só individualidade, de uma só ação. (HEGEL, 1997, p.07).

Nota-se que a obra expressa influências de David Alfaro Siqueiros (1896-1974), particularmente na sugestão de grandes formatos e utilização de notas fotográficas, como forma de realização de uma pintura em massa. A originalidade de Berni encontra-se em substituir as grandes paredes exteriores por enormes suportes de estopa, de tal forma a criar uma pintura mural transportável, viva e dinâmica. Trata-se de (re)estabelecer os fios da história, bem como constituir mediações éticas e estéticas, como forma de compreensão e entendimento do cotidiano e das contradições produzidas na e pela sociabilidade burguesa.

Nesse sentido, Berni afirmava uma estética, na e a partir da qual a arte, necessariamente, articulava-se às questões fundamentais do tempo histórico, como forma de representação, subjetiva e objetiva, do espírito da época (*zeitgeist*). Assim, buscou representar em sua obra os conflitos e as contradições, bem como as possibilidades e alternativas em curso, em um tempo histórico marcado por profundas mudanças e transformações. Tratava-se de um período histórico em que se confrontavam a sociabilidade burguesa – suas representações ideológicas, tanto na forma do liberalismo quanto do nazifascismo – com a emergência do projeto de construção de um novo homem e, portanto,

¹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Curso de Estética: o sistema das artes*. Trad. Álvaro Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

de uma nova sociabilidade – animados pelos princípios e representações que ecoavam da Revolução Russa de 1917.

Pode-se dizer que o artista pintou um cenário de “equilíbrio castrófico” que, para além da luta pela consciência, manifestou-se e materializou-se com: as duas grandes guerras mundiais; a ascensão e decadência do nazifascismo; a Grande Depressão de 1929; o bombardeamento atômico de Hiroshima (1945) e Nagasaki (1945), pelos Estados Unidos da América; a emergência e consolidação do Império Estadunidense; a lógica e o desdobramento da chamada Guerra Fria.

Assim, *Manifestación* captou o *zeitgeist* no modo como Berni criou figuras em *close-ups* que se sucedem e constituem uma multidão absorvida pelas contradições da modernidade. Porém, diferentemente da ideologia da psicologia de massas difundida à época, Berni constituiu nesta obra uma relação permanente entre singular-particular-universal, cujas cabeças projetadas expressam as individualidades de integrantes de uma classe trabalhadora heterogênea e multiétnica, que intervém na realidade a partir da greve e das manifestações e, portanto, que convulsionam a realidade de forma organizada e desorganizada, espontânea e orgânica. Assim, as expressões faciais sugerem e representam, por um lado, figuras pensativas, algumas com olhares longínquos; por outro, olhares que refletem o chamado a rebelar-se. Melancolia e raiva misturam-se e distinguem-se, como forma de questionar o papel e a função dos intelectuais orgânicos na sociedade, particularmente em um cenário de barbárie e luta de classes aberta.

A escolha de *Manifestación* para a capa deste livro traduz e representa os sentimentos, significados e inquietações dos autores que refletem sobre o *zeitgeist*, a partir de uma América Latina em luta permanente, para libertar-se das opressões historicamente impostas pelo capital-imperialismo aos povos latino-americanos. Tratam-se de reflexões que partem do Brasil, em um cenário de luta de classes aberta, na qual se expressa uma luta de vida e morte, com resultados incertos e inesperados. Todavia, poderia dialogar com a realidade de todos os países da América Latina. Todos os textos foram produzidos no segundo semestre de 2019.

Capital-imperialismo em crise: vozes da periferia é uma obra coletiva que representa os anseios, as tensões e as angústias de intelectuais forjados no âmbito das organizações autônomas da classe trabalhadora. Em um cenário explícito de regressão cultural, com o avanço do fascismo e da lógica do (neo)colonialismo, os autores questionam os rumos da humanidade e o papel que a classe trabalhadora pode e deve desempenhar em face do “novo” mundo aberto com o século XXI.

MARCELO LIRA SILVA

PROFESSOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS/CÂMPUS GOIÂNIA

PREFÁCIO

A presente obra consolida os esforços de análises e discussões que se reproduziram nos marcos do I Seminário Nacional Ética e Política Emancipatória: o Brasil do século XXI, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Câmpus Goiânia, entre os dias 27 e 31 de maio de 2019, sob organização do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas Ética e Política Emancipatória (NEPA-EPE). A iniciativa contou com a participação de importantes professores-pesquisadores de universidades públicas e institutos federais de vários estados brasileiros.

Imbuídos da importância e da necessidade de discussão crítica, como forma de compreender os fenômenos sociais em seu processo histórico, com sua riqueza de complexidade e determinações, os textos tratam de várias dimensões da totalidade histórica brasileira das últimas décadas, com especial atenção para os desdobramentos políticos do Golpe de Estado jurídico-parlamentar de 2016, a partir do qual se depôs Dilma Rousseff. Os autores buscaram compreender tanto o Golpe de Estado quanto sua articulação com a crise estrutural do capital, na medida em que os interesses imediatos da fração financeira da burguesia internamente instalada materializaram-se sob a forma de ataque aos direitos sociais e trabalhistas, historicamente conquistados pelo conjunto do proletariado.

Assim, as formulações de Marcos Del Roio procuram compreender o processo de objetivação do capitalismo na América Latina, a partir de uma chave de leitura gramsciana. Em diálogo com outras análises que reivindicam a mesma tradição dentro do marxismo, Del Roio propõe que o conceito de revolução passiva só seria factível como instrumental analítico no período que vai de 1930 a 1980 – observadas as particularidades históricas dos diversos Estados nacionais. Segundo o autor de *Revoluções passivas e hegemonia débil na América Latina*, os governos de conteúdo neoliberal poderiam ser caracterizados como processos de contrarrevolução

burguesa – o que os distanciaria de possíveis formas de revolução passiva. Nesse sentido, o autor argumentara que mesmo durante os governos identificados genericamente como de esquerda ou centro-esquerda, sobretudo na década de 2000, não teria havido uma ruptura com os fundamentos neoliberais e de financeirização da política econômica. Assim, mesmo que tenham implementado projetos fundamentados num “reformismo fraco”, não se aproximariam do conceito de revolução passiva. Ao mesmo tempo, apontara para a inutilidade do conceito de “populismo”, para definir e caracterizar o fenômeno social em curso na América Latina.

Tiago Camarinha Lopes, com o trabalho *Crise em labirinto: a distopia do capitalismo regulado e ilimitado* apresentou os elementos fundamentais à compreensão da reprodução econômica das últimas três décadas. Fundamentado na argumentação marxista sobre o caráter essencialmente endógeno da crise no modo de produção capitalista, Lopes afirmou que o conceito de “crise” não pode ser entendido como um momento passageiro de queda da atividade econômica, tal como apontam as superficiais análises dos economistas da ordem. Pelo contrário, ao propor que a crise é imanente ao capitalismo, indicou e analisou que os projetos reformistas possuem e expressam um caráter “distópico”, permeados de contradições que, por sua vez, contribuem à reprodução da própria ordem. Isso se reproduziria em formas de “controle social cada vez mais sutis”, em novas formas de “irracionalidades derivadas das forças produtivas”, aprofundando o controle do capital sobre a vida. Assim, as “reformas” econômicas, por mais que possam produzir efeitos sociais positivos, só fariam reproduzir, aprofundar e criar novas formas de contradições, cuja superação dependeria da ruptura com o “cotidiano alienante da cultura desumana do capital”.

Ao discutir as características históricas do fascismo, Giovanni Fresu – italiano radicado no Brasil –, apresentou o fenômeno como “resultado da tragédia e do colapso liberal”. Esse é o núcleo da argumentação em *Civilização ocidental, ideologia colonial e fascismo*. Assim, procurou argumentar que o fascismo teria sido a resposta da burguesia, diante do contexto de

crise do capital e de avanço da revolução mundial do proletariado, demarcado historicamente a partir da Revolução Russa/1917. Ao dilucidar suas características essenciais, o autor nos permite compreender que o fascismo poderia ser caracterizado e compreendido como um “produto histórico do colonialismo”; e, portanto, deveria ser definido como expressão própria da fase imperialista do capitalismo. Trata-se de uma crítica contundente às teses revisionistas que insistem em identificar fascismo e bolchevismo. Assim, emerge a questão da instrumentalização ideológica que o revisionismo histórico produziu, ao tentar forjar identidades artificiais entre formações socioculturais distintas, apresentando-as como semelhantes, de tal forma a forjar o conceito ideológico de totalitarismo.

Finalizando a primeira parte da Coletânea, têm-se a análise de Antonino Infranca, a partir da qual, com a erudição que lhe é peculiar, apresenta o diálogo teórico estabelecido entre os filósofos György Lukács e Günther Anders, iniciado em 1964 – *Anders e o último Lukács*¹. Reproduzido através da troca de correspondências, o debate teve como temática central a categoria estranhamento. Infranca apresenta uma exposição que busca compreender os núcleos decisivos das formulações lukacsianas, desde o momento em que essa discussão emergiu em sua incontornável *História e consciência de classe*, a partir da discussão das categorias: reificação e alienação, avançando ao longo do processo de amadurecimento intelectual do autor e de suas formulações em *Para uma ontologia do ser social*. Ao mesmo tempo, indica como Anders desenvolveu o tema, sobretudo em sua obra de maior relevância *Luomo è antiquato*. Assim, apresenta o debate entre os autores que, apesar de suas diferenças, “flui facilmente”, como mencionou Infranca. Os distanciamentos em relação à ontologia de Heidegger também estão presentes no debate. Trata-se da indicação da atualidade da discussão sobre as formas renovadas de desumanização, que sob a barbárie do capital são reproduzidas por diversas formas de estranhamento.

¹ O texto foi escrito em italiano e traduzido para o português pelo professor Marcelo Lira Silva.

Tempos de incertezas: da democracia restrita “esclarecida” à contrarrevolução preventiva, de Marcelo Lira Silva, abre a segunda parte da Coletânea. O autor se dedica a uma leitura pormenorizada do contexto histórico do Golpe de 2016, de tal forma a destacar suas articulações bem como a forma como o “bloco no poder” se constitui, se fragmenta em momentos de “crise de hegemonia” e busca se recompor. O pressuposto da leitura se fundamenta na análise de como as classes sociais se movimentam e se dinamizam, em luta permanente umas com as outras, a partir das frações que as constituem, como forma de captar as relações contraditórias intra e entre classes. Ao analisar o significado e o sentido do contexto histórico, procurou argumentar como o Golpe de Estado se desdobrou no contexto de crise do capital, de tal forma que a burguesia buscou reordenar sua articulação e seu poder político.

Dermeval Saviani, em *Ensino integrado: os Institutos Federais e as contrarreformas educacionais* apresenta uma análise crítica e acurada acerca dos conflitos e contradições, avanços e retrocessos que atravessam a história e a política da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. O autor analisa as reformas educacionais de diferentes governos, cotejando-as, de tal forma a apresentar ao leitor a dificuldade em se consolidar uma política educacional omnilateral e politécnica, capaz de integrar, em uma dimensão horizontal, o Ensino Médio ao Técnico, bem como em uma dimensão vertical, quando pensada em sua relação com cursos superiores. Tratar-se-ia de forjar um tipo particular de formação integrada, capaz de superar a histórica dualidade estrutural que atravessa o sistema educacional brasileiro. Assim sendo, destaca a importância do processo de criação, expansão e consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como seus avanços, limites e possibilidades. Encerra o instigante trabalho, analisando os sentidos e significados da contrarreforma do ensino médio, imposta pela política educacional do Golpe de Estado de 2016.

Em *Inflexões e descaminhos na política econômica brasileira*, Pedro Henrique Evangelista Duarte propôs a análise das políticas econômicas introduzidas no Brasil a partir de 1985, com o fim da Ditadura Civil-militar. Observou os problemas histórico-estruturais que condicionaram a particularidade brasileira, sua relação com os países centrais e a dependência que dela se reproduziu. Assim, argumenta que a política econômica neoliberal se desenvolveu no país a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Com os governos de Lula e Dilma, observam-se importantes avanços sociais, promovidos a partir de políticas de transferência de renda e investimentos em serviços, que possibilitaram uma diminuição nos índices de pobreza, mesmo que em termos estruturais estes governos tenham mantido os pilares do neoliberalismo. Já Bolsonaro representaria uma nova fase de aprofundamento das “políticas de cunho liberal”.

Mudanças políticas e institucionais na crise da Nova República: rumo a uma nova institucionalidade política, de David Maciel, encerra a Coletânea. O autor argumentara que as mudanças de tipo econômico-social, político e jurídico, adotadas nos últimos anos, modificaram o conteúdo da institucionalidade, favorecendo os elementos autoritários e fascistas no interior da autocracia burguesa, em detrimento dos elementos democráticos, de modo a tornar a legalidade democrática vigente restrita, amputada e esvaziada.

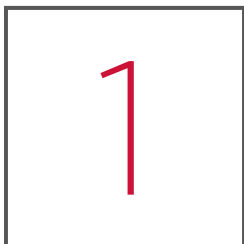
Com esta obra, o público tem acesso a um rico material, com análises instigantes e polêmicas sobre os últimos 30 anos do desenvolvimento histórico brasileiro, como todo bom livro que aborde a temática deve propor. Uma boa leitura!

ANDERSON DEO

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/CÂMPUS MARÍLIA

PARTE 1

**CAPITALISMO EM
CRISE**



REVOLUÇÕES PASSIVAS E HEGEMONIA DÉBIL NA AMÉRICA LATINA

MARCOS DEL ROIO

Gramsci e as revoluções passivas

Recentemente, os estudiosos de Gramsci têm utilizado a categoria “revolução passiva” para explicar processos históricos ocorridos na América Latina. A hipótese de trabalho apresentada segue em outra direção e sugere que revoluções passivas ocorreram no continente entre 1930 e 1980, aproximadamente; por outro lado, a fase que talvez possa ser chamada de neoliberal não comportaria essa qualificação. Assim como a categoria de populismo seria pouco útil, para o esclarecimento da realidade latino-americana.

Gramsci (1975), nos Cadernos do Cárcere (1929-1935) desenvolveu a categoria de revolução passiva, tendo como referência inicial a análise feita por Vincenzo Cuoco, sobre a revolução napolitana de 1799. Nesse evento histórico, a revolução eclodiu por conta da invasão das tropas de Napoleão, que contaram com o apoio dos jacobinos napolitanos. Esses, no entanto, não foram capazes de conduzir as massas populares contra as classes dominantes do reino, de modo que essas puderam arrefecer a dupla pressão: externa – vinda da França revolucionária; interna – espontânea e sem direção, como se apresentava no campesinato.

O processo localizado no espaço/tempo possibilitou que Gramsci encontrasse uma chave explicativa para todo o período do

Risorgimento italiano, que foi nos fatos o processo da Revolução Burguesa na Itália. Assim, pode-se entender o Risorgimento como um efeito reflexo da revolução francesa, se vista como processo histórico de longo prazo e de mudança orgânica, que se estendeu por cerca de 80 anos (1789 a 1871). Trata-se do processo histórico a partir do qual a burguesia conduziu o povo contra a nobreza feudal, até quando o proletariado se insurgiu contra a burguesia – estabelecia-se a hegemonia no bloco histórico.

Na Itália, os influxos da revolução francesa, em suas diversas fases, enfraqueceram a Igreja e reforçaram os ideais de unidade nacional, mas também geraram uma efervescência popular. Em 1870, com a queda de Roma se completava a unificação da Itália, ao modo de uma conquista vitoriosa do Piemonte – estendeu-se a monarquia liberal, como forma de governo do novo Estado. Os liberais moderados conduziram o processo e submeteram o Partito d’Azione ao seu projeto. Percebe-se, então, que a pressão externa vinda da revolução francesa, somada à insuficiente pressão popular interna, obrigou as classes dominantes da Itália a se reorganizar, extirpando setores reacionários ligados à Igreja e incorporando demandas das massas populares, por meio de seus intelectuais e dirigentes políticos, num processo chamado de “transformismo”.

A revolução passiva foi a forma seguida pela Itália para ingressar no capitalismo. Tratou-se de uma revolução sem revolução, sem momento jacobino, ou se quiser, uma revolução restauração que recompôs o poder da classe dominante, em sentido antijacobino e que forjou a aliança entre a burguesia em ascensão e as frações das velhas oligarquias. A revolução passiva não significou revolução pacífica, significou revolução induzida por circunstâncias internacionais que provocaram alterações nas relações sociais internas, sem que houvesse uma força disruptiva jacobina capaz de inverter as relações entre as classes, mas obrigaram os dominantes a se adequarem às novas condições. A revolução passiva só pode produzir uma hegemonia burguesa débil, com um governo representativo restrin- gido ou pelo apelo ao cesarismo.

Ao redor dos anos 60-70 do século XIX, Itália, Alemanha e Japão foram exemplos de revolução passiva. A relativa debilidade da hegemonia burguesa dificultou o ingresso desses países numa nova fase do capitalismo, conduzida pelo capital financeiro. A Guerra de 1914-1918 e, principalmente, a Revolução Socialista na Rússia, criaram uma situação internacional que obrigou as classes dominantes desses países a enveredar por uma nova revolução passiva, que reorganizou o capitalismo e a relação entre as classes. O impacto da Revolução Russa estimulou a insurgência do movimento operário. Porém, os movimentos insurretos não foram capazes de assumir o poder em seus países.

Assim, a análise de Gramsci se limita ao caso italiano, ao fascismo, mas reconhece a necessidade de se apreender a particularidade do regime italiano, frente a outros fascismos ou a outras revoluções passivas. Destaca, também, que desde a derrota da Revolução Socialista internacional e o isolamento da Rússia soviética em 1921, teve início uma “época de revoluções passivas”. A Itália parece ser o primeiro caso. Todavia, Gramsci analisou a possibilidade de o fordismo ter sido a base de uma revolução passiva nos Estados Unidos, onde o movimento operário havia sofrido uma grave derrota em torno de 1920. A derrota do movimento operário e popular precede a revolução passiva – o intento de readequação da classe dominante com vistas a fortalecer sua hegemonia.

A comparação entre Itália e Estados Unidos, entre diferentes revoluções passivas, era para que se visse a particularidade de cada uma delas. O fascismo era muito dependente do Estado, das forças repressivas e da persistência da tradição feudal religiosa, o que dificultava a implantação de novos processos de trabalho e contribuía para preservar o parasitismo social. O Americanismo, de sua parte, desencadeou a revolução passiva, a partir do processo produtivo com o que fortaleceu muito a hegemonia burguesa e sua capacidade expansiva. Pressupunha, no entanto, a existência de um Estado liberal, que prescindia de excesso repressivo e de uma massa de intelectuais orgânicos considerando que o senso comum puritano ajudava a disciplinar os trabalhadores (proibição do álcool e controle da sexualidade).

A grande crise capitalista de 1929-1933 impulsionou uma onda de revoluções passivas, mas também contribuiu para a instauração de ditaduras oligárquicas reacionárias em várias partes do mundo. Mais uma vez, aparece o desafio de se examinar a particularidade de cada processo, a fim de se evitarem generalizações simplistas. O nazismo, na Alemanha, foi uma revolução passiva que assumiu o poder, na sequência da derrota da classe operária, e instaurou uma ditadura genocida, mas que garantiu ampla base social para o domínio do capital financeiro. O chamado stalinismo também se implantou, na sequência da derrota da classe operária organizada nas fábricas e nos soviets, a fim de garantir a implantação do socialismo de Estado (uma forma não capitalista de acumulação do capital).

As revoluções passivas na América Latina

A pergunta que se pode fazer é: ocorreram revoluções passivas também nas regiões colonizadas pelo imperialismo? Parece razoável supor que alguns processos de “independência” possam ser vistos como revoluções passivas, tais como: Índia (1947), onde o capitalismo se desenvolveu com a manutenção da estratificação social por castas; África do Sul (1949), onde o capitalismo se desenvolveu com o regime de apartheid. Claro que ocorreram também revoluções populares, como nos casos: China, Coréia do Norte e Vietnam.

Contudo, a unidade/diversidade da América Latina apresenta um problema específico em relação a essa questão da revolução passiva, na época que se abre em 1921. Quais países passaram por esse processo? Qual a particularidade do grupo de países, considerando que nem todos passaram pelo processo de revolução passiva? Enfim, Gramsci é traduzível para a apreensão da realidade da América Latina?

O grupo de países que passou por uma revolução passiva, no século xx, está constituído por México, Cuba, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Todos tiveram a sua revolução burguesa ligada à crise capitalista global de 1929-1933 e ao fortalecimento do imperialismo dos Estados Unidos,

no continente, bem como ao aumento da pressão das camadas sociais subalternas sobre o Estado e as classes dominantes. As revoluções passivas na América Latina foram processos de ingresso no capitalismo, de ascensão da burguesia como classe dominante – classe desdobrada das oligarquias agrárias tradicionais. Assim, por analogia, foram revoluções passivas, como o Risorgimento italiano do século XIX, ainda que tenham incorporado elementos da segunda revolução passiva italiana, como o “corporativismo”.

De fato, essas transformações foram, também, contemporâneas do fascismo, uma revolução passiva de reordenação das classes dominantes no interior de um bloco histórico burguês, em direção à supremacia do capital financeiro imperialista, que também incidiu sobre a forma das revoluções passivas na América Latina. Contudo, não houve fascismo na América Latina, dado que as revoluções passivas reordenaram a dominação de classe e a dependência ante o imperialismo, algo muito diferente do fascismo, que reordenou a dominação de classe dentro do campo imperialista e conduziu à supremacia do capital financeiro. Uma revolução passiva pode conduzir a uma “hegemonia débil” ou pode mesmo levar, mais raramente, a uma revolução democrática. Note-se que a zona indo-americana não vivenciou esse processo nos anos 1930, mas apresentou um número grande de ditaduras militares oligárquicas, que preservaram intocadas a situação colonial.

O México é um caso de ocorrência de uma revolução democrática burguesa (1910-1917), seguida pela contenção do avanço democrático das massas populares. Em 1929, com a organização do Partido Revolucionário Institucional (PRI), houve o arranque da revolução passiva. Os sindicatos se atrelaram ao Estado, o cesarismo rotativo na presidência fez-se a norma, o capitalismo se desenvolveu e fortaleceu a burguesia como classe dominante. A hegemonia da classe dominante mexicana – bem articulada, nos anos 1930 e 1940 – perdia fôlego desde 1968 e, praticamente, se esgotou, no começo dos anos 1980, com a crise da dívida, quando o México adotou o neoliberalismo como ideologia de dominação de classe, com muito baixo respaldo popular.

A revolução passiva em Cuba conviveu com o permanente risco de se transformar em revolução democrática. O processo revolucionário, em andamento entre 1929 e 1933, foi truncado; e, nas décadas seguintes, viveu uma situação democrática, na qual as classes dominantes se escoravam nos Estados Unidos – potência sempre ameaçadora. A tentativa cesarista, implantada em 1952, mudou os termos do processo político na revolução burguesa, que obrigou a oposição democrática a se enveredar para a luta armada, até que a vitória da revolução democrática, com perspectiva socialista, venceu em 1959-1961. Foi um caso de revolução burguesa como revolução passiva em que a hegemonia burguesa pareceu muito frágil diante da pressão popular permanente, que resistia ao imperialismo dos Estados Unidos. Cuba foi um caso no qual a revolução passiva se converteu em uma revolução democrática antiburguesa.

O cone sul do continente foi território de revoluções passivas que começaram com ações políticas que buscaram a restauração das classes dominantes, mesmo com a oposição de parte delas e onde as oligarquias agrárias jamais foram alijadas do poder econômico político. A “revolução de 30”, na Argentina, teve de início o intuito de implantar um projeto corporativo inspirado no fascismo, mas essa rota foi logo barrada e a preferência recaiu para a escolha de um governo militar que preferiu se respaldar numa ideologia católica conservadora. A regulamentação da atividade agropecuária descontentou a oligarquia, mesmo que fosse essa camada social a maior beneficiária do regime, que acabou por assistir ao processo de industrialização lento e derivado da crise capitalista global e da demanda interna. O enfraquecimento da coalizão conservadora deu lugar a um golpe militar. Um grupo de militares simpáticos à Alemanha, no cenário da guerra que então se desenvolvia, imaginava se afastar da aliança anglo-americana e ganhar maior autonomia. A derrota alemã implicou a queda do regime, por pressão americana e liberal. No entanto, o governo militar havia se aliado ao sindicalismo operário, tendo concedido direitos e serviço social – origem do peronismo. Perón foi eleito presidente em 1946 e permaneceu no poder até 1955. Nessa fase é que

se consolidou a submissão do sindicalismo ao Estado e ao Partido Justicialista. Foi a fase mais avançada da revolução passiva, com distribuição de renda e investimentos em saúde e educação. No entanto, o arranque industrialista deixou a desejar e o poder econômico e ideológico da oposição liberal e católica se manteve. As pressões da Igreja e do Exército, conjugada à pressão dos Estados Unidos, derrubaram Perón, em 1955. A polarização ideológica entre peronismo e liberalismo conservador conduziu à revolução passiva, permitindo que se observasse a debilidade da hegemonia burguesa. De fato a burguesia não conseguiu agregar outras forças sociais a um projeto social e político, o que criou uma situação de equilíbrio de forças em choque permanente. Entre 1969 e 1974 se gestava uma alternativa revolucionária democrática, massacrada pela ação das Forças Armadas. Implantou-se uma ditadura de classe da burguesia, com base numa ideologia católica reacionária.

No Uruguai, abriu-se uma crise de dominação, tendo como resultado imediato a ditadura de 1933 e a constituição de uma nova institucionalidade capaz de garantir a unidade oligárquica. O empreendimento industrialista se acelerou nos anos 50, mas as contradições sociais se acirraram enormemente entre as classes dominantes e aumentaram a pressão das classes subalternas. Mesmo mantido o sistema bipartidário, desde o século XIX, no decorrer da revolução passiva prevaleceu o cesarismo. A crise que arriscava converter a revolução passiva em revolução jacobina popular, como no Chile e na Argentina, foi abafada pela ditadura militar em 1972.

A crise de 1929-1933 repercutiu também no Chile. A solução liberal conservadora mostrou-se incapaz de enfrentar a crise. Em 1932 foi proclamada a República Socialista, por iniciativa da Força Aérea. Esse intento democrático jacobino durou pouco tempo, mas as eleições colocaram um antigo líder popular no governo de base liberal conservadora e iniciou o processo de industrialização. O realinhamento de forças agrupou comunistas, socialistas e radicais numa Frente Popular, que venceu as eleições de 1938 e se manteve no governo até 1947. O Partido Radical era o repre-

sentante político das classes médias e garantiu que o Estado estreitasse seus vínculos com a economia, investindo na industrialização e em assistência social. A revolução passiva ocorria por meio de um sistema de partidos, com pequena maioria reformista. A crise do sistema partidário nos anos 50 fez com que despontasse a liderança cesarista de Ibañez e que houvesse sérias restrições às liberdades políticas. O cesarismo continuou sendo a aposta, mas a burguesia não conseguiu, nem tentou, se desvincular das tradicionais classes agrárias. O surgimento da Democracia Cristã mudou o sistema partidário e tendeu a isolar a direita liberal conservadora. O reformismo democrático da Democracia Cristã e o deslocamento à esquerda dos radicais possibilitaram que a revolução passiva pudesse se concluir com uma efetiva ruptura democrática e popular. O governo da Unidade Popular apresentou essa possibilidade, mas a conversão jacobina da revolução passiva terminou num banho de sangue, promovido pelo exército, em setembro de 1973, e a instauração de uma ditadura militar burguesa.

A mais bem sucedida revolução burguesa, ao modo de uma revolução passiva, na América Latina, aconteceu no Brasil. Como em outros lugares, o domínio das oligarquias agrárias (e mineiras) passou por grave crise na passagem dos anos 1920 para os anos 1930 e desencadeou uma revolução burguesa ao modo de revolução passiva. O fato de a oligarquia estar agarrada ao liberalismo, assim como a burguesia, e a ausência de um claro projeto de classes abriram o caminho para a revolução passiva. O projeto de revolução democrática ficou com o proletariado e parte das classes médias derrotados em 1929. A pressão democrática das massas contou com conjunturas específicas de maior força, mas a disputa entre o liberalismo das classes dominantes e o projeto corporativo dirigido pela burocracia estatal, em particular pelo Exército, criaram uma forma híbrida liberal corporativa (também presente, com medidas diferentes, em outros países). O liberalismo valeu para as classes dominantes, principalmente as oligarquias agrárias, e o corporativismo foi imposto ao proletariado industrial, a fim de neutralizar a sua autonomia de classe. O mercado de trabalho foi politizado, porquanto o corporativismo o colocou na esfera pública institucional.

Do ponto de vista político, a revolução passiva alternou momentos liberais e momentos cesaristas. A derradeira etapa da revolução passiva foi configurada pela ditadura militar burguesa instaurada em 1964.

Em síntese, as revoluções passivas na América Latina foram formas de ingresso no capitalismo e foram produto da pressão imperialista e também das classes subalternas, que obrigaram as classes dominantes a se reordenarem de modo a fazer da burguesia a classe socialmente dominante. As formas políticas mesclaram ou oscilaram entre o governo representativo, mais ou menos restrito, e o cesarismo progressivo ou regressivo. Foi muito difundida a perspectiva de se instalar um Estado corporativo, mas nunca houve correlação de forças suficientes para a realização desse projeto.

Na Região Andina, a revolução passiva foi tardia e frágil. Houve intentos no Peru e na Colômbia, nos anos 1960 e 1970. A Bolívia passou por uma revolução popular em 1952, mas aos poucos foi transformada em revolução passiva (como ocorrido no México). O empenho para a retomada da revolução popular em 1971 acabou em golpe militar. A revolução popular na Nicarágua, em 1979, pode talvez servir de marco cronológico para o fim de uma época.

De modo geral, a era das revoluções burguesas como revoluções passivas terminaram em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. A característica geral foi marcada pelo esgotamento das ditaduras militares e pela implantação do projeto socioeconômico e ideológico denominado de neoliberalismo. Essa passagem de época significou uma nova adequação das classes dominantes do continente às condições de crise capitalista e o esforço do imperialismo de resgatar as taxas de acumulação que começavam a declinar de modo irremediável.

A era neoliberal

O projeto neoliberal começava a ser implantado no período das ditaduras militares – Argentina e Chile. No entanto, para o neoliberalismo,

um simulacro de governo representativo era o mais adequado ao seu projeto hegemônico. A nova era trouxe novas marcas para vida social nos países do continente: i. incorporação de novas tecnologias, produzidas nos centros imperialistas, cujo objetivo maior é o estímulo ao consumo; ii. abertura dos mercados, para a penetração de mercadorias produzidas alhures; iii. privatização das empresas públicas; iv. retirada de direitos sociais e trabalhistas; v. privatização do serviço público (educação, saúde, transporte); vi. adoção de políticas focalizadas, em determinados setores, em detrimento de políticas universalizantes; vii. regressão cultural; viii. ataque aos institutos próprios do movimento operário (partido e sindicato); ix. aumento exponencial do crime organizado (tráfico de armas, drogas, corpos); x. difusão de cultos religiosos de matriz evangélica (neo) pentecostal; xi. difusão do ultraindividualismo.

Nessa perspectiva, a hegemonia burguesa não pôde ser mais que débil e exigiu alto grau de manipulação das consciências e de violência, não apenas a legal, aquela estritamente estatal, mas também a violência que afeta as classes subalternas, ao modo de uma guerra civil que inclui força coercitiva do tráfico, da milícia e da polícia privada. Não é possível esquecer que esse cenário da América Latina está posto dentro de um quadro mais amplo do capitalismo em fase declinante.

Trata-se de interrogar: seria possível uma revolução passiva nesse cenário? Lembrando que a revolução passiva como tal tem um aspecto progressivo mais ou menos forte. Intérpretes que avaliaram a possibilidade de alguns processos sociais e políticos serem lidos como revoluções passivas levaram em demasiada conta os efeitos da inovação tecnológica e do enorme avanço científico das últimas décadas, ou ainda alguns pequenos ganhos na luta contra a fome e a ignorância. Na verdade, em particular na América Latina, concluída a era das revoluções passivas, os laços de subordinação ao grande capital financeiro e aos centros de poder imperialista tenderam a se agravar.

Os primeiros passos da nova era dita neoliberal foram dados em meio a ditaduras militares que concluíam a fase da revolução passiva (Argentina e Chile). Na sequência, foram definidas reformas institucionais

em diversos países para que padrões análogos aos da democracia liberal se implantassem e pudessem dar legitimidade às reformas econômicas e sociais identificadas ao neoliberalismo. A desintegração do Socialismo de Estado na Europa Oriental e URSS (1989-1993) e a reunião que selou o Consenso de Washington (1989) deram forte impulso ideológico à ofensiva do capital e das classes dominantes em quase todo o mundo.

Em fins dos anos 1980, o neoliberalismo já era consenso entre as classes dominantes do continente, com exceção do Brasil. O fim da ditadura militar em 1985 foi conduzido por um grupo dirigente vinculado à burguesia industrial, mas teve a participação de um significativo movimento operário e popular. Enquanto a burguesia contava com um desenho hegemônico inspirado no Americanismo, a classe operária permanecia atada à perspectiva econômico-corporativa, isto é, aquém do momento da hegemonia, mas também dentro da perspectiva americanista. Aqui seria indispensável retornar à análise de Gramsci sobre o Americanismo e fordismo, até para se compreender a origem e a natureza do Partido dos Trabalhadores. O Brasil se encaminhava, em fins dos anos 80, para a definição de uma democracia liberal burguesa, com uma quota razoável de direitos sociais. No entanto, o fracasso econômico político da burguesia industrial resultou de sua incapacidade de dirigir o conjunto das classes dominantes; e a consequência foi que o capital financeiro retomou as rédeas do processo e implantou o neoliberalismo.

Tomando-se o exemplo do Brasil, pode-se apresentar a hipótese de que o neoliberalismo, nos últimos 20 anos, passou por três fases. A fase de grande ofensiva ideológica e de construção de consenso, no interior das classes dominantes e de amplos setores das camadas intermediárias. A desmoralização da gestão das empresas públicas, incluindo-se os bancos e o serviço público, serviu para difundir a ideia de que a privatização seria solução para muitas das mazelas do Estado. A suspensão das barreiras alfandegárias deu início a essa fase de implantação. A alienação do patrimônio público e a reforma da administração pública avançaram

substancialmente junto com as primeiras tentativas de se restringir os direitos sociais.

Alguns solavancos políticos e a resistência popular geraram problemas ao projeto do capital, mas nada mais impeditivo. A deposição de Fernando Collor e a ascensão de Itamar Franco, ao fim, só prepararam o terreno propício para Fernando Henrique Cardoso, que usufruiu de amplo consenso entre as forças políticas do país. A sucessão de FHC já demarcava outra fase do neoliberalismo, talvez de seu apogeu. Havia resistência, mas havia maior evidência em outras paragens. Em 1994, no México, o EZLN se levantava em revolta contra a formação da NAFTA, tratado que atrelaria ainda mais a economia mexicana aos Estados Unidos. A resistência dos povos originários, além dos maias mexicanos, se difundiu para outros lugares, como Bolívia e Equador, que levariam ao governo representantes contrários ao neoliberalismo e mesmo anticapitalistas. O exemplo mais expressivo da resistência foi o processo revolucionário popular desencadeado na Venezuela pelo movimento militar encabeçado por Hugo Chávez.

Formou-se um eixo de resistência na América Latina que juntou Cuba, Nicarágua, Venezuela, Equador e Bolívia. Note-se que foram países nos quais não ocorreram revoluções burguesas (com exceção de Cuba), mas faltaram condições para que acontecesse uma radicalização revolucionária anticapitalista, por conta da correlação de forças desfavoráveis, tanto nacionais quanto internacionais. Todavia, algum limite ao neoliberalismo foi imposto e a expressão maior de um neoliberalismo mitigado por preocupações sociais reivindicadas pela resistência popular apareceu nos governos Kirchner (Argentina), Lula (Brasil) e Lugo (Paraguai). Essas experiências foram possíveis devido a uma oscilação positiva na crise capitalista global, com um razoável crescimento econômico. A fase de crescimento econômico tornou possível o respaldo da burguesia a Lula e a formação de uma ampla coalizão de governo. A burguesia brasileira viveu uma fase de expansão internacional sem precedentes, com uma política externa correspondente. Durante o período Lula, observamos

uma burguesia unificada, com apoio em parte da pequena burguesia e da “aristocracia operária”. Durante essa fase, o interesse dos Estados Unidos esteve voltado para a China e o Oriente Médio ampliado.

Torna-se difícil afirmar que essa fase fosse correspondente a uma revolução passiva. Mesmo que limitada ao Brasil, não houve claro rearranjo das classes dominantes, a não ser o declínio da burguesia industrial e o fortalecimento da burguesia agrária, de qualquer modo com a prevalência do capital financeiro instituído desde os anos 1960. A pressão externa pela abertura do mercado interno também já vinha de antes. A única diferença foi a base social momentaneamente ampliada e a difusão das chamadas “políticas públicas”, que, na prática, reforçaram a hegemonia burguesa.

A crise capitalista de 2008 – crise conjuntural dentro da crise orgânica – mudou a situação. A América Latina conseguiu retardar a crise, mas a ofensiva imperialista contra os países que resistiam ao domínio imperial dos Estados Unidos permaneceu. A tentativa de completar o trabalho de desestabilização do Oriente Médio foi prioritária e tomou o nome de “Primavera Árabe”. As experiências iniciais de golpes institucionais na América Latina ocorreram no Paraguai e em Honduras. Essa foi a alternativa, quando não era possível vencer nas urnas com o uso de muito dinheiro e manipulação midiática.

O caso mais notório foi o Golpe de 2016 que depôs a presidente Dilma Rousseff. A perda de apoio da burguesia ao governo do PT vinha desde 2013, mas a nova vitória eleitoral de Dilma aconteceu em 2014, em condições adversas. Foram feitas concessões muito significativas às demandas do projeto neoliberal “puro”, contudo, sem fazer retroagir o impulso golpista. A grande mobilização da pequena burguesia e parte do proletariado, enquadrado pelas igrejas pentecostais, isolou completamente o governo, que ficou impossibilitado de cumprir as suas funções. Em fins de 2015, logo depois da vitória de Macri na Argentina, Michel Temer passou a respaldar o golpe, que veio a se completar em agosto de 2016.

Nesse momento, restaram Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Cuba na perspectiva crítica ao neoliberalismo, e todos sob cerco econômico e diplomático dos Estados Unidos. Definia-se a terceira fase do neoliberalismo no continente, fase na qual predominou a estagnação da economia, uma fase mais extremada de verdadeira rapina dos trabalhadores, com piora de condições de vida e de trabalho. Aspectos de um cesarismo regressivo vêm à tona, com elementos coercitivos acentuados em todas as dimensões da vida social.

As questões que permanecem em aberto são se essa fase será mais ou menos duradoura e se as forças populares serão capazes de resistir, ao ponto de gerar uma alternativa democrática que se aproxime de uma nova ordem socialista. Um novo governo de esquerda moderada ou reformista, que seja ou não encabeçado pelo PT, dificilmente será capaz de agregar consensos capazes de apoio de parcelas das classes dominantes, em meio à dramaticidade da crise capitalista.

Referência

GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.



CRISE EM LABIRINTO: A DISTOPIA DO CAPITALISMO REGULADO E ILIMITADO

TIAGO CAMARINHA LOPES

Desde a eclosão da última grande crise do sistema capitalista (2007-8), muito foi discutido sobre as condições de recuperação do modelo de produção e distribuição. As primeiras análises comparavam os acontecimentos de finais dos anos 2010 com a hecatombe dos anos seguintes a 1929, quando a quebra da bolsa de Nova York gerou efeitos diretos sobre as economias ocidentais. Considerando a perspectiva de superação dos limites em que se dá a organização do trabalho e da vida sob o capital, é importante destacar que a crise capitalista não é um fenômeno avulso, um evento especial no calendário de negócios, mas um componente inerente ao processo de reprodução capitalista. Desse modo, seria equivocado delimitar o momento em que a crise ocorre, porque está acontecendo a todo instante, 24 horas por dia, 365 dias por ano. Mesmo quando os indicadores econômicos apontam para um momento de expansão, a crise capitalista está se desdobrando em inúmeras contradições, que expressam um verdadeiro quadro de miséria diante de todo potencial que uma economia abundante de recursos e tecnologia pode oferecer.

O argumento central é o de que não existe possibilidade de um capitalismo sem crise. Uma vez que o conceito integral de crise vai além da visão tradicional dos economistas, refere-se a um período específico de baixa atividade econômica ou mesmo de uma etapa temporal de descaixe entre oferta e demanda. Mesmo um sistema ideal, em que há

pleno emprego dos fatores de produção (todas as pessoas empregadas, as máquinas em utilização, tudo sendo vendido, sem rupturas), precisa ser considerado crítico, se estiver sob comando do movimento infinito da acumulação capitalista. Desse modo, o cenário projetado por todas as correntes de reforma do modo de produção capitalista, ao invés de ser considerado utopia, precisa ser classificado como distópico, porque as contradições assumem formas controladas, cada vez mais sutis, ao mesmo tempo que se acumulam irracionalidades derivadas do enorme desenvolvimento das forças produtivas e do estreito horizonte das relações de produção do capital.

A perspectiva apresentada não pretende, como se poderia supor, afastar as possibilidades de um controle ou de uma reforma do sistema que mitiga determinados problemas. A intenção é problematizar tal controle e reforma que se impõem, como necessidade pragmática, para que conquistas sociais possam ser realizadas dentro dos próprios limites da ordem capitalista. Assim, o processo transitório deve ser entendido como agudização de uma contradição peculiar que se relaciona com a educação: quanto mais a economia capitalista é regulada para atenuar seus movimentos de pico e baixa, tanto mais estão submetidos os sujeitos ao movimento ininterrupto de expansão do dinheiro. Consequentemente, quanto mais distantes os sujeitos estão da consciência exterior à ordem capitalista, paradoxalmente, tanto maior é o potencial para uma formação política anticapitalista. Como se verá, a superação desse paradigma crítico só pode ser feita com base em um trabalho coletivo e organizado de rompimento com o cotidiano alienante da cultura desumana do capital. Nesse sentido, aponta-se que o controle do capital lança o sistema para um labirinto, no qual determinados aspectos pontuais são resolvidos, enquanto o fundamento geral da contradição entre *valor* e *valor de uso* se acentua. Por essa razão, a única saída se relaciona com sucessivos avanços na formação cultural e educacional que rompam com o protocolo de mercantilização de tudo.

O processo econômico como circuito produção-circulação

O processo econômico é composto por dois componentes: *produção* e *circulação*. Por um lado, *produção* refere-se ao processo de trabalho realizado por humanos que modifica a natureza e gera produto; por outro, *circulação* refere-se ao processo no qual o produto é destinado a atender determinada demanda da sociedade. Desse modo, cada parte do processo é responsável por uma etapa da cadeia que viabiliza a reprodução material da sociedade. No primeiro momento, há uma transformação da natureza, por meio da atividade humana, amparada por ferramentas; e, no segundo momento, o resultado dessa transformação circula entre os diversos ramos que precisam ser atendidos, para que haja uma sustentação econômica da sociedade. Como exemplo, pode-se citar a utilização da água: usada como item útil, desde os tempos de Adam Smith ([1776] 1996). A água é um elemento necessário à reprodução material da vida e, portanto, é imprescindível à estrutura econômica que garante a existência de sociedades humanas. Toda água disponível no planeta relaciona-se ao processo de organização das sociedades, a partir do qual se obtém determinado recurso natural – passa a ser entendido não apenas como elemento da natureza, pois pelo trabalho humano sofre modificação contínua. É isso que configura o processo de produção da água: combina as forças da natureza com o trabalho humano para que o controle sobre o recurso possa emergir. Em seguida, o produto é disponibilizado para diversos usos: consumo imediato ou insumo indireto em diversos setores (da agricultura a todas as demais atividades de produção). Essa disponibilização, tanto do ponto de vista da logística de entrega física quanto do ponto de vista legal de transação de direitos de propriedade, como é o caso da *circulação* mediada pela norma da troca de *mercadorias*, é o que se chama *circulação* em oposição à *produção*.

O ciclo econômico de determinado item ou *valor de uso*, na linguagem da Economia Política, é a unidade entre duas metades: *produção* e *circulação*. Todavia, a economia não é composta por um único ou

vários valores de uso. São milhões e milhões de itens específicos que se entrelaçam em centenas de milhares de processos produtivos, gerando matrizes de insumo e produto, que só podem ser manuseados adequadamente com o auxílio da computação. O conjunto dos ciclos de reprodução material de todos os itens que compõem a riqueza material da sociedade, em sua unidade de *produção e distribuição*, forma o circuito completo do processo econômico.

A economia pode ser visualizada como um ciclo de renovação de todos os itens necessários à reprodução material e cultural da sociedade, partindo de sua produção, a partir da transformação da natureza até sua utilização direta no consumo ou indireta no investimento para produção de outros itens. A noção de que o sistema econômico é um processo contínuo de reprodução é uma das bases fundamentais para se entender que conjuga as atividades humanas sobre determinado espaço ou território. Isso indica que o cerne da prática econômica se refere à interação entre ser humano e natureza, que se dá sempre por meio da configuração de sociedades. Isso porque os registros arqueológicos apontam que nunca existiu nada na história parecido com o *homo economicus* do tipo Robinson Crusoe, ou seja, não existem dados empíricos que apontem para um sistema econômico composto por um único indivíduo – padrão ideológico da ciência econômica.

Crise como ruptura do circuito produção-circulação

Considerando que a economia funciona em ciclos, garantindo a reprodução econômica da sociedade, podemos falar sobre crise. Tradicionalmente, a literatura da Economia Política aprecia o fenômeno da crise como um instante de ruptura do ciclo normal do processo econômico. Entende-se a crise como uma quebra, uma parada do circuito de reprodução dos inúmeros itens que formam a riqueza material da sociedade. Esse entendimento remonta às análises clássicas dos fisiocratas, médicos e cientistas franceses do século XVIII, o qual contribuiu para o

debate sobre a crise, ao conceber o sistema econômico como uma engrenagem de partes conectadas. Cada parte da máquina ou organismo teria sua função; e, quando algo travasse a interação fluída, o sistema entraria em crise, porque deixaria de funcionar em sua normalidade. Os fisiocratas comparavam a economia a um relógio mecânico ou a uma entidade viva que teria uma operação contínua de funcionamento e dependeria de diversas partes integrantes que formariam a totalidade do sistema. A economia possuiria dois grandes componentes: *produção* e *circulação* – quando entram em descompasso, bloqueiam a continuidade do funcionamento normal do circuito de reprodução. O próprio Marx, ao se deter no tópico da crise, ao longo de suas investigações sobre as leis de movimento da economia, pressupõe inicialmente que a crise se referia a um momento de cisão na linha contínua que intercala produção e circulação. O momento da crise se expressaria quando a renovação do ciclo de produção e circulação estivesse comprometido, gerando diversas formas de manifestação para esse problema.

Em sociedades cuja base econômica não se assenta na relação social *mercadoria*, ou seja, em sociedades em que o mercado é apenas um espaço apêndice em torno do núcleo determinante da organização econômica e as relações de propriedade privada são, no máximo, incipientes, a crise, geralmente, remonta a entraves de ordem puramente técnica. A produção de tomates, por exemplo, pode ficar comprometida, caso a quantidade de chuva, em determinada época, tenha sido insuficiente. Esse fato, circunscrito ao âmbito da natureza, interfere na dinâmica de produção de tomates e afeta o processo de circulação, pois não ficam disponíveis na quantidade habitual para cobrir a necessidade da sociedade. Desse modo, pode-se dizer que há uma crise econômica, porém uma crise que resulta de um defeito de ordem natural.

Já em sociedades fundadas na relação social *mercadoria*, como é o caso do modo de produção capitalista – maximiza a organização entre os indivíduos enquanto elos da rede jurídica da propriedade privada –, além do potencial perigo à reprodução, advindo das

intempéries naturais, há outro componente que pode travar o circuito *produção-circulação*. Se, por qualquer motivo, os tomates produzidos não puderem ser vendidos no mercado, emerge um problema peculiar. Nesse caso, não houve nenhum problema de ordem técnica na produção. Nenhum agrônomo de visão estritamente técnica saberia apontar qual falha teria ocorrido no processo de produção. Ou seja, do ponto de vista da engenharia, o cultivo foi realizado com sucesso, considerando todas as etapas, desde o preparo do solo até a colheita. E mais: após a colheita, a logística de entrega também não apresentou nenhum erro. Os caminhões deslocaram a totalidade de tomates para onde foram demandados. O que estaria faltando para o circuito *produção-circulação* fechar e ser reiniciado?

Quando o processo de *produção-circulação* é controlado pelas regras de trocas de *mercadorias*, ou seja, pelo mercado, é necessário que o contrato de compra e venda se realize dentro de determinadas balizas, que atendam aos interesses tanto do comprador quanto do vendedor. O índice que se ajusta para que o contrato possa ser realizado é o preço pelo qual a *mercadoria* é comprada e vendida. Assim, se o preço praticado for incompatível com a estrutura de distribuição do volume total de riqueza da sociedade, pode ocorrer uma paralisação na etapa de transformação da *mercadoria*. Esse é o momento em que a *mercadoria* dá seu “salto mortal”, segundo a análise de Marx ([1867] 1985), em sua obra *O Capital*. Trata-se da venda da *mercadoria*, cujo dinheiro arrecadado será reutilizado no processo de produção, ampliando a escala na qual o capital pode se movimentar em espiral ascendente, de acordo com a lógica de expansão infinita. A apreciação inicial de Marx sobre a crise culmina na identificação da contradição máxima que engendra a possibilidade de a ruptura ocorrer: disparidade entre duas metades que formam a *mercadoria* – o *valor de uso* e *valor*.

De modo simplificado, *valor de uso* se refere à *mercadoria*, enquanto coisa que possui características físico-químicas-biológicas-fisiológicas que entram no processo de reprodução material da vida, incluindo

toda dimensão, pretensamente imaterial, que brota da psique humana. É a *mercadoria* enquanto item ou objeto que se encaixa no circuito da reprodução, viabilizando sua continuidade. A água entra no circuito, viabilizando hidratação dos organismos vivos; e o tomate, promovendo nutrição aos mesmos organismos, conforme sua composição molecular etc. Toda *mercadoria* possui essa dimensão que se relaciona com o circuito *produção-circulação*, devido a suas características próprias, que atendem a necessidades específicas no círculo de manutenção da vida. Todos os itens mais distantes da base material, como a filosofia, o entretenimento e a arte, em todas as suas formas de manifestação, possuem essa dimensão, embora de modo individualizado. O *valor*, por sua vez, refere-se à outra dimensão da *mercadoria*. Trata-se da *mercadoria* enquanto portadora de uma quantidade de *valor*, ou seja, enquanto coisa com capacidade de ser trocada por outra e com quantidade de *valor*. A mensuração dessa quantidade de *valor* é feita com dinheiro, que funciona como a espécie mais sublime e requisitada de todas as *mercadorias*. Diferente do *valor de uso*, que possui uma miríade de características variadas (textura, cor, densidade, composição molecular, efeitos fisiológicos de toda ordem etc.) o *valor* só possui uma única dimensão qualitativa. Não existe *valor* do tipo azul ou vermelho, liso ou rugoso. Desse modo, ao considerar o circuito produção-circulação, percebe-se que o processo de reprodução do *valor*, em contraste com o processo de reprodução do *valor de uso*, é ao mesmo tempo mais simples e paradoxal. Como o *valor* atende a uma única característica de demanda (possuir maior poder de compra ou maior força de apropriar-se privadamente da riqueza social), a única requisição que o *valor* faz à reprodução econômica é que se dê em escalas sempre maiores. Por essa razão, a única coisa que interessa ao *valor* é sua dimensão quantitativa. O fetiche do crescimento econômico, presente no discurso de todo economista, é expressão dessa pressão para que a economia cresça infinitamente, independentemente das demandas dos seres humanos por uma vida boa e dos limites naturais do planeta.

Na análise inicial que Marx faz da crise, ele concluiu que devido à diferença entre os dois lados que compõem a *mercadoria* – *valor de uso* e *valor* –, acumula-se uma distância entre as estruturas de encaixe dos *valores de uso* e a infinita necessidade de acumulação do capital. Formam-se *valores de uso* que se veem incapazes de rodar a contento das imposições cada vez mais elevadas da expansão capitalista, no circuito *produção-circulação*. É por esse motivo que ocorrem as crises: expressam-se de modo direto em superabundância de objetos úteis, ou seja, de *valores de uso* que, apesar de estarem disponíveis, não conseguem circular e satisfazer as exigências do capital em extrair o adicional sistêmico chamado *excedente* – produzido sob o capital, assume a forma de *mais-valia*, repartido em formas diversas de renda não-salarial, tais como lucro, aluguéis e juros.

O protesto de produtores de leite – que regularmente se juntam para despejar tonéis do produto pelo ralo diante da imprensa – é uma das imagens mais impactantes, justamente porque exacerba o contraste ao qual nos referimos. Apesar de o leite estar em plenas condições para funcionar como *valor de uso* no processo de reprodução econômica, do ponto vista da engenharia, não é capaz de sustentar a lógica de expansão do *valor*, imposta pelas relações de produção do capital. De um lado, o preço do leite é baixo para que os produtores possam vendê-lo, cobrir custos de produção e atingir a “taxa normal de lucro” definida pela concorrência intercapitalista; de outro, o preço é alto para que consumidores superempobrecidos possam adquiri-lo. A conclusão da análise inicial é a de que a crise econômica capitalista tem uma característica própria: a contradição entre *valor de uso* e *valor* atingiu tal dimensão que bloqueia a continuidade do circuito *produção-circulação*. Como resultado, as máquinas param; trabalhadores são demitidos; governos, majoritariamente controlados pelos detentores dos meios de produção, aplicam políticas econômicas de austeridade e uma dinâmica contracionista se estabelece. O crescimento desaparece, gerando um efeito dominó de falências e aglomerações de capitais, em unidades cada vez maiores, impulsionando, assim, o capitalismo para níveis elevados de concentração e formação de

megaconglomerados, que se esticam para cima em direção ao céu das altas finanças, para os quais o céu não é o limite. Na etapa seguinte, o ciclo se reinicia, até que uma nova crise estoure.

O circuito produção-circulação em labirinto

Contudo, existe um nível secundário da análise de Marx sobre a crise que supera o paradigma da crise como, exclusivamente, um fenômeno de ruptura do circuito *produção-circulação*. Nessa perspectiva adicional, a crise não é apenas uma expressão para enunciar uma anormalidade. Embora a etimologia da palavra crise possa realmente remontar ao sentido de “fora do padrão” ou de “desvio”, Marx acrescenta um sentido estrutural à crise capitalista. Como o distanciamento entre *valor de uso* e *valor* é um movimento permanente da própria lógica espontânea do capital, é fácil concluir que a crise é regular no modo de produção capitalista. Quer dizer, a interrupção do ciclo faz parte do processo pelo qual o capital renova, permanentemente, suas estruturas econômicas. De fato, os economistas burgueses reconhecem que existe ciclo de alta e baixa na atividade econômica, que caracteriza a regularidade instável e imprevisível das crises capitalistas. Desse modo, não é de todo inovador afirmar que a crise é permanente, estrutural e normal.

O problema para o qual quero chamar atenção é o seguinte: quando se define crise apenas como trava no movimento circular da reprodução econômica, perde-se a oportunidade de criticar uma solução extremamente engenhosa que precisa ser contemplada como possibilidade concreta de regulação do capitalismo. Que solução é esta? Trata-se do conjunto de medidas que suavizam os ajustes bruscos responsáveis pela superação das crises. Se tais medidas são implementadas, a ponto de diminuir suficientemente a amplitude da onda que representa o movimento oscilatório do nível de atividade econômica, é possível fazer com que os *valores de uso* se renovem constantemente, atendendo às demandas de lucro médio do conjunto dos capitais em competição pela massa total de

mais-valia. Desse modo, a crise como ruptura no circuito *produção-circulação* seria superada, porque o sistema se reproduz em escalas maiores a cada rodada, infinitamente. Certamente, isso exige um papel diferente do Estado liberal, que simplesmente garante a propriedade privada de agentes particulares que, por sua vez, a emprega dentro de planos individuais de conquista de todo potencial de *mais valia* no sistema. Para viabilizar essa modalidade de reprodução capitalista – sem quebras – o Estado precisa agir como mediador dos conflitos intercapitalistas, aglutinando as unidades dispersas em um programa único de expansão econômica que garanta uma extração segura de *mais valia*, atendendo a todos os exploradores e evitando que se destruam mutuamente.

Tal ordem de coisas já recebeu nome na literatura: de um lado, é chamado de *capitalismo de Estado* e, de outro, pode ser chamado de *capitalismo regulado* ou *social-democracia*. Ambos encontram espaço nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes – o mais influente economista burguês do século 20. A proposta de solução de Keynes para o problema da crise é, do ponto de vista lógico, simples: basta viabilizar caminhos ou trilhas de expansão para capitais que não se choquem uns com os outros e que não exijam uma liberdade tão absoluta dos direitos de propriedade. Em outras palavras, a proposta de Keynes é de uma política econômica nacional e também internacional, em que os proprietários privados não têm liberdade absoluta de usar os meios de produção como bem entendem. Tais recursos só podem ser usados dentro de certos parâmetros, definidos pela agência pública que configura um planejamento para a atividade econômica de modo a evitar crises e rupturas. Esse planejamento é distinto das propostas de planejamento desenvolvidas no Leste – tinham a meta de construção do socialismo. Assenta-se em controle macroeconômico de variáveis decisivas, como taxa de juros, cuja determinação depende da ação do Banco Central. A investigação crítica da proposta que leva em conta o relativo sucesso do capitalismo, no pós-Segunda Guerra Mundial, considerando apenas os indicadores superficiais de emprego e renda,

nos força a concluir que existe a possibilidade formal de um *capitalismo regulado*, esvaziado de crises, capaz de romper com o circuito *produção-circulação*. Seria o fim da crise? Se considerarmos a primeira definição, em que crise é apenas o momento da ruptura, teríamos que admitir que sim. Por essa razão, é preciso ampliar o conceito de crise com o qual Marx trabalha. Mesmo um sistema econômico sob o capital que completa o círculo *produção-circulação*, repetidamente, sem bloqueios, travas e rupturas, no qual todos os fatores são empregados, não há desemprego e todas as máquinas são utilizadas, não pode ser caracterizado como curado da praga da crise. Por quê? Porque o sistema foi colocado para rodar dentro de um labirinto infinito.

A crise econômica foi estudada por todos os economistas e grande parte buscou resolver o problema, simplesmente, elaborando esquemas em que o capital possa se reproduzir sem interrupções. O labirinto em que se cai é aquele em que tudo parece ser lindo, como foi a chamada *Era de Ouro* do capitalismo, no pós-Segunda Guerra, e, como se apresentam certos países de caráter social democrata, com indicadores sociais de fazer inveja no cenário internacional. No entanto, aparência não é essência. A contraparte desse cenário é a realidade crua da periferia mundial e a pressão geopolítica permanente do projeto socialista que partiu da Rússia em 1917 e continua em frentes diversas, no século XXI, sem a qual a reforma capitalista não teria sido sequer tentada. Mas, fundamentalmente, o problema do labirinto é que engendra solução paradoxal: ao mesmo tempo que parece ser a saída para a crise capitalista, é também a prisão definitiva.

A distopia do capitalismo regulado e ilimitado

O filme *Matrix*, não à toa, uma das obras de ficção científica mais importantes da contemporaneidade, dentre outros temas e discussões filosóficas, popularizou a parábola da *Caverna de Platão*. A história de pessoas que sempre viveram na caverna e que viam apenas as sombras

daqueles que viviam no mundo exterior, de modo que as projeções eram, para os viventes da caverna, a própria realidade. Uma expedição para fora da caverna revelaria que os vultos eram apenas sinal da verdade, mas não a verdade em-si, o que certamente seria perturbador. O aprisionamento na ignorância pode ser reconfortante, motivo pelo qual Platão desenvolveu a ideia da importância e força do conhecimento. O *capitalismo perfeitamente regulado*, como esboçado, em linhas gerais, a partir da problemática da crise, é uma espécie de “super caverna”, equipada com os mais novos equipamentos de conforto e lazer, como esteiras elétricas e filmes on-line. É um ambiente ampliado que, ao mesmo tempo, assegura as condições materiais de existência, tem dificuldade em satisfazer os anseios espirituais mais profundos. Ainda que tal cenário nunca tenha se efetivado completamente, porque há uma massa gigantesca de excluídos do circuito de reprodução capitalista, mesmo nos países com melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico, podemos fazer um exercício imaginário.

Em um ambiente de condução de negócios, regulado por um Estado arbitrador, seria possível colocar toda massa de capital para rodar, gerando resultados concretos que atendam tanto às necessidades de reprodução material da vida quanto às de acumulação capitalista: pleno emprego e formas cada vez mais elaboradas de satisfação de desejos subjetivos criam plataformas diversas de âmbito cultural e de entretenimento. Nesse circuito não aparecem cenas chocantes de pobreza material absoluta ou de desigualdade que divide a humanidade. Contudo, o que parece ser uma sociedade utópica é distopia. Os indivíduos estão alienados do processo decisório de produção e rodam no labirinto, como autômatos procurando satisfazer demandas primárias que o mercado cuida de atender com esmero, criando *mercadorias* cada vez mais específicas e diferenciadas. Uma possível redução da jornada de trabalho é capturada pelo tempo do lazer alienante, em que as pessoas passam horas e horas se comparando em timelines e fotos e se humilhando, mutuamente, em busca de likes.

Assim, todo potencial transformador é sugado por uma espiral de esvaziamento que impede que a população altere as condições do sistema em que vivem; perdem a noção de que a “caverna” é criada por um processo que brota de sua própria alienação – enquanto sujeito proprietário de *mercadorias* que passa a comandar cada instante e milímetro de suas vidas. Superficialmente, parece tudo bem. Afinal, todos conseguem vender a *mercadoria* força de trabalho, por um *valor* suficiente para adquirir aquilo que é considerado necessário e garantir uma vida no estilo *american way of life*. O que mais pode haver além desse sonho? É o cume contraditório de um *capitalismo regulado* e ilimitado. Quando se chega em tal situação, a única maneira de ir adiante é investigar os fundamentos de modo questionador. É por isso que a última trincheira de luta sempre será a educação.

Se a educação não contempla a filosofia, não há como indivíduos perceberem a “caverna” em que estão presos. Quanto mais confortável a caverna, menor são os estímulos diretos para que iniciem a investigação. Portanto, conforme se estrutura um sistema econômico em um labirinto expansivo, no qual o Estado consegue fazer com que todo o conjunto da sociedade capitalista cresça, sem rupturas ou abalos, torna-se necessário e complexo ampliar as consciências. A crise, nesse sentido, não é um instante que passará com o tempo, mas um verdadeiro beco sem saída, que só pode ser ultrapassado por uma ideologia distinta da que brota das relações sociais fundadas na propriedade privada. Os limites e contradições continuam aparecendo, inclusive gerando toda série de distúrbios no indivíduo: depressão, tristeza, desesperança, desgosto. Como tudo é individualizado, não consegue perceber que o ambiente social em que está inserido é o responsável pela situação. Assim, mesmo quando tudo parece perfeito, a crise capitalista está lá. Por isso, os sintomas da crise são importantes, para que possamos perceber que há algo errado, mas são insuficientes para por si só fazer brotar uma consciência anticapitalista. Para tal, é necessário educar as pessoas para que percamos o medo do desconhecido e tenham coragem de construir as próprias condições em

que querem viver de modo consciente. Apenas por esse caminho poderemos trilhar rumo à emancipação; é o que o século XXI exige dos povos de todos os países.

Referências

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL, IDEOLOGIA COLONIAL E FASCISMO

GIOVANNI FRESU

O fascismo representa um grande buraco negro da civilidade ocidental, diante do qual muitos intelectuais não conseguiram esconder o próprio embaraço ideológico. Nesse sentido, o esquema lógico clássico da autodefesa ideológica, na retórica liberal, consiste em apresentar o fascismo como um fenômeno alheio à tradição burguesa e à civilização ocidental. Ao invés de estudar as responsabilidades endógenas do colapso liberal diante da barbárie fascista, o revisionismo histórico tende a considerar a tragédia como consequência do fanatismo totalitário bolchevique. Assim, desvincula-o do produto histórico do colonialismo e do seu legado ideológico autoritário e racista de dominação absoluta de uma civilidade (a ocidental) sobre as outras.

Domenico Losurdo dedicou muitos estudos à crítica do revisionismo histórico e à hagiografia do pensamento liberal. Todavia, isso não significou desconhecer os méritos e os pontos de força dessa tradição filosófica, mas escolher o terreno real da história, superando as múltiplas remoções e transfigurações que caracterizaram sua narração apologetica. Nesse sentido, muitas vezes, utilizou uma chave de leitura eficaz: “sofisma de Talmon”. Talmon foi um estudioso do pós-guerra que condenou a democracia totalitária (de Rousseau a Stalin), contrapondo-a à tradição liberal, caracterizada por nunca ter recorrido à coerção e à violência. O sofisma se encontraria na tendência a comparar o socialismo histórico

com as declarações de princípios da tradição liberal, sem relacioná-las aos fatos reais do mundo que o socialismo se propunha a superar. Da mesma forma, no terreno da filosofia política, quando os apologistas do liberalismo trataram de Marx, concluíam com a avaliação dos horrores do comunismo; por outro lado, descreviam John Locke, Constant e Bentham como grandes valores ideais de suas teorias. Nunca falavam das guerras, da escravidão, do domínio colonial, da exploração e da miséria da maioria da população mundial que marcaram a história da civilização burguesa. Contrariamente à narrativa, as três nações consideradas berços da civilidade liberal (Inglaterra, Holanda e EUA) foram protagonistas da mais criminal obra de opressão da liberdade individual e de extermínio da história da humanidade: o comércio de escravos. O exemplo histórico mais brutal e integral de desumanização e genocídio que o Ocidente impôs ao resto do mundo não aconteceu apesar do liberalismo, mas contando com o apoio sincero dos grandes nomes da intelectualidade liberal: Smith, Calhoun, Lieber, Fletcher e Locke (dono de escravos e acionista da *Royal African Company*).

Os pais da chamada “pátria da liberdade” – Washington, Madison e Jefferson – eram donos de escravos e foram responsáveis pelo primeiro antecedente histórico à solução final, imposta pelo Congresso dos EUA às seis nações de nativos americanos. Não casualmente, Hitler utilizou o exemplo da conquista do Oeste para legitimar sua ideia de espaço vital e se inspirou na epopeia do *Far West*, quando imaginou reservar aos povos do Leste Europeu a sorte imposta aos povos originários – exterminados pelos colonos norte-americanos. O paradoxo maior do liberalismo, como sublinhou Losurdo (2005), é que a escravidão não foi um fenômeno que sobreviveu como rastro do passado, apesar das três grandes revoluções liberais; pelo contrário, a prática desumana encontrou sua máxima expansão após as grandes viradas históricas que, por um lado, afirmaram a universal dignidade humana e, por outro, limitaram tal atributo aos povos europeus. Todavia, a longa história do colonialismo – academia na qual o Ocidente experimentou tanto a ideologia quanto a prática da

dominação absoluta – foi omitida pelas principais interpretações históricas liberais do fascismo. Segundo Benedetto Croce (1963), o fascismo teria sido uma fratura na linha de continuidade da civilidade europeia. Da mesma forma, o movimento de Mussolini não seria o produto de uma só classe social (burguesia), nem se afirmou pela sustentação de uma classe específica, mas o resultado da perda de consciência e da profunda crise moral provocada pela guerra. Trata-se de refutar a tese, segundo a qual o grande industrialismo tivesse promovido o movimento de Mussolini, na medida em que a burguesia industrial teria sido a classe que mais havia sofrido com o totalitarismo econômico; e, entre as camadas do capitalismo bancário e industrial, o consenso em relação ao fascismo era limitado.

É ingênuo querer buscar as raízes nos superficiais e mecânicos conceitos das classes econômicas e das suas antinomias. Precisamos descer muito mais fundo, nos cérebros dos homens, e aí descobrir o mal, e só nessa dimensão tentar a cura na esperança de sair saudável” (CROCE, 1963, p. 50).

Nesse sentido, o fascismo seria mera doença repentina no interior de um organismo íntegro – sociedade burguesa –, pois correspondia a um rebaixamento na consciência de liberdade depois do conflito. A crise moral não foi, simplesmente, um fato italiano, mas uma característica da maior parte dos países envolvidos na guerra mundial. No contexto da história italiana, isso parecia a Croce um “parêntese” no processo de expansão do liberalismo, oriundo da tradição do *Risorgimento*. A leitura de Croce tinha duas evidentes tarefas políticas: absolver o liberalismo italiano pelas responsabilidades na falta de oposição ao fascismo, no momento do seu nascimento; favorecer sua volta ao poder, após a queda de Mussolini.

É verdade, essa [a tradição liberal do *Risorgimento*] tem conhecido vinte anos de uma triste, vergonhosa história; temos até visto os soldados da pátria de Mazzini e Garibaldi serem conduzidos em guerras injustas contra a França e a Grécia, ou a imitar, contra o costume e o temperamento italiano, procedimentos dos alemães nas terras da Iugoslávia: ainda temos o asco de tudo isso. Mas a Itália, por séculos e milênios, deixou uma grandíssima contribuição à

civilização mundial, e não vão longe os anos no quais, com as outras nações irmãs, floresceu de vida operosa e progressiva num perfeito regime liberal, e, junto com aquelas nações irmãs, sustentou uma longa e vitoriosa guerra. O que é na nossa história um parêntese de vinte anos? E este parêntese e toda a história italiana é também história europeia e mundial. (CROCE, 1944, p. 35).

Essa concepção conheceu uma variante alemã, presente no livro *A catástrofe da Alemanha* (MEINECKE, 1948), no qual o fascismo e o nacional-socialismo emergiram como um afastamento da linha evolutiva dos países europeus, uma crise moral provocada por dois fatores conjuntos: mobilização das massas populares e mudança na técnica e estilo de vida, produzidos pela Segunda Revolução Industrial. Meinecke aproxima-se do historiador Jacob Buckhardt, ao localizar entre as ilusões do Iluminismo e da Revolução Francesa, “o germe da grande doença” que teria debilitado moralmente os povos europeus – particularmente, depois da industrialização e do advento da sociedade de massas –, gerando uma equivocada aspiração à felicidade (potência, riqueza e avidez de ganho). Para satisfazer à felicidade, os povos se dispuseram a sacrificar a liberdade e submeter-se à disciplina e obediência militar. A guerra teria facilitado a explosão da crise (já em curso), numa orgia de irracionalidade, na qual grande parte dos valores morais foram deixados de lado, em favor do desejo da vitória e de potência.

O ressentimento pela derrota e o espírito de resgate da dignidade, ante as injustas condições impostas pelo Tratado de Versalhes – a crise econômica e o que produziu –, tornaram frágeis os equilíbrios da sociedade, favorecendo, especialmente, nas jovens gerações, impulsos irracionais e niilistas, em função da nova ética do egoísmo nacional. Nesse delírio, cada exagero encontrava justificação se, virtualmente, capaz de aumentar a potência da nação e a riqueza da comunidade. Falava-se de “renascimento maquiavélico” e de transformação do maquiavelismo de fenômeno aristocrático em burguês de massas, ligado ao aumento da população mundial e a abstenção da cidadania ativa no plano político (MEINECKE, 1948, pp. 87-8).

Segundo Ernts Nolte (1971), a investigação sobre o fascismo teria que aprofundar-se em questões filosóficas para buscar entender sua essência, deixando de fora os elementos secundários ou folclóricos do fenômeno. Para o máximo representante do revisionismo histórico, o fascismo teria nascido no seio da sociedade liberal, mas não poderia existir sem o desafio ao bolchevismo e ao marxismo. A vitória da Revolução de Outubro e o nascimento de um forte movimento comunista organizado em nível internacional seriam o elemento central, sem o qual não seria possível falar do fascismo. Portanto, a Revolução de 1917 seria o evento fundamental e o verdadeiro responsável pelo nascimento do fascismo – movimento em defesa do Estado e da ordem social ameaçada pela subversão. Por sua vez, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) seria a chave para compreender a afirmação, fosse do comunismo ou do fascismo. O antimarxismo e a luta política seriam um apêndice do conflito bélico que dividiu a Europa: nacionalistas e forças antinacionais. Assim, antecipam e seguem o início do conflito os motivos ideológicos e sentimentais, ao nascimento do fascismo: fanatismo, espírito patriótico, entusiasmo para a guerra e ódio ao inimigo. Em todas as leituras que acabam interpretando o fascismo e o comunismo como irmãos gêmeos do totalitarismo, o movimento de Mussolini seria o fruto do fanatismo ideológico desencadeado pela guerra e pela Revolução de Outubro. As conexões entre a propensão colonialista do capitalismo e as heranças ideológicas da mentalidade imperial nos fermentos radicais do nacionalismo que favoreceram o surgimento do fascismo foram omitidas. Limitar o estudo sobre as raízes do fascismo ao período de 1914 a 1945 corresponde a uma necessidade ideológica. Para compreender o fenômeno fascista (além da tradição colonial) seria necessário enquadrá-lo historicamente, pois, sem considerar as profundas mudanças que marcaram a economia, a organização social e a política internacional, entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, torna-se difícil expor racionalmente o que este movimento tem representado.

As últimas quatro décadas do século XIX, geralmente, são definidas como a época da Segunda Revolução Industrial. Sem qualquer exagero,

tratou-se de um processo internacional que, em pouco tempo, transformou radicalmente sistemas de produções, relações sociais, dinâmicas políticas e estilos de vidas. As mudanças produziram uma confiança, sem limites, no progresso industrial e científico e contribuíram para que se afirmassem o positivismo filosófico e o determinismo econômico-social. O positivismo representou a base cultural de fundo da sociedade europeia nas suas principais manifestações, incluída a filosofia, entre 1840 e a Primeira Guerra Mundial – uma fase histórica marcada por profundas mutações que se estenderam sobre cada momento da vida humana. A principal revolução que levou à internacionalização do mercado e da produção foi a dos meios de transporte, com a idade áurea das ferrovias e a realização de ligações antes impensáveis, como: a linha de trem New York - San Francisco (símbolo da conquista do Oeste), realizada entre 1862 e 1869; a Transandina, entre Chile e Argentina, concluída em 1910; a Transiberiana (1891-1904), entre Moscou e Vladivostok. A aplicação das descobertas científicas na navegação favoreceu a construção de navios maiores e mais velozes, com a realização de novas rotas: em 1869, foi finalizado o Canal de Suez, que devolveu ao Mar Mediterrâneo sua antiga centralidade, como lugar de conexões entre Ocidente e Oriente; em 1859, foi realizado o Canal de Kiel, que aumentou as comunicações no Mar do Norte; em 1914, foi a vez do Canal do Panamá. Hoje, fala-se da chamada globalização, mas, na verdade, a maior internacionalização dos mercados ocorreu no período histórico que antecede a Primeira Guerra Mundial. Tudo parecia levar à unificação mundial de mercados e confins, mas, na realidade política e econômica, foram anos de protecionismo e forte competição pelo controle territorial da Ásia, África e América Latina, com enfrentamentos entre as grandes potências ocidentais.

Como escreveu Paul Bairoch (1998), além da retórica liberal, a história comercial dos países desenvolvidos foi quase inteiramente protecionista. Com exceção da Inglaterra, que assumiu posição favorável ao liberalismo econômico – cerca de 150 anos após a Revolução Industrial –, a política do *laissez faire* se desenvolveu por dois decênios e coincidiu

com a fase crítica da economia no século XIX. Mediante articulada investigação histórico-econômica, Bairoch destruiu o mito sobre a existência real de uma idade áurea da liberdade de troca na Europa, invertendo a afirmação tradicional, segundo a qual a liberdade de troca seria a regra e o protecionismo a exceção. De fato, o nível de crescimento, no período de 1800-1893, foi menor que o previsto pelos economistas, não ultrapassando um índice médio anual de 1,5% do PIB. Os processos de mundialização da economia não são fenômenos recentes, mas uma tendência que atravessou, em profundidade, toda a fase de expansão da economia, desde a Revolução Industrial, e, também, de diferentes formas, as fases precedentes. A mundialização das relações sociais e produtivas burguesas é uma tendência imanente à história da classe intimamente revolucionária, desde sua afirmação sobre a sociedade aristocrático-feudal.

A ocupação colonial e o direito à expropriação das terras dos povos incivis, incapazes de frutificar as suas riquezas, no sentido da civilização europeia, encontraram várias formas de legitimação na filosofia da liberdade. John Locke foi o último grande filósofo a justificar e defender a escravidão. Na bíblia do liberalismo, *O segundo tratado sobre o governo*, o valor supremo da defesa da vida, conectado aos princípios de liberdade, independência e autonomia, implica o direito de dispor plenamente dos bens que o indivíduo transforma com o seu trabalho. Segundo Locke, no estado de natureza, a terra e os seus produtos são de propriedade comum de todos os homens, todavia, o indivíduo assume na sua esfera individual todas as coisas que transforma por meio do próprio trabalho. A terra, até quando fica abandonada, produz poucos frutos, mas, se cultivada, oferece aos homens os produtos essenciais à sobrevivência. Isso acontece com outros bens que são utilizados na vida cotidiana. Cada indivíduo se especializa numa determinada atividade, transformando o mundo em torno de si; portanto, a especialização e a divisão social do trabalho seriam a origem da propriedade privada e da atividade econômica do homem – Smith e Hegel definiram como sociedade civil ou econômica. A propriedade seria a medida da capacidade empreendedora, da habilidade

e da energia que cada indivíduo consegue exprimir. O uso da moeda, por sua vez, estende a propriedade além dos limites do uso pessoal e das necessidades individuais. Essa teoria é fundamento principal da teoria econômica do liberalismo desenvolvida por Adam Smith. A propriedade privada, porque alicerçada no trabalho, empenha toda a natureza do indivíduo, encontrando legitimação ético-religiosa, como dever do homem em frutificar os bens que a natureza oferece. Dessa maneira, Locke apoia e teoriza a legitimidade da expansão colonial inglesa e o direito de ocupar as terras que os povos “selvagens”, ainda menores, não conseguem transformar em riqueza.

Com a expansão colonial e o industrialismo têm-se a extensão das relações produtivas e ideológicas da sociedade burguesa, bem como a criação de um mercado mundial, no qual todos os continentes tornam-se função subalterna do crescimento econômico. Segundo Marx e Engels, na origem desse processo encontra-se a premissa histórica do desenvolvimento da produção das manufaturas, que levou ao esvaziamento da velha sociedade corporativo-feudal, que limitava o sistema produtivo/troca e bloqueava a liberdade de iniciativa econômica. Tratou-se de um “dever” (acontecido entre 1400 e 1600), legado à estação das grandes descobertas geográficas e, por consequência, da revolução nos comércios mundiais, gerada pelo afirmar-se do colonialismo. Apesar dos meios protecionistas que as nações conservaram, inclusive nas fases avançadas da liberdade de troca, universalizou-se o padrão da concorrência, de tal forma a submeter o comércio e transformar os lucros em “capital industrial”. Isso determinou a rapidez da circulação e centralização de capitais, destruindo as velhas formas produtivas e completando a vitória da cidade sobre o campo, ou seja, do capital sobre a “renda fundiária”. Na *Ideologia Alemã*, essa etapa fundamental foi definida como o pressuposto do terceiro período da propriedade privada, aquele da revolução industrial com a qual, por efeito da interdependência produtiva e comercial entre as nações, começa a história mundial em que todas as relações são finalizadas às exigências da produção industrial.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels descreveram e sintetizaram o processo de internacionalização da produção, do consumo e do abastecimento das matérias-primas, como condição de interdependência que determina novas exigências, envolvendo a produção imaterial num processo que “das literaturas nacionais e locais se desenvolve para uma única literatura mundial”. Assim, impelida pela necessidade de mercados, a burguesia invade o globo, pois necessita estabelecer-se, explorar e criar vínculos em toda parte, de modo a imprimir um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização, mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX, 1999, p. 11).

No terceiro volume d’*O Capital* está indicado com maior precisão, como o controle das colônias – não só como destinação das mercadorias, mas como lugar para onde exportar capitais e explorar mão de obra a baixo custo – apresenta-se como resposta à queda tendencial da taxa de lucro. Marx assinalou que a divisão dos países subdesenvolvidos entre as potências capitalistas é uma tendência destinada a aumentar exponencialmente e que não corresponde às velhas formas do colonialismo original, mas assume uma função avançadíssima, voltada a garantir uma nova remuneração dos capitais, indispensável para compensar a queda tendencial (MARX, 1994, pp. 259-92). O processo encontra máximo desenvolvimento, na parte final do século XIX, quando, como escreveu Lênin, o capitalismo se transformou em imperialismo.

Entre 1860 e 1870, alcançou-se o apogeu da livre concorrência. Com a crise de 1873 começou a delinear-se o sistema de cartéis. Depois, entre 1890 e 1903 (início de uma nova crise), observou-se o crescimento nos

negócios e nas trocas que levou a mais concentração e centralização de capitais. A organização por cartéis se tornou a base de toda a vida econômica e não mais um fenômeno transitório e conjuntural. Ligada à evolução do modo de produção, ocorreu crescente contraposição internacional dos interesses nacionais. O *Imperialismo* de Lênin tornou-se obra importante, não apenas sobre o plano histórico-político, mas por sua atualidade num contexto internacional dominado pelo enfrentamento violento dos interesses nacionais – desenvolvidos ao lado da luta –, para o controle das matérias primas e dos fluxos financeiro-monetários. Uma pedra ângular da história do pensamento político, tanto para desmistificar as formas de autorepresentação do real quanto para forjar instrumentos de luta dos povos sujeitados e subalternizados, em um processo de luta pela libertação do domínio colonial na Ásia, África e América Latina.

Sinteticamente, Lênin definiu as características do imperialismo, em cinco: 1. Concentração e centralização de capitais, levando a tendências monopolistas, com que pequenos grupos – como o sistema das *holdings* e das sociedades anônimas – controlam setores produtivos inteiros; 2. Prevalência do capital financeiro sobre a produção, como resultado do estreito entrelaçamento entre capital bancário e industrial; 3. Prevalência das exportações de capitais, em comparação com as exportações de mercadorias, estimulando a pesquisa de áreas onde explorar a mão de obra a baixo custo bem como de matérias-primas; 4. Divisão do mundo em áreas de influência e domínio; 5. Utilização da guerra como instrumento para obter novas repartições territoriais e a possibilidade de superação da crise econômica.

O eixo dessas mudanças está no que Lênin definiu como sistema da participação acionária. Hoje, chamado *holdings*, ou seja, um sistema de caixinhas chinesas ligadas a cadeias de ações, com as quais, controlando o bloco acionário, se conseguiria controlar setores produtivos inteiros. Esse sistema favoreceria a manipulação, fraudes no balanço fiscal – com danos ao público –, em razão da irresponsabilidade de empresas-mães em relação às afiliadas. Foi o enorme desenvolvimento verificado antes da

Primeira Guerra Mundial até a crise de 1929 que favoreceu esse processo doentio no interior da economia capitalista. Em comparação ao capitalismo clássico, cuja finalidade estava na exportação de mercadoria, o capitalismo monopolista tem a tarefa de exportar capitais.

No capitalismo, os lucros não são utilizados para elevar o nível de vida das massas populares no próprio país, porque o aumento dos salários levaria à diminuição dos ganhos capitalistas. O capitalismo pesquisa novas formas de remuneração do capital, exportando-o para países ainda não-desenvolvidos. Assim, na fase de maturidade do capitalismo, a exportação de capitais torna-se exigência fundamental para evitar a queda tendencial das taxas de lucro e para levar a efeito duas tarefas: aumentar os lucros e obter redução do custo de trabalho na pátria mãe, através da concorrência do trabalho barato disponível nas colônias.

A luta pelo controle do mercado mundial levou a divisão internacional do trabalho para a esfera de influência dos grupos monopolistas e dos Estados – que encarnam seus interesses. Todavia, o domínio colonial tem diferentes gradações: desde a conquista militar direta até a penetração de capitais e a exploração exclusiva nos territórios dos Estados – formalmente independentes, mas subordinados às potências que lutam entre si. Quanto mais desenvolvido o capitalismo tanto mais aguda é a concorrência, a caça às fontes de matérias-primas e a luta pela conquista das colônias. Assim, o capital financeiro faz esforços para ganhar o máximo de territórios possíveis, buscando fontes de matérias-primas, com medo de ficar para trás, na luta pelo controle do último pedaço de terra (MARX, 1994, p. 124). Por isso, a consequência e a natureza do imperialismo encontram-se no dispositivo da guerra, porque, com a conclusão da divisão do planeta, uma nova divisão se imporia como único modo de sair da crise econômica.

O desastre da Primeira Guerra Mundial foi a tradução concreta do surgimento da ideologia fascista, numa fase em que as contradições entre as potências capitalistas não eram mais passíveis de resolução. Geralmente, a crise de 1929 e a Primeira Guerra Mundial são apresentadas como

uma consequência desse tipo de desenvolvimento da economia. Todavia, Bairoch contesta esta interpretação, assim como as afirmações sobre a profundidade da crise, ao argumentar que os anos de 1920 não teriam sido de liberdade entre as trocas comerciais e nem o apogeu do protecionismo alfandegário. Para confirmar a assertiva, bastaria lembrar que naquela década quase todos os países reduziram os impostos alfandegários. Assim, o período que precedeu a queda de 1929 foi caracterizado por políticas comerciais mais abertas e não mais fechadas, em comparação com as décadas anteriores.

Segundo Robert Gilpin (2002, p. 33), os processos de integração da economia mundial contemporânea são irregulares e limitados a algumas frações do processo econômico, com o que se poderia afirmar que o mundo atual figuraria menos integrado do que aquele do século XIX e até o período da Primeira Guerra Mundial. Sob o regime do *Gold Standard* e a influência da doutrina do *laissez faire*, os mercados foram mais determinantes e os governos tinham pouco poder sobre os negócios econômicos, ao passo que os governos nacionais, hoje, têm mais instrumentos para gerir suas economias. Conclui-se que a dimensão internacional do comércio, dos investimentos e dos fluxos financeiros era mais extensa no final do século XIX se comparada aos dias de hoje.

A transformação do capitalismo em imperialismo tem duas consequências fundamentais para o quadro que levou ao nascimento do fascismo: 1. O processo de concentração e centralização de capitais acabou por destruir a função econômico-produtiva da pequena e média burguesia (base social do fascismo), que, como escreveu Gramsci, tornou-se essencialmente uma classe política especializada na intermediação, com características parasitárias; 2. O conflito permanente pelo controle das áreas coloniais, sob a influência das nações imperialistas, tornou a potência militar o instrumento fundamental do enfrentamento político internacional, e a guerra tornou-se uma exigência imperiosa, funcional à evolução e ao progresso, com funções de palingênese na ininterrupta luta entre “civilidade” e “incivilidade”. O segundo elemento é central no desenvolvimento do

nacionalismo, antes e depois da Primeira Guerra Mundial, porque forneceu a ferramenta ideológica que determinou os assuntos essenciais do fascismo. Um dos seus conceitos-chave é o do direito “ao espaço vital” – um princípio que faz organicamente parte da cultura política das potências ocidentais, na idade do imperialismo, e, mais em geral, da ideologia do colonialismo, que considera lícito dominar e explorar civilidades “inferiores” ou “primitivas”. O racismo e a científica desumanização dos “incivis” são imanentes ao colonialismo, pois se serviu das teorias sobre a existência de uma hierarquia da humanidade para legitimar o sistema de dominação sobre os povos coloniais. Contrariamente, as leituras que põem no mesmo plano fascismo e comunismo afirmam que o fascismo seria uma ideologia de esquerda. Os acontecimentos russos que abalaram o mundo representaram um golpe sem precedentes às pretensões do imperialismo e, exatamente, por essa razão, o fascismo se afirmou como sua negação dialética.

Nesse sentido, o assalto ao Céu de Outubro de 1917 é, primeiramente, uma revolução anticolonial. Segundo Lênin, os comunistas deveriam perceber que desde o início do século xx centenas de milhões de indivíduos agiam como “fatores revolucionários autônomos ativos”. Essa consciência levou a Internacional Comunista a investir recursos e energias nessas lutas, assumindo o comando de todas as questões conexas à preparação e à sustentação das lutas de libertação nacional. O impulso inicial e a investidura de responsabilidade histórica foram fundamentais para inaugurar uma nova página na história da humanidade, que, no curso do século xx, levou a maioria da população mundial à emancipação do jugo colonial.

Em *O marxismo Ocidental*, Losurdo (2018) argumentou que a Revolução de Outubro caracterizou-se por ser o grande evento da história contemporânea, na medida em que não apenas favoreceu a afirmação do marxismo nas regiões periféricas, rurais e atrasadas (revoluções na China, Vietnã e Cuba), mas tornou o marxismo fermento vital para as lutas de emancipação na Ásia, África e América Latina. Na esteira do processo histórico, no qual se encontra a Primeira Guerra Mundial

e a Revolução de Outubro, o marxismo conheceu uma difusão planetária. Inevitavelmente, o triunfo produziu uma consequência: o encontro com culturas, situações geopolíticas e condições econômico-sociais distintas, processos de diferenciação, contradições e conflitos, antes desconhecidos (LOSURDO, 2017). Em antítese, em um contexto marcado pela crise de hegemonia do velho liberalismo e a radicalização social da chamada política de massas, os fascismos surgiram reafirmando o conceito de nacionalismo: “a Nação acima de tudo”. Nesse sentido, sua base ideológica se encontraria no antissocialismo e antibolchevismo, cujos movimentos eram considerados “forças antinacionais” porque inspiradas no princípio do internacionalismo proletário. Além disso, no seu nacionalismo exasperado, todos os fascismos consideraram o conflito social entre capital e trabalho (ponto nevrálgico da história do movimento operário em todas as suas vertentes) não só uma dialética destruidora dos interesses nacionais, mas um câncer que precisa ser extirpado com a violência devastadora da cruzada. Nesse sentido, definir o fascismo como uma ideologia de esquerda equivaleria a dizer que o satanismo é uma religião cristã.

Tornou-se lugar-comum citar a questionável contabilidade dos cemitérios, feita no famigerado livro negro do comunismo, no qual estão incluídas as mortes por guerras e carências de recursos – em grande parte dos casos, provocadas de fora. Se usássemos os mesmos parâmetros adotados por Stéphane Courtois & Co., quantos milhões de mortos devíamos atribuir à expansão mundial da chamada civilização burguesa? Vamos apenas tentar pensar: 1) as consequências históricas da acumulação original de capital sobre as incalculáveis massas rurais expulsas dos campos, transformadas em multidões de mendigos nas grandes periferias urbanas; 2) o extermínio dos povos nativos, no Norte e Sul da América, Ásia e Oceânia; 3) os mortos por causa da miséria e da exploração colonial ocidental na África, incluindo o escravismo; 4) as infinitas guerras imperialistas, conduzidas nos últimos dois séculos, em todos os cantos do planeta, para roubar os recursos dos “povos não civilizados”.

Uma hecatombe muito bem escondida nos livros e tratados sobre a história da humanidade. Isso confirma um ponto desenvolvido por Marx e Engels na metade do século XIX. Justamente no terreno das ideologias é que se encontra o êxito da sociedade burguesa; e, assim, o fato de ter transformado o mundo em um grande cemitério é apresentado como afirmação dos princípios de liberdade e civilização ocidental sobre a barbárie dos povos primitivos. O paradoxo histórico é que, mesmo sendo mestres da ideologia, os grandes e pequenos teóricos do liberalismo fazem da crítica às ideologias sua batalha característica. A confirmação de sua capacidade hegemônica é que a maioria das pessoas, dotadas de uma boa cultura, nela acredita e a reproduz, mais ou menos, conscientemente. Trata-se de problemas filosóficos e não apenas políticos, que solicitam a compreensão da grande lição hegeliana, segundo a qual “a filosofia é o próprio tempo apreendido com o pensamento” (LOSURDO, 2018, p. 206).

Concluindo, o fascismo não pode ser expulso do terreno real da história, sendo reduzido à objetivação político-coletiva da “banalidade do mal”. O fascismo não foi um parêntese irracional, um método, nem o fruto de uma psicose que derrubou as defesas morais da civilidade europeia, surgido fora do seu corpo social e de sua cultura. O fascismo é um movimento social e uma ideologia original, historicamente determinada, fruto de específicas condições sociais e culturais, funcionais a determinadas exigências de classe. Mas, apesar das condições excepcionais que determinaram seu aparecimento, ligadas à crise de hegemonia das classes dirigentes tradicionais, na Europa da primeira metade do século XX, o movimento representou a tentativa de instaurar a ideologia tradicional do colonialismo e do imperialismo. O fascismo é o produto das contradições objetivas e subjetivas das sociedades liberais em crise, mas também um desenvolvimento político e cultural não alheio à brutal civilização europeia que submeteu e escravizou os chamados “povos primitivos”. Não reconhecer elos orgânicos, recusando-se a historicizar premissas e causas racionais, inevitavelmente levará à utilização das categorias anti-

-históricas da teratologia, que pretendem representar a realidade como resultado inexplicável da loucura, monstruosidade e deformidade.

Referências

- BAIROCH, P. *Economia e storia mondiale: miti e paradossi*. Milano: Garzanti, 1998.
- CROCE, B. *La libertà italiana, nella libertà del mondo*. Discorso tenuto al primo congresso dei partiti tenuto a Bari il 28 gennaio 1944. Edizione a cura del Partito liberale italiano: Bari, 1944.
- CROCE, B. *Scritti e discorsi politici*. Bari: Laterza, 1963.
- GILPIN, R. Attori nelleconomia globale. In: BATINI, E; RAGIONIERI, R. (org.). *Culture e conflitti nella globalizzazione*. Florence: Leo S. Olschki, 2002.
- LOSURDO, D. *Controstoria del liberalismo*. Roma-Bari: Laterza, 2005.
- LOSURDO, D. *Il marxismo occidentale: come nacque, come morì, come può rinascere*. Roma-Bari: Laterza, 2017.
- LOSURDO, D. *O marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, K. *Il Capitale*, v. III. Roma: Riuniti, 1994.
- MARX, K. *Il Manifesto del partito comunista*. Bari: Laterza, 1999.
- MEINECKE, F. *La catastrofe della Germania: considerazioni e ricordi*. Firenze: La Nuova Italia, 1948.
- NOLTE, E. *I tre volti del fascismo*. Milano: Mondadori, 1971.



ANDERS E L'ULTIMO LUKÁCS

ANTONINO INFRANCA

A correspondência entre György Lukács (1885-1971) e Günther Anders (1902-1992) iniciou-se em 1964, quando o filósofo húngaro chegava aos 79 e o alemão aos 62 anos. Trata-se de duas gerações de filósofos que mantiveram correspondência. Apesar das diferentes posições intelectuais, o diálogo fluía com facilidade, principalmente no que se refere às questões tratadas: em primeiro lugar, a da *alienação* (*Entfremdung*). Lukács elogiava Anders, pois o considerava um dos poucos intelectuais a demonstrar sensibilidade acerca do fenômeno generalizado na sociedade civil da época. Lukács não considerava Anders um hóspede do *Grand Hotel Abyss*, pois gostava de definir o lugar imaginário no qual os intelectuais se reuniam alegremente enquanto o *Hotel* deslizava lentamente em direção ao *Abismo*. O pensador húngaro usou essa expressão em um ensaio de 1933 que permaneceu inédito até 1981, quando apareceu postumamente em uma antologia de seus textos (LUKÁCS, 1981a, pp. 81-103). A época acusava os intelectuais alemães de subestimar o nazismo – recém-chegado ao poder; no segundo momento, os acusava de não saberem avaliar a gravidade do fenômeno da alienação, difundido no âmbito da sociedade civil.

Assim, a temática do *estranhamento* (*Entfremdung*) foi amplamente tratada por Lukács, principalmente, na quarta e última parte de sua *Ontologia do Ser Social*, na qual trabalhava em 1964 e, nos anos seguintes,

quando escreveu a Anders. Nesse sentido, torna-se possível, portanto, compreender a relevância e a importância da temática. Naturalmente, o *estranhamento* da Ontologia estava intimamente relacionado ao mesmo tema, ainda que indicado pelo termo *reificação* (*Verdinglichung*) ou *alienação* (*Enttäusserung*) de que tratou em seus primeiros trabalhos – particularmente, em *História e Consciência de Classe*, certamente conhecida por Anders. Por outro lado, o próprio Anders trabalhava sobre o mesmo tema em todas as suas obras significativas, tais como: *O homem é antiquado*, publicado em dois volumes, com quase um quarto de século de diferença: 1956 e 1980, embora no segundo volume arrisque uma hipótese sobre o uso do termo:

Eu evito a palavra “alienação” [*Entfremdung*] que agora se tornou pequena moeda. A evito, porque, aos ouvidos de quem tem até mesmo um leve sentido da linguagem, indica exatamente o oposto do que significa: parece afirmar que algo será despojado de sua estranheza [*Fremdheit*]. Que a expressão pudesse ter sido preservada por tanto tempo, aliás, que hoje está até inflada, é incompreensível. Ou, infelizmente, compreensível (ANDERS, 1992, p. 423, grifos do autor).

Anders usa o termo *Entfremdung*, mas por razões inexplicáveis as duas traduções italianas (ANDERS, 2003) relatam *alienação* e não *estranhamento*, como o léxico marxista italiano tradicionalmente usa. Traduzir *Entfremdung* por *alienação*, em vez de *estranhamento*, esconde a clara relação da análise de Anders com a marxista – talvez, o próprio Anders pretendeu ocultar essa relação – e, no nosso caso, com o último Lukács, para marcar um claro afastamento da reflexão de Anders da de Heidegger. Para explicitar os equívocos da tradução, o uso do termo é a afirmação emblemática de Anders contida na *Carta ao filho de Eichmann*: “Até o último dia de sua vida, [Eichmann] havia se sentido completamente alheio ao que ele mesmo havia dirigido de sua mesa de escritório (ANDERS, 2007, p. 35).” Anders considerava o afastamento de Eichmann como a condição humana constante de seu trabalho, como planejador do Holocausto.

Falando da relação Anders-Heidegger, Lukács, na primeira parte da *Ontologia do Ser Social*, cita Anders que interpreta uma passagem fundamental de Heidegger. Anders reconhece a capacidade de Heidegger de renovar o sentido da palavra “fenômeno”, sem, no entanto, que essa renovação heideggeriana seja de alguma forma, deliberadamente, ligada pelo filósofo alemão ao fenômeno da *mercadoria*. Embora Heidegger não faça referência à “fenomenologia das mercadorias” – excluindo assim qualquer referência de Heidegger à *História e Consciência de Classe* –, Anders admite que a interpretação heideggeriana está de alguma forma conectada ao mundo fenomenal das mercadorias. Lukács reconhece a intenção de Anders de interpretar a concepção fenomenológica de Heidegger, como se fosse paralela à análise de Marx e Lukács do “mundo das mercadorias”. Talvez, como uma alternativa a elas e de fato observa: “Formulações de Anders [...] em substância, ele apreende o cerne do *quantum* ontológico do homem e o mundo, argumentado por Heidegger” (LUKÁCS, 1976, p. 66). Lukács, basicamente, concorda com Anders, em derrubar o antiontologismo de Heidegger para descobrir o núcleo ontológico que sustenta a fenomenologia heideggeriana.

O “mundo das mercadorias”, como Marx e o jovem Lukács o entendem é o “mundo reificado e alienado” do sistema capitalista. Lukács entende o *estranhamento* como um fenômeno negativo global que distorce a formação do ser humano de inúmeras maneiras. A *alienação* tem um sujeito que é o ser humano, que se forma tanto nas relações com outros seres humanos quanto na relação com a natureza e também se forma a partir da própria natureza. Na prática, o ser humano é uma síntese das relações humanas e naturais, que, por sua vez, são complexos de relações, portanto, o ser humano, o *ser social* é um “complexo de complexos”.

Como se pode observar, a estrutura lógica da reflexão lukacsiana sobre o ser social e suas distorções é fortemente determinada pela lógica hegeliana e não poderia ser de outra forma, se levarmos em conta que Lukács também foi um continuador da reflexão hegeliana sobre a realidade social, como o próprio Marx. O ser humano é, portanto,

uma *Bildung*, que, em alemão, pode significar “estrutura”, “educação”, “construção”, “cultura”. Trata-se, portanto, de um sujeito que pode ser: construção, estrutura, edificação, que tem cultura. Mas esse sujeito também é uma substância, porque sujeito é uma palavra que vem do termo latino *sub-jectum*, que significa “jogado ao chão” e “substância” vem do termo latino *substantia*, que significa “o que está abaixo” e se traduz do grego ὑπόκειμενον, que significa precisamente “o que está abaixo”. Pode-se deduzir que Sujeito e Substância são, em princípio, dois sinônimos que podem indicar o sentido do fundamento.

Para um marxista, essa *substância/sujeito* é uma construção histórica, uma construção no tempo. Para Lukács, como um autêntico marxista, o *estranhamento* é uma distorção dessa *substância*, mas é uma distorção, por sua vez, produzida ao longo do tempo. O homem nasce como *substância histórica*, por meio de um ato de trabalho: uma atividade posta teleologicamente que, graças aos meios naturais, lhe permite produzir a satisfação de suas necessidades. A distorção alienante começa com sua vida histórica. Sua educação vai se construindo ao longo do tempo; enquanto estabelece relações parentais, aprende uma língua, começa a andar ereto, brinca, educa-se, torna-se um ser com cultura. Essa cultura pode distorcer sua personalidade humana original. “Personalidade”, *Personlichkeit*, é o termo que tanto Marx quanto Lukács usam para se referir a essa *substância humana*. “Persona” é um termo que vem do latim *persona*, que era a máscara que os atores colocavam no rosto para interpretar os vários papéis de uma tragédia. Portanto, há algo na personalidade do homem que o distorce e o muda, como forma de apresentar outra face do ser humano.

Os seres humanos querem viver de acordo com sua própria felicidade. O ser humano quer ser feliz, satisfazer suas necessidades biológicas que têm em comum com os animais: comer, beber, proteger-se e fazer sexo. Todavia, o homem, além de suas necessidades animais, tem necessidades tipicamente humanas. Isto é, necessidades espirituais e culturais, precisamente no sentido da *Bildung*, que men-

cionei acima. Esse ser humano quer ser feliz e, por isso, quer trabalhar pouco, se o trabalho for alienante; se o trabalho for satisfatório, como se fosse uma daquelas necessidades animal/humana do ser humano, então se busca o trabalho bem feito. O mais recente Lukács, do *Testamento Político* (LUKÁCS, 2016, pp. 99-139), fala de “trabalho bem feito” que é a categoria *trabalho*.

O afastamento vem da palavra *Fremd*, “estranho”. Isso indica que existem condições em que o ser humano se torna estranho por sua própria *substância humana*. Marx lembra que o ser humano tem um *Arbeitsvermögen*, uma “capacidade para o trabalho”, que se vê obrigado a vender no mercado, como se fosse uma *mercadoria* – uma *coisa*. Reduz-se o ser humano a uma *coisa*, porque não consegue separar o corpo, sua *res extensa*, de sua *Arbeitsvermögen*. Não consegue separar sua *res extensa* de sua personalidade. Então, acaba alienando sua *Arbeitsvermögen* de sua *res extensa*, sua capacidade de trabalhar a partir do corpo, porque a capacidade de trabalhar já não lhe pertence, pois a vendeu a um estranho, a outro que a comprou como se fosse uma *mercadoria*. Quando o ser humano vende seu *Arbeitsvermögen*, torna-se estranho a si mesmo, porque torna-se estranho ao melhor de seu ser – uma daquelas partes de seu ser que o torna diferente de qualquer animal.

Chaplin descreveu magnificamente esse distanciamento, no filme *Tempos Modernos/1936*, quando mostrou que o trabalhador gostaria de estar em outro lugar e não dentro da fábrica trabalhando. Anders utiliza o filme de Chaplin para demonstrar o nível de *estranhamento* que o homem moderno atingiu. Para Anders, o homem de Chaplin gostaria, ainda mais do que ele, de ser convertido em uma peça, uma roda, um mecanismo, uma máquina para seguir perfeitamente o ritmo da linha de montagem (ANDERS, 2003, p. 115). Ele não sabe que, se o engenheiro de fábrica atingisse perfeita sincronia com o ritmo do mecanismo, aceleraria a velocidade da esteira um pouco mais para aumentar a produção e o aproveitamento da mão de obra.

O *homo faber* transforma o mundo e o torna adequado para si mesmo, torna-o familiar para si mesmo. Para Anders, essa familiarização tem um preço altíssimo, pois com ela prevalece a “atitude do cientista” que aproxima o objeto, mas se distancia da intimidade de sua própria vida. Assim, parece que o mundo se torna cada vez mais familiar para o *homo faber*, mas na realidade ocorre uma situação inversa: “A raiz principal da familiarização é na verdade – por mais paradoxal que pareça – a própria alienação [*Entfremdung*]” (ANDERS, 2003, p. 145). A situação é dialética porque se realiza no oposto, no negativo do que se gostaria de alcançar. A tarefa futura é derrubar o negativo, o *estranhamento*, negar o negativo. Não há dúvida de que existe uma concepção andersiana de *estranhamento* e um trecho do segundo volume de *Homem é antiquado* indica suas características fundamentais:

O caminho entre nosso primeiro gesto [linha de montagem] e seu produto final é mediado infinitas vezes; em nosso produto, convergem inúmeras performances de outras pessoas e a contribuição pessoal no emaranhado de outras contribuições nem mesmo é vista; temos que nos concentrar naquela peça, que a gente é obrigado a trabalhar de vez em quando e naquela fase do trabalho que a gente faz de vez em quando [...]; não devemos pensar em julgar ou criticar ou mesmo “sabotar” nossos produtos (ANDERS, 1992, pp. 336-337, grifos do autor).

Aqui, encontramos alguns dos temas lukácsianos de fragmentação e concentração total no produto, com o desaparecimento total da subjetividade. E também, a negação do julgamento do trabalho realizado – o “trabalho bem feito” de Lukács – é o sinal do afastamento total do trabalhador de seu trabalho.

Como escreveu Marx, o ser humano quer ser feliz: brincar, fazer amor, pintar, pescar... Não quer fazer um trabalho alienante, não quer trabalhar como uma máquina. Mas, na realidade, o distanciamento vem de uma relação entre dois homens: o *trabalhador* e o *capitalista*, que, no entanto, se apresentam no mercado em condições diferentes: um para vender sua capacidade de trabalho e outro para comprá-la. Um é *mercadoria*, enquanto o outro é comprador e proprietário da *mercadoria*. No mundo

capitalista, paradoxalmente, tornar-se *mercadoria* representa um avanço; ser um objeto de consumo, em forma de *mercadoria*, constitui a prova da própria existência (ANDERS, 2003, p. 225). O ser humano enquanto trabalhador assume a forma de *mercadoria*, mas como *mercadoria* também assume a forma de *valor de uso*, o único valor que o ser humano tem hoje no mercado capitalista; e esse valor é cada vez mais substituído pelas máquinas – *trabalho morto* que substitui cada vez mais o *trabalho vivo*. A análise de Anders termina com uma observação: “A empresa é o lugar onde se cria o homem da ‘mídia-sem-consciência’, o berço do conformista” (ANDERS, 2003, p. 297, grifos do autor). O conformista é o homem de Chaplin que quer se tornar uma “roda de um mecanismo”, que quer se mover ao ritmo da esteira e, portanto, o conformismo é uma forma de *estranhamento*. Estar em um lugar preciso, próximo à esteira, passa a ser um *principium individuationis*, ou seja, a consciência do trabalhador se adapta ao espaço que ocupa. Portanto, não é apenas o tempo, mas também o espaço que determina a consciência do ser humano.

O Lukács de *História e Consciência de Classe* concluiu de outra forma, pois argumentara que, no processo produtivo, surge a consciência de oposição ao processo de produção capitalista. Na abertura do segundo volume de *O Homem é antiquado*, Anders retorna ao tema da identificação, argumentando que o indivíduo moderno é defraudado pelo prazer e por suas habilidades; na prática, está em estado de *estranhamento*. “Com efeito, a tentativa de identificar, seja ela bem-sucedida ou fracassada, perturbaria o trabalho e tornar-se-ia assim uma sabotagem” (ANDERS, 1992, p. 58). A consciência é um dos elementos fundamentais da identificação e, portanto, um entrave ao processo de produção (ANDERS, 1992, p. 58). Mas não só a consciência, também a imaginação ou capacidade de representação do trabalhador tornam-se obstáculos à produção. Um pouco mais adiante, Anders fala sobre uma produção que se desdobra não em produções parciais (ANDERS, 1992, p. 63), mas em atividades parciais, mostrando uma evidente influência da análise do processo de produção capitalista do Lukács de *História e Consciência de Classe*.

A influência de Lukács parece-me evidente, quando Anders denuncia a perda do sentido da totalidade da produção da qual ele é “roda”, mas também das qualidades morais do objeto que ele produz e do consumidor a quem esse produto se dirige (ANDERS, 1992, p. 82). O trabalhador é totalmente estranho ao mundo ao qual pertence. Este fenômeno é significativamente referido por Anders como *Chaplinite*.

A análise que Lukács realiza em a *Ontologia do Ser Social* do fenômeno do *estranhamento* tem uma estrutura (*Bildung*), no sentido ético. Não é apenas uma análise ontológica do ser humano, mas também uma análise ética e política do ser humano. Quando Lukács quer denunciar a situação de *estranhamento*, sabe muito bem que este é um dos fenômenos mais difundidos do mundo contemporâneo e na realidade histórica atual. Hoje, o *estranhamento* é o que psicologicamente chamamos de “depressão” (uma descida, sob pressão externa ou alheia, de uma situação de bem-estar para uma situação de mal-estar). O sujeito sente-se privado de uma situação de felicidade, que se supõe possível, e vive numa situação de desespero e infelicidade, sempre pressuposta. Digo “pressuposto” porque me parece que a depressão é como a “pressuposta consciência de classe” do Lukács de *História e Consciência de Classe*, porque a depressão surge da autopercepção do sujeito, portanto, é sempre uma condição subjetiva. Um sujeito pode viver em péssimas condições de vida, mas não estar deprimido; ou viver em excelentes condições de vida e estar deprimido; e, muito mais frequentemente, isso acontece: a depressão é uma doença dos ricos (ANDERS, 1992, p. 349), isto é, daqueles que possuem muitos meios materiais, mas não têm satisfação espiritual e subjetiva com suas condições de vida. Os pobres não têm tempo para ficar deprimidos, porque estão ocupados trabalhando para se alimentar. Muitas vezes, as vítimas da desigualdade social indicam a fonte original de sua felicidade, justamente, na falta de meios materiais. A privação é uma forma distorcida de consciência de classe.

O ser humano é *alienado* de sua própria *substância humana*. Marx e Lukács chamam de *Gattungsmässigkeit*, “genericidade”, também traduzida em italiano como “pertencente ao gênero” do ser humano. Com esse termo alemão queriam dizer que todos os seres humanos pertencem à raça humana, e que pertencer à raça humana é sua própria *substância humana*. A concepção marxiana, conseqüentemente a lukacsiana, é formal; não indica um conteúdo concreto nem da raça humana nem do ser humano, como fazia Hegel, que indicava esse conteúdo no *espírito*, que era a *substância humana*, histórica e relacional, ou seja, a capacidade do homem de criar relacionamentos. Marx apenas escreve que o ser humano pertence à raça humana, sem nenhuma diferença de raça, sexo, língua, cultura, educação. Raça e sexo são elementos naturais; enquanto, língua, cultura e educação, são elementos espirituais.

O ser humano tem consciência de pertencer ao gênero humano. Lukács argumenta que o *estranhamento* diminui, ou melhor, faz cair o sentimento de pertencimento ao gênero humano. O distanciamento provoca uma queda no nível de autoconsciência de pertencimento ao gênero humano, pertencimento original, autêntico, correto ao gênero humano. A *substância humana* é precisamente esse sentimento de pertencer à raça humana. O ser humano *alienado* se sente reduzido em sua pertença à raça humana.

A saída desse estado de queda, de redução, deve ser uma ação de emancipação (*ex mancipio*, “sair da condição de prisioneiro”), portanto, uma ação de libertação. Para Lukács, devemos sair do *estranhamento* para retornar ao próprio sentido de ser humano, para retornar à *substância* a que pertencemos. A emancipação do *estranhamento* pode ser interpretada como uma restituição, pois o *ser social* deve saber, deve estar ciente dessa situação. Em alemão, “consciência” tem duas palavras: *Bewusstsein* – “ser conhecido ou conhecido” – e *Gewissen* – “conhecimento moral”, no qual se tem uma consciência. Na prática, seria um conhecimento da própria situação – do lugar e do tempo em que estamos – e também um conhecimento dos valores que constituem e fundamentam o *ser*. Para Lukács, seria apropriado saber quem somos, a que nível de *estranhamen-*

to estamos submetidos, onde começa o *estranhamento*, em que consiste a *substância alienada*. Na prática, é um chamado a tomar consciência de nossa condição humana e histórica, ou seja, a conhecer nosso próprio ser homem. O significado é o que Anders afirma que o homem perdeu (ANDERS, 1992, p. 358), o que, essencialmente, não está longe das reflexões de Lukács. Para Anders, o mundo aparece como uma máquina total (ANDERS, 2007, p. 58), onde está a “diferença prometeica”, ou seja, a assincronização entre o mundo dos produtos e o homem. Esta diferença de altura provoca uma “vergonha prometeica”, que surge “face à humilhante altura de qualidade dos objetos feitos por nós” (ANDERS, 2003, pp. 50-57). Essas são as condições de um *mundo alienado* que escapa à compreensão e à manipulação do ser humano que nele vive. Como se pode observar, essa concepção de *estranhamento* está sutilmente presente em toda a correspondência entre Lukács e Anders.

Na *Ontologia do Ser Social*, Lukács cita Anders uma segunda vez, sobre o *estranhamento* manipulativo, ou seja, a capacidade do sistema dominante de manipular certos fenômenos ou eventos para usá-los em apoio à sua própria forma de dominação. Assim, a rejeição das novas formas de *estranhamento* pode ser revertida em alguma forma de apoio ao sistema dominante. Lukács, porém, relata casos de intelectuais que escaparam dessa situação de *estranhamento* manipulativo e cita o caso de Anders (LUKÁCS, 1981b, p. 802).

Lukács considera a crítica de Anders ao distanciamento próxima à sua: “manipulação branda” (LUKÁCS, 1977). Lukács entende por manipulação a operação lógica, levada a cabo pelos neopositivistas que, manipulando a realidade, podem ocultar as formas de exploração econômica e social – as contradições do sistema capitalista entre suas regras fundamentais e sua prática real. A manipulação grosseira “dos herdeiros do período stalinista” opõe-se à manipulação refinada dos neopositivistas; a manipulação apurada do conhecimento opõe-se à rigidez grosseira e dogmática; a irracionalidade da *práxis* humana opõe-se às questões importantes da existência humana (LUKÁCS, 1977, p. 170).

O tema da luta constante pelo legado do stalinismo retorna. O filósofo húngaro luta em duas frentes: i. contra o estranhamento capitalista, brutal no campo econômico, mas brando e refinado no cultural; ii. contra o distanciamento stalinista, brando no campo econômico, mas brutal e grosseiro no campo cultural. O stalinismo executou sua manipulação brutal de tal forma que as visões de mundo que não as marxistas, por sua vez, manipuladas para torná-las compatíveis com a ditadura stalinista sobre o proletariado, eram absolutamente desconhecidas das massas que viviam nos países socialistas. Com o fim do stalinismo, as mais diversas concepções de mundo desprovidas de meios críticos invadiram o sistema socialista e foram adotadas de forma acrítica. Na prática, no sistema socialista, os cidadãos se encontravam na situação de impossível crescimento e amadurecimento intelectual, o que era permitido, embora com grande dificuldade, no sistema capitalista.

A *alienação* é um fenômeno também presente nos países socialistas, como Anders reconhece: “Diante das evidências, um dia até os teóricos socialistas terão de se convencer de que existe alienação deles como em qualquer outro lugar” (ANDERS, 2007, p. 105). Na verdade, para Anders, o *estranhamento* é uma consequência do desenvolvimento da tecnologia e não das relações de propriedade (ANDERS, 1992, p. 349), de modo que as liberdades surgem do domínio da tecnologia (ANDERS, 1992, p. 98). Lukács não esconde o fato de que o *estranhamento* também existe nos países socialistas. Diante da manipulação predominante nos sistemas socioeconômicos, capitalista e comunista, Lukács defendeu o hábito da internacionalidade em todos os campos da atividade humana (ANDERS, 2007, pp. 175-176). É uma referência clara ao pertencimento ao gênero, que supera as divisões socioeconômicas para voltar diretamente à autêntica natureza humana. Lukács, apesar do atraso intelectual do sistema capitalista, se declara otimista:

A ideologia avançada do marxismo recupera amplas perspectivas teóricas e práticas; então vemos, de fato, que as duras formas de manipulação na revolução socialista, tomadas em conjunto, representam um corpo estranho que só pôde

adquirir a aparência de parte integrante por causa do immissível [sic! provavelmente inadmissível, A. I.] A generalização de Stalin dos métodos da guerra civil, transformada em uma condição permanente (LUKÁCS, 1977, p. 159).

O otimismo de Lukács era seu traço de caráter, à maneira do “otimismo da vontade” de Gramsci. Surge, claramente, na Carta de 6 de janeiro de 1968, quando convida Anders a não perder a “perspectiva final”. Essa perspectiva era tema recorrente de Lukács – que se opunha ao stalinismo. Numa Carta, particularmente dramática, a primeira que escreveu no regresso da deportação à Romênia, após sua participação na Revolução de 1956, Lukács escreveu a Cesare Cases, sobre as suas futuras intenções:

Trata-se, em primeiro lugar, de seguir a perspectiva. Talvez, você se lembre de minha palestra sobre o assunto no último congresso de escritores alemães, realizado no ano passado. Na ocasião, disse que a perspectiva não é uma realidade – se assim for representada, produz-se um final feliz – mas é, por vezes, uma realidade futura. Portanto, é real e irreal, ao mesmo tempo. Se alguém aderir a isso, então é possível encontrar, mesmo nas circunstâncias mais desfavoráveis, até mesmo um espaço mínimo para atividades. Talvez ele saiba, por conversas anteriores, que minha máxima favorita é uma pequena variação da famosa frase proferida por Zola, na época do caso Dreyfus: “La verité est lentment en marche, et à la fin des fins, cai na arrêtrera”¹.

O velho Lukács, talvez por ser velho e, portanto, acima de qualquer suspeita ou perigo, não pretendia abandonar a luta pela emancipação humana. Cada pequeno espaço de manobra deve ser ocupado, cada gesto possível de libertação deve ser tentado. Não pode aceitar qualquer compromisso com qualquer regime que não seja inspirado pela *democracia socialista*. Isso explica seu compromisso com a libertação de Ângela Davis – considerada uma lutadora da emancipação e libertação humana.

¹ A verdade avança lentamente e, no fim dos tempos, nada a deterá. A frase de Zola: “La verité est en marche, et rien ne l'arrêtrera”, foi um dos slogans mais difundidos durante o caso Dreyfus. Quando o senador Scheurer-Kestner pediu uma revisão deste caso, Zola escreveu um artigo no *Le Figaro* (25 de novembro de 1897) intitulado, precisamente, por este slogan.

A luta pela emancipação e libertação não pode ser conduzida apenas ao nível do sentimento, mas, sobretudo, ao nível da razão. Assim, a posição de Bloch parece importante a Lukács, mas insuficiente, se permanecer apenas no nível sentimental. Em suma, o filósofo húngaro busca uma perspectiva racional, um projeto viável, que pode ser concretizado. Naqueles anos, especialmente após a invasão soviética da Tchecoslováquia, Lukács escreveu sobre a “democratização”, isto é, um processo de crescimento contínuo da democracia. Anders também fala de democratização, mas de uma “democratização geral do universo”, que significa odiar todos os privilégios, portanto, esperar por um cosmos democraticamente estruturado, no qual direitos iguais e tolerância para todos sejam aplicados (ANDERS, 2003, p. 142). Para Anders, os Estados Unidos ofereceriam as melhores condições para a realização desse projeto, pois lança uma imagem universal para além da sociedade existente. A limitação de ambos os filósofos se encontra em concentrarem suas análises nos sistemas político, social e econômico que melhor conhecem: Anders se refere quase exclusivamente aos Estados Unidos, que obviamente não representam todo o universo. E Lukács está, paradoxalmente, em melhor condição: por conhecer profundamente o mundo do socialismo realizado e suficientemente o capitalista, tende a recorrer a ambos os sistemas socioeconômicos. Mais uma vez, no *Testamento Político*, vai além da forma partidária, visto que os partidos na Europa do Leste se tornaram jaulas, nas quais a sociedade civil pode ser encerrada; e faz referência explícita a uma *democracia participativa*, na qual a sociedade civil se torne protagonista dos projetos e propostas políticas.

Referências

- ANDERS, G. *Luomo è antiquato*, v. II. Tr. it. M. A. Mori. Torino: Bollati Boringhieri, 1992.
- ANDERS, G. *Luomo è antiquato*, v. I. Tr. it. L. Dellapiccola. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.
- ANDERS, G. *Noi figli di Eichmann*. Tr. it. A. G. Saluzzi. Firenze: Giuntina, 2007.
- LUKÁCS, G. *Ontologia dell'essere sociale*, v. I. Tr. it. A. Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1976.

LUKÁCS, G. Sul dibattito tra Cina e Unione Sovietica. F. Codino. *In.: Marxismo e politica culturale*. Torino: Einaudi, 1977.

LUKÁCS, G. *Eszetikai Írások*. A cura di L. Sziklai. Budapest: Kossuth kiadó, 1981a.

LUKÁCS, G. *Ontologia dell' essere sociale*, v. II. Roma: Editori Riuniti, 1981b.

LUKÁCS, G. *Testamento politico e altri saggi contro lo stalinismo*. A cura di A. Infranca e M. Vedda. Milano: Punto Rosso, 2016.

PARTE 2

**A CRISE
BRASILEIRA**



TEMPOS DE INCERTEZA: DA DEMOCRACIA RESTRITA “ESCLARECIDA” À CONTRARREVOLUÇÃO PREVENTIVA

MARCELO LIRA SILVA

Diálogos e debates

Pode-se analisar a crise brasileira a partir de diversos prismas. Nesse sentido, diversas leituras são possíveis, inclusive aquelas advindas dos paradigmas da ciência política contemporânea e sua relação direta com a materialização da pequena política. Uma das leituras possíveis seria a vertente que fundamenta a explicação da crise a partir da constituição de determinada ecologia política das instituições, bem como de variáveis capazes de lhe dar pretensa sustentação teórica, tais como: elevação da taxa de urbanização e mobilidade urbana; aumento exponencial da densidade demográfica; constituição de colégios eleitorais complexos e sua relação com os sistemas políticos partidários; medição do *Coefficiente de Gini*; elevação dos níveis de escolarização; acesso ao tratamento de esgoto e água potável; ampliação do nível e grau de associativismo e, portanto, capacidade de pressão e contestação social, entre outras, referentes à mesma caracterização tipológica. Certamente, tais variáveis são importantes, se analisadas a partir de um processo histórico de longa duração; todavia, a ciência política tende a analisá-las de forma ensimesmada, reduzindo a análise à manifestação fenomênica. As análises oriundas de tal processo caminham no sentido da afirmação e difusão do fenômeno e expansão de uma sociedade de classe média (NERI, 2011), bem como a pretensa

caracterização do período petista enquanto representação do reformismo fraco e/ou neodesenvolvimentista, ambos articulados à ideia e dimensionamentos quantitativos: reformismo e desenvolvimentismo possíveis.

Pode-se dizer que, nesse campo de análise, o conceito de democracia foi reduzido à introdução do método democrático (BOBBIO, 1986), instituído nas e pelas democracias liberal-representativas de massas – demos inclusivo (DAHL, 1971) –, como forma de superação das chamadas oligarquias representativas. Trata-se da instituição do princípio da competição eleitoral, no e a partir do qual a pluralidade de competidores define o nível e o grau de democratização. Destarte, o método democrático seria responsável pela regulação de mercados eleitorais amplos, heterogêneos e complexos, a serem disputados, institucionalizando as regras do jogo, às quais os competidores estariam submetidos em determinada competição eleitoral. Assim como em todos os tipos de mercados a competição eleitoral se caracterizaria por ser apenas um dos momentos da disputa pelo poder, portanto, não cessaria com a apuração de votos, visto que os competidores avaliariam como se movimentariam os adversários, principalmente os vencidos, tanto em tempo de eleições – disputa direta – quanto em tempo de governança e oposição – disputa indireta.

Em um processo eleitoral, o comportamento tanto dos vencedores quanto dos vencidos é imprevisível, dada a multiplicidade de variáveis e conflitos que envolvem a disputa pelo poder. Devem-se destacar as ilusões institucionais (FERNANDES, 2007) que, no limite, convertem-se em negação da grande política – na medida em que a pequena política tende a entender que a introdução de um mercado eleitoral pode regular de forma ensimesmada o nível e o grau de competidores. Tais questões tornam-se importantes, uma vez que a legislação eleitoral, responsável por regular os tipos e as formas de coalizações e financiamento de campanha, tende a favorecer e/ou prejudicar competidores específicos, seja de maneira legal ou ilegal, direta ou indireta – como demonstram os fenômenos sociais da *Ação Penal 470* e *Operação Lava Jato*. Deve-se ressaltar que a legislação eleitoral modela

o tipo e a forma de competição e mercado eleitoral, hierarquizando, (re)posicionando e (re)definindo os competidores. No documentário *Arquitetos do Poder* (2010), dirigido por Vicente Ferraz e Alessandra Aldé, pode-se observar a constituição e as raízes da relação umbilical entre legislação, mercado e competição eleitoral.

O cientista político Robert Dahl (1915-2014), em meio à crise generalizada e profunda das chamadas democracias liberal-representativas de massas, desenvolveu um tipo ideal de democracia como forma de atribuir alguma legitimidade a regimes contestados sociocultural e político-economicamente. Em *Polyarchy: Participation and Opposition*, Dahl (1971) forjou um sistema metodológico, a partir do qual enumerou as instituições da poliarquia: 1. Liberdade de formar e aderir a organizações; 2. Liberdade de expressão; 3. Direito de voto; 4. Elegibilidade para cargos públicos; 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; 6) Fontes alternativas de informação; 7. Eleições livres e idôneas; 8) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências. Assim, o conceito de poliarquia pode ser sintetizado da seguinte maneira: regimes políticos fundamentados na livre concorrência e na garantia da pluralidade de forças e competição aberta entre elites políticas, a partir da garantia de eleições periódicas e alternância do poder. Uma definição puramente procedimental de democracia, como forma de tergiversar quaisquer discussões acerca da substancialidade democrática, como pode ser observado em *Democracy and its critics* (1989). Assim sendo, pode-se dizer que Dahl forjou uma metodologia a partir da qual se aplicam a lógica e o cálculo da representação política em larga escala, no âmbito dos Estados nacionais modernos, para distingui-los das democracias dos antigos, bem como apontar os tipos e formas de sistemas/regimes políticos forjados na modernidade. A mudança de escala expressa a emergência do pluralismo social e organizacional, modelados a partir do princípio da representatividade. Deve-se destacar que as abstratas e metafísicas poliarquias plenas emergiram enquanto “fenômeno social” do século xx e relacionam-se diretamente

ao surgimento e à consolidação das chamadas democracias liberal-representativas de massas.

Com o novo paradigma, os especialistas introduziram métricas, a partir das quais podem-se compreender as instituições da poliarquia e estratificar os sistemas políticos em: livres, parcialmente livres e não-livres, como pode ser observado nas publicações do renomado *Journal of Democracy*; ou, se quiser adotar a métrica de modelagem dos regimes políticos de Dahl, em: hegemônias fechadas, hegemônias inclusivas, oligarquias competitivas e poliarquias. Assim, forjou-se o conceito de poliarquia, como forma de mensurar, quantitativa e qualitativamente, os níveis de democracia e democratização dos diferentes tipos de modelagens de sistemas e regimes políticos – expressão de uma cisão inconciliável entre o *ser* e o *devir*. Nesse sentido, emergiu um tipo particular de relação entre governo e oposição, mediada pela dinâmica e cálculo político, entre custos de tolerância e custos de supressão, como forma de abrir a possibilidade de transitar de um regime a outro.

Observa-se que há um abandono dos conceitos de autocracia e Estado de Exceção, de tal forma que todo regime, em menor ou maior grau, passa a ser compreendido como “democracia real” em contraposição à “democracia ideal”. Tratou-se de uma tentativa de matematização da ciência política, a partir da qual os processos socioculturais pudessem ser mensurados em escalas matemáticas, como forma de tornar os critérios, a serem observados e avaliados axiologicamente, como neutros e objetivos. Todavia, ocorre exatamente o inverso, pois o conceito de democracia é retirado das relações mundano-profanas, transferindo-o a uma esfera abstrata e metafísica, na e a partir da qual a democracia plena torna-se inalcançável, cabendo ao mundo dos homens contentarem-se com graus e níveis possíveis de democratização. Os mesmos sentidos e significados podem ser observados nas chamadas “promessas não cumpridas da democracia”, apresentadas por Norberto Bobbio (1986).

Os diagramas advindos do modelo procedimental dahlsiano buscam explicitar fórmulas matemáticas de mensuração das democracias, utilizando-se de dois critérios básicos: Contestação Política e Direito de Participação. Ao partir da métrica poliárquica dahlsiana, a depender da análise “desinteressada” do cientista político, o sistema político brasileiro, por um lado, poderia indicar o vigor e a solidez democrática das instituições políticas brasileiras¹, tendo em vista que se poderia calcular o “nível de produtividade” dos partidos competidores, bem como o “nível de renovação parlamentar”. Se utilizado apenas o critério matemático, desprovido de substancialidade – qual o tipo e forma de participação? ou, se quiser, qual o tipo e a forma de competição? –, as eleições presidenciais de 2018 poderiam indicar a existência de sistemas políticos livres, dado o número de competidores e o grau de renovação; por outro lado, se compreendido a partir da métrica “níveis de competição” e observado o critério de “livre concorrência” (mediados pela substancialidade dos processos históricos, a partir dos quais são medidos), poder-se-ia realizar uma leitura que apontaria para certa estratificação social que controlaria tanto os níveis de competidores quanto de participação e que avaliaria o sistema político brasileiro como parcialmente livre ou, na linguagem dos pensadores clássicos, na condição de Estado de Exceção. Certamente, a questão da escolha pela nomenclatura conceitual adotada não tem a ver com estilo de escrita.

Deve-se observar que a democracia à brasileira constituiu um mercado eleitoral heterogêneo, grande e complexo, típico do fenômeno das democracias liberal-representativas de massas, todavia, marcada por particularidades próprias da formação social brasileira. Assim, a “República à brasileira” adquiriu diferentes modelagens, com formas e conteúdos particulares, adequando-se aos diferentes processos históricos, abertos e

¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Presidente do TSE recebe cumprimento pela atuação nas Eleições de 2018*. Publicado em 31 out.2018. Disponível em <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-recebe-cumprimento-pela-atuacao-nas-eleicoes-de-2018> Acesso em 28 out. 2019.

fechados, com os diferentes ciclos de acumulação do capital: 1. Primeira República (1889-1929): marcada por estruturas de poder de oligarquias agrárias, com restrições e limitações à disputa pelo poder, no interior das próprias oligarquias representativas; 2. A chamada Revolução de 1930/Governo Provisório (1930-1934): introduziram-se os mecanismos e os instrumentos político-econômicos, a partir dos quais forjaram-se o tipo e a forma da democracia liberal-representativa de massas, restrita e limitada (forma híbrida liberal-corporativa), a partir da qual os interesses de frações de classe dominante tipicamente urbano-industriais passaram a ser predominantes; 3. Segunda República (1934-1937): implantou-se um conjunto de instituições político-econômicas, necessárias a constituição da democracia liberal-representativa de massas, restrita e limitada, com potencial de expansão controlada; 4. Bonapartismo varguista (1937-1945); 5. Terceira República (1945-1964): expande-se a democracia liberal-representativa de massas, restrita e limitada, todavia, com a instituição do instrumento político da oposição consentida; 6. Bonapartismo militar (1964-1985): permaneceram os instrumentos de oposição consentida e expansão controlada, com restrições e limitações mais profundas; 7. Quarta República (1988-2016): consolidou-se a democracia liberal-representativa de massas, com a permanência de aspectos e instrumentos de restrição e limitação, próprios da autocracia burguesa institucionalizada, todavia, ensaiou-se a possibilidade de eliminação dos instrumentos de oposição consentida e expansão controlada; 8. Tempos de Incertezas: pode-se abrir uma Quinta República Regressiva ou um novo regime bonapartista (2016 -). Trata-se de um processo e de um fenômeno histórico de longa duração de continuidades-descontínuas, a partir do quais se constituiu um tipo particular de autocracia burguesa e democracia débil que exigiu a modernização das instituições políticas brasileiras, porém estruturadas na conservação. Desse processo, pode-se destacar a constituição de uma lenta e gradual democracia liberal-representativa de massas, restrita e limitada, que, mesmo durante os bonapartismos de tipos varguista e militar, expandiu-se de tal forma que poder-se-iam apontar o tamanho e a complexidade dos colégios eleitorais.

O fenômeno social de constituição de uma democracia liberal-representativa de massas foi forjado após a chamada Revolução de 1930, visto que, na Primeira República, o processo era marcado por recorrentes fraudes eleitorais e forte presença do coronelismo, já que o voto não era secreto e predominava a estrutura de “voto de cabresto”, como demonstrara Vitor Leal Nunes (1978), em *Coronelismo, Enxada e Voto*. Pode-se constatar uma expansão do direito ao voto, a partir de 1930: a) Eleições de 1933: 4% da população; b) Eleições de 1945: 16% da população; c) Eleições de 1962: 24% da população ou 18,5 milhões de eleitores; d) Eleições de 2014: 70% da população, com 144 milhões de eleitores. Quando se pensa a “República à brasileira” não se pode estabelecer uma relação direta e mecânica entre quantidade e qualidade, entre direito ao voto e participação e representação política, na medida em que a democracia liberal-representativa de massas à brasileira guarda relações e particularidades profundas com a autocracia burguesa que a forjou.

A variável em questão, no âmbito das relações imediatas, revela mudanças e transformações profundas, ao instituir as chamadas arenas de competição em escala – definidas e analisadas, a partir das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e/ou por municípios (5.570), Unidades Federativas (26 e o Distrito Federal) –, mensuradas por métodos quantitativos, como forma de determinar e delinear dinâmica e movimento do mercado eleitoral, bem como quantificar a produtividade dos partidos competidores e os níveis de renovação parlamentar. A constituição de uma democracia liberal-representativa de massas, mesmo que restrita e limitada, necessitou da articulação complexa de arenas de competição e mercados eleitorais, viáveis a partir da proliferação de diversas siglas partidárias, com clara e nítida ideologia, todavia, vinculadas a programas de partidos com capacidade de articulação e capilaridade nacional. Assim, as pequenas e médias siglas seriam funcionais à ordem do capital, visto que estariam disponíveis a submeterem-se ao “Programa” representado pelas grandes siglas.

Forja-se uma disfunção aparente entre eleições presidenciais e municipais. Aparente, porque as pequenas e médias siglas dominam as eleições locais e criam uma travagem estrutural à participação e representação da classe trabalhadora, impedindo-a de se projetar na arena de competição eleitoral nos níveis local e regional. A disfunção aparente revela-se no parlamento brasileiro, controlado em sua ampla maioria pelo espectro (neo)conservador. A partir de tal dinâmica e movimento revela-se uma questão parlamentar, como parte intrínseca e determinante da democracia à brasileira.

Nesse sentido, seria impreciso comparar a estrutura e o sistema político-partidário da Terceira República, equivocadamente definida como República Populista, com o da Quarta República. Assim sendo, não se poderia apontar nenhum tipo de relação causal, tampouco mediadora, entre a lógica e a modelagem político-partidária de governança estruturada nas tríades “Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – União Democrática Nacional (UDN) – Partido Social Democrático (PSD)” e “Partido dos Trabalhadores (PT) – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)”, muito menos atribuir a denominação de “Centrão” a siglas médias e pequenas, caracterizando-as como despidas de ideologia e “Programa” presentes em ambos os processos históricos.

A partir da questão parlamentar forjou-se o “Centrão”, que pode ser definido como forças satélites, funcionais e necessárias à governança de um país de dimensões continentais, a partir das quais articulam-se processos de construção de “pactos de conservação” de forma dinâmica, entre as esferas locais-regionais-nacional, visto que as siglas em questão se encontram no espectro político (neo)conservador. Deve-se destacar que a constituição e a manutenção de máquinas político-partidárias nacionais permanentes exigem o empenho de grande volume de recursos financeiros; e, ao mesmo tempo, assim como as demais instituições políticas brasileiras, os partidos políticos não podem se autonomizar da autocracia burguesa a ponto de confrontá-la,

antes o contrário, precisam estar sob controle e submetidos à sua dinâmica e ao seu movimento. Nesse sentido, concebe-se um fenômeno particular próprio da democracia à brasileira: a “questão parlamentar”, a partir da qual instituem-se partidos políticos fragmentados e débeis, em contraposição a um parlamento unificado e sólido. Ora, não se estruturou o método parlamentar próprio das revoluções burguesas clássicas, mas um tipo particular de corporação que controla o tipo e a forma de mercado, da competição eleitoral e das próprias elites políticas.

Quando os partidos políticos se fortalecem e ameaçam a se autonomizar, aciona-se o instrumento de oposição consentida, como na Terceira República, com a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947; ou abrem-se processos de contrarrevolução preventiva, como: i. em 1964, quando o Partido Trabalhista Brasileiro apontava tendências de crescimento progressivo e ameaçava tornar-se hegemônico, como demonstram os números de crescimento eleitoral, traduzidos em aumento de força política; ii. em 2016, quando o Partido dos Trabalhadores, após quatro vitórias presidenciais consecutivas, também apontava tendências progressivas de crescimento e ameaçava constituir-se como hegemônico. No primeiro caso, o Partido Comunista Brasileiro foi bloqueado pelas instituições jurídico-políticas e posto na clandestinidade pela nascente institucionalização da democracia liberal-representativa de massas; no segundo, o Partido Trabalhista Brasileiro foi extinto, pelo bonapartismo militar; no terceiro, o Partido dos Trabalhadores foi pressionado a passar por um processo de “aggiornamento” profundo para continuar existindo formalmente – variável que explica, em parte, a postura passiva do Partido dos Trabalhadores frente ao *Coup d’État*.

Logo, ao contrário do que se difunde pelo senso comum, as pequenas e médias siglas que constituem o “Centrão” são ideológicas e programáticas e, portanto, funcionais à autocracia burguesa e ao controle da forma e do conteúdo da democracia liberal-representativa

de massas à brasileira, ao assumirem papel de grande relevância nos momentos de crise social, refletindo a questão parlamentar no Brasil.

Pode-se destacar que o bonapartismo militar extinguiu os partidos e os unificou na forma de um bipartidarismo controlado, ao criar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, ao mesmo tempo, os termos de funcionamento e existência do Movimento Brasileiro Democrático (MDB), de tal forma a manter as eleições legislativas e municipais a partir dos instrumentos de oposição consentida e expansão controlada. A Reforma Política de 1979 instituiu processos de controle do sistema político partidário brasileiro, mantendo ambos os instrumentos. Na Quarta República, as siglas pequenas e médias foram funcionais ao *Coup d'État* e a constituição e legitimação de um novo pacto conservador regressivo, como forma de manter a aparência de normalidade, ritos e procedimentos institucionais, dado que os partidos nacionais que estruturaram a Quarta República foram deslegitimados e passaram por crises orgânicas profundas. Portanto, Tempos de Incertezas abre um processo de recomposição do sistema político-partidário bem como dos tipos e formas de representação.

Quando a ciência política estabelece relações causais converte-se em expressão clara e nítida da decadência ideológica, na e a partir da qual o cientista político desempenha o papel de analista supostamente neutro: espécie de técnico-metrificador de mercados eleitorais e dinâmicas parlamentares e governamentais ensimesmadas. A ciência política operada pelos técnicos-metrificadores abandonou o conceito de soberania popular, desenvolvido pelo revolucionário liberalismo clássico (BOBBIO, 2005), para o qual, em última instância, a soberania pertenceria ao povo, e, portanto, estaria acima dos poderes. Trata-se da teoria social mais sólida e sofisticada produzida pela burguesia, explicitada por pensadores como John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para os quais a usurpação da soberania por parte de um dos poderes representaria a ruptura com o contrato social e a necessidade imperiosa do legítimo uso do direito à rebelião/resistência.

Ao longo da primeira década do século XXI, evidenciou-se a “questão do Judiciário”, devido ao papel e à função social que passou a desempenhar

na Quarta República com o aumento significativo de autonomia e poder. O Judiciário brasileiro ensaiou a usurpação da soberania popular, a partir de tentativas de legislar sobre assuntos considerados omissos pelo Legislativo. Assim, ensaiava-se o remodelamento do sistema judiciário e órgãos de controle, que, rapidamente, converteram-se em órgãos de repressão. Deve-se destacar que o Judiciário e os órgãos de controle caracterizam-se por serem essencialmente instâncias e representações do Estado-força, de tal forma que, ao predominarem sob a lógica do fenômeno ideológico da judicialização da política, significa e representa a sobreposição ao método parlamentar – representação e simbologia do Estado-consenso. A mais emblemática e exitosa intervenção do Judiciário encontra-se no âmbito da Ação Penal 470, a partir da instrumentalização da teoria do domínio do fato, bem como seus desdobramentos na Operação Lava Jato e no *Coup d'État soft* de 2016. Houve uma escalada do processo de judicialização da política, tolerada quando dizia respeito a questões progressistas, tais como decisões acerca de: i. aborto; ii. pesquisas com células tronco; iii. direitos homoafetivos. Entretanto, deram legitimidade a decisões de outras ordens, a partir das quais fizeram intervenções tanto na dinâmica do Executivo quanto do Legislativo.

Dos três poderes, o Poder Judiciário representa, simboliza e explicita o Estado-força, portanto, o momento da coerção por excelência. Nesses termos, a judicialização da política representa a imposição da coerção sobre o consenso, a deterioração e o estilhaçamento do método parlamentar. O fenômeno social em questão adquire formas de hipertrofia quando os órgãos de controle se convertem em órgãos de repressão. Assim, se a guerra é a continuação da política por outros meios, como afirmou Clausewitz (1942), a chamada judicialização da política se aproximaria de tal definição, uma vez que ela se estrutura e se difunde pela via da violência institucional – um ensaio para a guerra, visto que instrumentaliza as instituições e constitui um Estado Paralelo –, tendo o punitivismo como ideologia de legitimação e dominação – meio pelo qual a quebra da institucionalidade torna-se legítima se tiver como fim a

punição dos supostos infratores/corruptos. Trata-se da política realizada pelos instrumentos da violência institucional, direta e/ou indireta, em que sujeitos particulares se movem e atuam com suposto senso de justiça e elevação moral, sobrepondo-se às leis e aos consensos produzidos institucionalmente. É a política realizando-se como violência implícita e/ou explícita, a partir de um poder que se sobrepõe aos demais e os subordina. Não se trata de ativismo judicial – representação mítico-individual de alguém que atua isoladamente contra tudo e todos em busca de justiça –, mas de representação política, operando por outros meios que não o prioritário. A partir de tal dinâmica e movimento revela-se uma questão do Judiciário, como parte intrínseca e determinante da democracia à brasileira, na medida em que o Poder Judiciário se constituiu como corporação, sem controle social, desvinculada do povo e da soberania popular.

No pós-*Coup d'État*, a partir das eleições presidenciais de 2018 e seus desdobramentos com o governo de Jair Messias Bolsonaro (1955 –), os militares também passaram a reivindicar a usurpação da soberania popular, colocando-se como tutores e guardiões da República, de tal forma a revelar os fundamentos da “questão militar”, a partir da qual criou-se um tipo particular de Forças Armadas – particularmente o Exército, devido à maior estrutura e capilaridade social –, entendida como poder político moderador que, assim como os demais poderes, estrutura-se, movimenta-se e dinamiza-se pela lógica da corporação.

Ora, no plano das relações imediatas, o processo em questão emergiria como crise de governabilidade, advinda de um tipo particular de sistema político eleitoral fragmentado e estruturado em suposto multipartidarismo polarizado, de tal forma que o aumento de legendas dificultaria a formação de maioria no Congresso Nacional e teria que ser modelado a partir da adoção de um tipo particular de presidencialismo de coalizão de segurança máxima ou mínima, a depender da matéria, dosando-se o instrumento coação a partir do nível e grau de lealdade dos parlamentares. Assim, o remédio à enfermidade seria a adoção de uma

reforma política que alterasse o tipo de sistema eleitoral, redesenhasse os tipos de coligações, com adoção de determinadas cláusulas de barreira e do tipo e da forma de financiamento de campanha, estabelecendo-se o tipo e a forma do mercado, da arena e dos competidores eleitorais.

Mediações

O Estado e a anatomia da Sociedade Civil-burguesa – *Bürgerliche Gesellschaft* – transformaram-se profundamente ao longo do processo histórico que caracteriza a revolução passiva à brasileira (1928-1978). O conceito de revolução passiva designa a forma e o conteúdo de um tipo particular de transição para a sociedade capitalista. Trata-se fundamentalmente de um processo de revolução sem revolução ou, se quisermos, uma revolução restauração, pela qual o poder das frações de classe dominante se recompõe, como forma de bloquear toda e qualquer possibilidade de organização e representação autônoma da classe trabalhadora e demais classes subalternas, de tal modo a constituir-se um novo bloco histórico, estruturado em uma aliança débil entre as frações de classe dominante em ascensão (forças burguesas) e as frações de classe dominante decadentes (forças oligárquicas agrárias).

Deve-se salientar que revolução passiva não tem similaridade com pacifismo ou passividade, antes o contrário, é um processo marcado pela violência da conservação, na e a partir da qual se impõe o monopólio da violência – *Gewaltmonopol des Staates* –, enquanto representação dos fundamentos primígenos do Estado-força (WEBER, 1992), como forma de manter o poder “dos de cima”, em contraposição à possibilidade de ascensão e avanço da violência revolucionária advinda das organizações autônomas da classe trabalhadora e demais classes subalternas, enquanto força disruptiva capaz de impor uma revolução democrática vinda “dos de baixo”. Assim, toda revolução passiva fundamenta-se na violência da conservação, particularmente aquela sob o monopólio do Estado. É um processo histórico, no qual a universalização do capitalismo pressiona as periferias a se

recomporem, ao mesmo tempo que a recomposição implica em bloqueio de toda e qualquer força disruptiva jacobina com capacidade de alteração da correlação de forças e transição para uma revolução democrática.

A revolução passiva à brasileira foi um efeito reflexo da crise mundial capitalista, entendido como processo histórico de longa duração e de mudanças estruturais e transformações orgânicas, tanto na dinâmica da sociabilidade burguesa quanto no processo de reprodução ampliada do capital. Tal processo forjou: as duas Grandes Guerras Mundiais; a Revolução Russa de 1917; os processos de luta pela libertação nacional das Colônias; a ascensão e a decadência do Nazifascismo; a Grande Depressão de 1929; o bombardeamento atômico de Hiroshima (1945) e Nagasaki (1945) pelos Estados Unidos da América; a emergência e consolidação do Império Estadunidense; a lógica e os desdobramentos da chamada Guerra Fria; e, fundamentalmente, a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, sob a forma do capital-imperialismo.

Assim, a revolução passiva à brasileira caracterizou-se por ser o processo de dominância e difusão do modo de vida capitalista, no qual predominaram e generalizaram-se o modo de produção capitalista e a burguesia como classe dominante – forjados a partir de relações umbilicais com as oligarquias agrárias. Nesse sentido, a revolução passiva só poderia produzir uma hegemonia burguesa débil, com capacidade de introdução de uma democracia liberal representativa de massas, restrita e limitada, constantemente tutelada pelas Forças Armadas e/ou por tipos particulares de bonapartismos. Foi, portanto, um tipo particular de ideologia híbrida que fundiu liberalismo e corporativismo, na e a partir da qual admite-se a ideologia fascista, mas recusa, ao menos a princípio, o regime fascista.

Nestes termos, a revolução passiva tornou-se a revolução burguesa possível e necessária à ordem burguesa periférica no contexto de hegemonia do capital que se abriu a partir da segunda metade do século XIX e consolidou-se na forma do capital-imperialismo ao longo da primeira metade do

século xx. Abriam-se, na periferia do capitalismo, processos complexos de urbanização-industrialização, necessários à expansão do capital, de tal forma que o êxodo rural em massa, a partir do deslocamento de grandes contingentes populacionais no âmbito local, regional, nacional e mundial, provocou o fenômeno social da proletarização massiva. Esses contingentes passaram a se manifestar de forma orgânica e inorgânica, tanto na condição de classe trabalhadora quanto na condição de classes subalternas, constituindo movimentos de pressão sobre o Estado e a classe dominante, uma vez que se reconfiguravam a dinâmica expansiva e a lógica dos mercados, e, conseqüentemente, os sujeitos sociopolíticos de tais processos. Nesse sentido, a revolução passiva, apesar do alto nível de repressão, implicou necessariamente em algum nível de concessão à classe trabalhadora como forma de consolidar o novo bloco histórico, mesmo mediado por uma hegemonia débil.

Nesses termos, compreende-se que, ao longo dos 50 anos que demarcam a revolução passiva à brasileira, desenvolveu-se e enraizou-se um tipo particular de capitalismo periférico, dependente e associado ao capital-imperialismo, ao mesmo tempo que as classes sociais se tornaram mais complexas, tanto no âmbito das relações internas – entre as frações de classes e as franjas de classes – quanto em suas relações externas de luta de classes. Trata-se, portanto, de um tipo particular de capitalismo, Estado e classes sociais, plenamente desenvolvidos, porém com forma e conteúdo forjados a partir de particularidades advindas da formação social brasileira. Assim, os altos índices de miserabilidade e pobreza não seriam uma travagem ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, antes o contrário, seriam funcionais, pois ofereceriam as condições adequadas à espoliação extremada, acelerada e desmedida de grandes contingentes populacionais, como forma de viabilizar processos de aceleração da extração de mais valia, tanto em sua forma relativa quanto absoluta.

O Brasil colonial-escravagista, organicamente integrado e submetido ao processo de acumulação originária do capital, legou ao contemporâneo um tipo particular de superpopulação excedente estrutural, dado que o passado forjado no e pelo processo colonial-escravagista,

somado ao tipo particular de revolução passiva e ao presente neoliberal, operou a conversão de enormes contingentes populacionais em exército industrial de reserva, inorgânico e sem lugar definido nos diferentes tipos de ciclos de acumulação. Fernando Henrique Cardoso (1931 -), durante seu governo, denominou tal fenômeno de “inempregáveis” (GIELOW, 1977). Aquilo que aparentemente seria uma travagem ao desenvolvimento do país constituiu-se historicamente em dinâmica estrutural e lógica secular funcional à reprodução ampliada do capital, cujo resultado imediato foi a pressão permanente sobre o valor do trabalho, mantendo-o baixo, até mesmo em momentos de elevadas taxas de crescimento econômico, gerando, portanto, processos de superacumulação capazes de remunerar o capital-imperialismo e as frações de classe dominante interna em uma complexa relação de dependência e associação; e, de maneira mediativa, a difusão de uma ideologia complexa de dominação, da qual tipos e formas de bonapartismo *soft* e/ou clássico emergiram como solução salvacionista das massas pauperizadas. Destarte, seria demasiado idealista supor que a crise brasileira adviria de incompletudes e/ou insuficiências, tanto da forma quanto do conteúdo do capitalismo, do Estado e/ou das classes sociais.

Nesse sentido, conflitos e lutas de classes constituem uma unidade de contrários, em que a crise brasileira apresenta-se em sua forma imediata enquanto representação dos conflitos de classes, contudo em sua forma mediatizada como luta de classes nua e crua. Por conseguinte, a crise brasileira não é resultado, única e exclusivamente, da disputa pela redistribuição da riqueza produzida, mas do conjunto das relações contraditórias intra e entre classes, aprofundadas pelo novo ciclo de acumulação do capital e da nova divisão do trabalho, impostos a partir da crise do capital do triênio 2007-2009, sendo o conflito pela redistribuição da riqueza uma das variáveis.

Quando se pensa essa questão da perspectiva de uma teoria social, no campo e no plano das relações mediatizadas, pode-se compreender a formação social brasileira com suas contradições, continuidades e

permanências, como forma de criar níveis de entendimento naquilo que diz respeito à relação permanente, na história das instituições políticas brasileiras, entre democracia e autocracia, de modo a apreender as particularidades dos processos constitutivos do bloco no poder, em determinado contexto histórico, bem como as relações entre e intraclasses sociais.

O período petista (2003-2016) foi forjado por um tipo particular de bloco no poder, estruturado na e pela hegemonia do grande capital financeiro internacional e seu tentáculo integrado internamente – grande burguesia compradora –, posto que conduziu a política econômica a partir da santíssima trindade neoliberal: juros altos, superávit primário e câmbio flutuante. Constituiu, aparentemente, um tipo particular de política econômica dual, uma vez que operava, por um lado, garantindo os fundamentos neoliberais a partir da chamada autonomia do Banco Central e, por outro, ensaiando lampejos de desenvolvimentismo conduzidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, pode-se observar continuidades-descontínuas quando comparado ao Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A principal descontinuidade encontra-se no processo gradual de tentativa de alteração da composição do bloco no poder, em que o período petista buscou fortalecer a grande burguesia interna, tanto industrial quanto do agronegócio, marcada historicamente por manter relações de dependência, associação e conflito com o grande capital financeiro internacional. O fortalecimento da grande burguesia interna aprofundou as contradições intraburguesas no bloco do poder, tendo como resultado imediato a abertura de uma crise de hegemonia, que se desdobrou em crise econômica, política e social. Deve-se destacar que o Programa do Partido dos Trabalhadores consolidou um tipo particular de análise acerca do capitalismo brasileiro, fundamentado na tese da incompletude do capitalismo e, portanto, na necessidade de estabelecer relações com a grande burguesia interna, como forma de desenvolvê-lo e completá-lo, de tal forma a criar as condições para racionalizar as políticas de Estado, instituir um capitalismo humanista e constituir certo espírito republicano – o princípio de ética na política,

difundido historicamente pelo partido. Assim, o Partido dos Trabalhadores iniciou sua trajetória como germe de organização autônoma da classe trabalhadora e terminou como partido de massas, com características policlassistas. Em sua trajetória, desconstruiu sua germinal identidade de classes e construiu uma relação de identidade imediata e afetiva com a massa inorgânica. A tal dinâmica e movimento denominou-se “lulismo”. Tal aspecto pode ser observado em suas supostas “duas almas”, tanto na de “Sion” quanto na do “Anhembí”, aparentemente contraditórias (SINGER, 2012). Assim, não existiria uma contradição entre as almas e as formas, mas uma complementariedade de momentos distintos de um partido que transitou da condição de germinal organização autônoma da classe trabalhadora à condição de partido da ordem. Para operacionalizar um tipo particular de pacto conservador, ao qual se denomina conciliação de classes – operação político-ideológica de sustentação dos 13 anos de governos petistas–, foram necessárias duas ideologias vigorosas, complexas e articuladas, que deram sustentação e unidade à política interna e externa do período petista. Trata-se da constituição de um tipo particular de unidade de contrários, entre política e economia:

1. Lulismo: entendido como fenômeno social de massas, em que a liderança política personificou a figura do Estado protetor e criou um tipo particular de relação com as massas – dispersas, amorfas e fragmentadas–, por meio da qual, objetiva e subjetivamente, travou quaisquer possibilidades de auto-organização e salto qualitativo da condição de massa (*classe em-si*) para organização autônoma da classe trabalhadora (*classe para-si*). Assim, cultivou-se e enraizou-se uma relação contraditória de dependência afetiva e de subordinação política; não ao acaso, o lulismo operou pela via de adoção de uma política de transferência e não de distribuição de renda, como pode ser observado na estrutura e modelagem de seus principais programas sociais: Bolsa Família, em substituição ao Projeto Renda Mínima; tímida Valorização do Salário Mínimo, se comparada à métrica do Dieese; facilitação do crédito (consignado), a partir do fortalecimento dos bancos públicos, acompanhado

do endividamento das famílias e pequenas e médias empresas; 4. Minha Casa, Minha Vida, enquanto representação de uma política privatista de habitação; aprovação da Lei Complementar n. 128/2008² que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar n. 123/2006) e instituiu a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), estimulando, por um lado, os processos de “pejotização” e de trabalho intermitente e, por outro, a ideologia do empreendedorismo, da qual o fenômeno do “empreendedorismo por necessidade” é a principal representação. Deve-se destacar que, em 2014, 56 milhões de brasileiros dependiam do Bolsa Família. Ou seja, mais de um quarto da população brasileira vivia na ou abaixo da linha da pobreza, de tal forma a necessitar de um programa social para garantir as condições mínimas de reprodução da força de trabalho. Como demonstrou o IPEA (2011), na primeira década do século XXI foram criados 21 milhões de postos de trabalho, no entanto 94,8% encontravam-se na faixa de rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Ora, pode-se constatar que o lulismo, ao manter a política econômica neoliberal e sua base de desindustrialização, incentivou a expansão do emprego de baixa remuneração, particularmente no setor de serviços. Tal setor – devido à concepção e à dinâmica do tipo e da forma de organização e administração das relações de trabalho, bem como de sua natureza imediata de fragmentação e individualização – é incapaz de produzir vínculos e laços de solidariedade e identidade de classes, de tal modo que os indivíduos tendem a se vincular ideologicamente, se deixadas suas relações imediatas, a concepções pequeno-burguesas (PINTO, 2016), assimilando inconscientemente os princípios que norteiam e estruturam as chamadas atividades liberais, como: individualismo, meritocracia, empreendedorismo e repulsa a cobranças de impostos pelo Estado, e, conseqüentemente, ao próprio Estado. Esses princípios se fundem e alimentam o crescimento progressivo da teologia da prosperidade. O fenômeno em questão,

2 BRASIL. Presidência da República. *Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 29 nov. 2019.

talvez, explique a relação, aparentemente contraditória de eleitores de Lula que optaram por Bolsonaro: uma espécie de simbologia da letra “L” em sinais trocados. Nesse sentido, pode-se dizer que o lulismo se consolidou pela via da política interna de expansão do mercado interno e difusão da ideologia da sociedade de classe média, mercado e ideologia, acompanhados e estruturados na e pela integração de grandes contingentes populacionais superempobrecidos ao mercado de trabalho informal e precarizado.

2. Neodesenvolvimentismo: entendido como política econômica de atração e cooptação da grande burguesia interna, oferecendo-lhe em contrapartida posição privilegiada no interior do bloco no poder e a possibilidade de se tornar fração de classe burguesa conquistadora, a partir da articulação entre política interna e externa, materializadas nos seguintes projetos: G20; Campeãs Nacionais; Estratégia Sul-Sul; BRICS; fortalecimento e capitalização do BNDES, com capacidade de articulação e indução, tanto da política externa quanto interna; fortalecimento e competitividade dos bancos *públicos*, como forma de pressionar e modelar de forma indireta a política dos bancos privados. Esses projetos constituem pontos de tensão e conflito permanente no interior do bloco no poder. No plano da representação política significou cooptar lideranças políticas de outros partidos, direta e/ou indiretamente, para o projeto de conciliação de classes petista e, ao mesmo tempo, esvaziar o programa tanto de opositores quanto de aliados na arena política. No campo da oposição, esse processo provocou, como pode ser observado principalmente com relação ao PSDB e setores do PMDB e do próprio PFL/DEM, o enfraquecimento das relações de representação dos partidos com suas bases sociais tradicionais, empurrando-os para a extrema direita, na tentativa de recomposição; e no campo dos aliados, impôs o pacto conservador e os imobilizou, tornando-os forças-satélites dependentes e subordinadas, como nos casos do PCdoB, PSB, PDT e PSOL. Portanto, não se tratou de mero realinhamento eleitoral (SINGER, 2012), mas de recomposi-

ção das frações de classe, suas representações políticas imediatas e do próprio bloco no poder. Nesse sentido, o binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” se constituiu em unidade de contrários entre política e economia, ao articular umbilicalmente esses contrários e estatuir os fundamentos do pacto conservador operado pelo período petista, ao qual se denominou conciliação de classes. Assim, a conciliação de classes petista, ao mesmo tempo que interveio na formação e na estrutura do bloco no poder, o fez a partir de uma relação disfuncional entre força hegemônica e força principal.

O bloco no poder modelado pela conciliação de classes petista apresentou fissuras profundas no decorrer dos governos Dilma Rousseff (2011-2016). A operação política realizada pelo Partido dos Trabalhadores exigiu que ele transitasse de germinal organização autônoma da classe trabalhadora à partido da ordem – processo iniciado com a vitória do campo majoritário, quando se unificou o Partido e o Programa, e concluído com os governos Lula (2003-2010). As grandes dificuldades do Governo Dilma advêm exatamente da capacidade de operacionalizar a engenharia político-econômica e sociocultural instituída e consolidada por seu antecessor. Deve-se destacar que Dilma Vana Rousseff (1947 –) e seus homens fortes, José Eduardo Martins Cardoso (1959 –) e Aluizio Mercadante Oliva (1954 –), comungavam das mesmas ilusões institucionais e conduziam a política econômica apostando em uma suposta retidão e senso de parcialidade republicana da Operação Lava Jato, principalmente naquilo que diz respeito ao avanço das investigações sobre seu principal opositor, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Consentino da Cunha (1958 –). O Partido Socialismo e Liberdade/PSOL e Rede Sustentabilidade – espécie de filhos rejeitados do Partido dos Trabalhadores, constitutivos de um complexo de Édipo no sistema político-partidário brasileiro e expressões de grupos espontaneístas, à esquerda e à direita da mãe (PT) e do pai (Lula) –, comungavam dos mesmos princípios de uma suposta ética na política e apresentavam o pedido de cassação do então Presidente da Câmara dos Deputados.

Enquanto Dilma, seu staff e forças satélites apostavam em um hipotético espírito republicano da Operação Lava Jato, o Partido do Judiciário se unificava e caminhava no sentido de retirar Lula do processo eleitoral, primeiramente, a partir de condução coercitiva sem intimação prévia que a justificasse e a legitimasse juridicamente – portanto ilegal, com cobertura permanente e espetacularizada, como forma de induzir um sentimento de indignação e convocar a população a ir às ruas para apoiar o Partido do Judiciário – e, posteriormente, pela prisão, marcada por diversas ilegalidades, tanto nos ritos e procedimentos institucionais quanto de interpretação criativa da lei. Resultou, portanto, no estilhaçamento do princípio civilizatório da presunção da inocência instituído pelas revoluções burguesas clássicas, como forma de garantir a ampla defesa e contraditório e de considerar a culpabilidade dos indivíduos somente após o trânsito em julgado do processo.

No dia 7 de outubro de 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) anunciou, por unanimidade, a reprovação das contas do governo de 2014, com argumento supostamente jurídico que embasaria o *impeachment*, sob justificativa de que os atos governamentais que levaram à reprovação das contas de 2014 permaneceram em 2015. Uma semana após a reprovação das contas, os juristas do *establishment*, articulados pelo Partido da Social Democracia Brasileira, compostos por Miguel Reale Jr. (1944 –), Hélio Pereira Bicudo (1922 –) e Janaina Conceição Pascoal (1974 –), apresentaram a peça jurídico-teatral final que culminaria na derrubada da presidente. Assistiu-se, assim, à repetição farsesca da história, com a difusão de um novo movimento das elites paulistas, similar à chamada Revolução Constitucionalista de 1932. A peça fundamentava-se nos seguintes pontos: 1. existência de saldo negativo de contas correntes da União em bancos públicos e 2. edição de seis decretos de créditos suplementares, supostamente ilegais, dado que não haviam sido aprovados pelo Congresso. De acordo com a peça jurídico-teatral apresentada, os atos reprovados pelo TCU atentavam contra os fundamentos do art. 85 da Constituição, inciso VI,

que trata do crime de responsabilidade dos atos do presidente da república e atenta contra a lei orçamentária³. Assim, o TCU operou um tipo particular de “contabilidade criativa” para criminalizar uma questão técnico-contábil comum e difundida por todos os entes da federação, na qual os juristas do *establishment* se fundamentaram. No mesmo dia em que o TCU reprovou as contas do governo, o Banco Julius Baer, na Suíça, confirmava a existência de conta privada de Eduardo Cunha – o que o levaria a responder por quebra de decoro parlamentar e corrupção passiva. Inicia-se um jogo de soma zero em que ambos cairiam, restando saber quem cairia primeiro. Os pontos foram batizados pelo Partido da Imprensa de contabilidade criativa e pedaladas fiscais. Uma forma de construir e difundir a narrativa de um governo incompetente e corrupto, portanto, responsável pela crise.

Deve-se destacar o papel e a atuação de José Eduardo Cardoso à frente do Ministério da Justiça, durante todo o Governo Dilma. Nesse processo, Dilma nomeou: Luiz Fux (1953 –), Rosa Maria Pires Weber (1948 –), Teori Albino Zavascki (1948-2017), Luis Roberto Barroso (1958 –) e Luiz Edson Fachin (1958 –), determinando a composição do Supremo Tribunal Federal, e poderia ter feito outras indicações e recomposto a configuração jurídico-política do STF se não tivesse sido impedida pela manobra operada por PSDB-PMDB, que aprovaram da noite para o dia a chamada “PEC da Bengala”⁴ e alteraram a lei de aposentadoria compulsória do servidor público, como forma de bloquear as nomeações de Dilma, manter a composição do STF articulada com o *Coup d’État* e fortalecê-la, com a nomeação do questionável Alexandre de Moraes (1968 –), já sob o comando do Governo Provisório de Exceção. Pode-se citar, ainda: a nomeação de Rodrigo Janot Monteiro de Barros (1956 –) para ocupar o Cargo de

3 BRASIL. Presidência da República. *Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

4 BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional n. 88, de 7 de maio de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc88.htm#:~:text=E-MENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2088%2C%20DE,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias. Acesso em: 10 out. 2019.

Procurador Geral da República (2013-2017), o processo a partir do qual sancionou a Lei das Organizações Criminosas⁵ e a nomeação de Leandro Daniello Coimbra (? –) para ocupar o cargo de Diretor Geral da Polícia Federal. Todos tiveram papel destacado, tanto na articulação quanto nos desfechos do *Coup d'État*.

Em a *Ideologia Alemã/1846*, Marx e Engels (2007) constatara que historicamente a ideologia dominante, em determinada sociabilidade e ordem social, é a da classe dominante. Um século e meio após a descoberta científica e a apresentação de uma sólida teoria da ideologia, o senso comum se espanta quando constata que a maioria da população, particularmente aqueles grandes contingentes populacionais superempobrecidos, vota em candidatos conservadores e/ou ultraconservadores.

A generalidade das nomenclaturas “esquerda-centro-direita” ajuda na confusão, uma vez que tais nomenclaturas não são adequadas para definir com clareza e distinção os processos de luta intra e entre classes, posto que a definição dessas nomenclaturas caracteriza-se como momentânea e conjuntural. Não se define “esquerda-centro-direita” pelo Programa, mas por posicionamentos assumidos em contextos dos mais diversos, tornando as denominações volúveis e erráticas. Assim, tais definições – que não se constituem como conceitos – tendem a obscurecer os processos históricos, os sujeitos fundamentais e os programas em disputa. Via de regra, o “centro”, no Brasil, é a expressão das oligarquias representativas, locais e regionais, particularmente estruturado no agronegócio e na mineração, bem como em um conjunto de atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da localidade, sem representações estruturadas nacionalmente e, normalmente, com vínculos ideológicos seculares com o cristianismo, tanto o de viés católico tradicional-conservador quanto o de viés (neo)pentecostal. Trata-se de um posicionamento ideológico ultraconservador, que sequer dialogaria com os fundamentos liberais ou, mesmo isoladamente, com a concepção liberal de economia.

⁵ BRASIL. Presidência da República.. *Lei n. 12.850, de 2 agosto de 2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, na Quarta República, tornou-se a expressão mais sofisticada das oligarquias representativas – o que explica a aparente dificuldade do partido em constituir uma unidade e um Programa –, porém, com diversos outros tentáculos espalhados em uma multiplicidade de siglas partidárias, dados a diversidade e o conflito de interesses que caracterizam o agronegócio, bem como um conjunto de outras atividades produtivas vinculadas ao campo, entre as quais a mineração. Portanto, constituir unidade e Programa – o que é aparentemente uma dificuldade e/ou incapacidade – é virtude necessária à representação dos múltiplos e diversos interesses, dispersos em um conjunto de atividades produtivas espalhadas pelo continental território brasileiro.

Deve-se destacar que grandes contingentes populacionais de brasileiros residem em pequenos e médios municípios. Dos 5.570 municípios brasileiros, 49 possuem mais de 500 mil habitantes, entre os quais estão 23 capitais e 26 cidades localizadas no interior dos estados: São Paulo (8); Rio de Janeiro (6); Minas Gerais (3); Espírito Santo (2); Pernambuco (1); Bahia (1); Santa Catarina (1); Goiás (1); Paraná (1); Pará (1); Rio Grande do Sul (1). Com população inferior a 1.500 habitantes, o país tem 30 municípios: Serra da Saudade/MG, com 776 habitantes; Borá/SP, com 838 habitantes; Araguainha/MT, com 946 habitantes; Engenho Velho/RS, com 982 habitantes. Pode-se destacar, ainda, que 1.252 municípios possuem até cinco mil habitantes. Ou seja, grandes contingentes populacionais superempobrecidos vivem em pequenos e médios municípios, nos quais os pequenos e médios partidos, ultraconservadores e alinhados politicamente ao Programa do partido no poder, forjam, enraízam e estruturam a relação de dominação local-regional-federal.

O Partido dos Trabalhadores, a partir do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” optou por deslocar-se de uma germinal representação da classe trabalhadora organizada – localizada nos grandes centros urbanos – para a representação desses contingentes populacionais superempobrecidos localizados no interior do país e na periferia das grandes metrópoles.

A tal processo, os cientistas políticos denominaram “realinhamento eleitoral” – o que explica, em parte, o perfil daqueles que votaram no Partido dos Trabalhadores a partir de 2006. O deslocamento exigiu um “atualização” do partido, de tal forma a caminhar progressivamente para o chamado “centro” e estabelecer alianças com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A complexa engrenagem política, forjada e estruturada por Lula e seu staff político-operacional, o livrou da cassação no escândalo da Ação Penal 470 e viabilizou sua reeleição em 2006, bem como criou as condições para fazer a sucessão em 2010. Todavia, os sucessores do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” não entenderam a concepção, os fundamentos e o funcionamento da engrenagem e, em seus primeiros movimentos, trataram de esvaziar o poder institucional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tanto no primeiro quanto nos demais escalões ministeriais e empresas estatais. Assim, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao mesmo tempo que ocupava a cadeira da vice-presidência, tornou-se o polo aglutinador do “centro”, desprestigiado e esvaziado pelo Governo Dilma. Todavia, ao desprestigiá-lo e esvaziá-lo, mediante “faxina ética” (BBC..., 2016), unificou o “centro” e estruturou os termos de sua derrubada. Apesar de ter vencido as acirradas eleições de 2014 com pequena margem eleitoral a partir da popularidade do lulismo, os fundamentos do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” haviam sido estilhaçados, de modo que as fissuras do bloco no poder tendiam a apontar para sua rápida desagregação.

O binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” desencadeou o chamado “deslocamento eleitoral”, percebido no processo eleitoral de 2006, no e a partir do qual grandes contingentes populacionais superempobrecidos, particularmente das regiões Norte e Nordeste e tradicionalmente dominados por oligarquias representativas regionais, aderiram ao lulismo – não, necessariamente, ao Partido dos Trabalhadores. Talvez, a principal representação desse processo seja a vitória de um “sósia artificial” de Lula na Bahia, Jaques Wagner (1951 –), que venceu as eleições para o

governo do Estado em um reduto tradicional da família Magalhães. Em contraposição, frações importantes da classe trabalhadora organizada e das camadas médias urbanas tradicionais romperam como Partido dos Trabalhadores e se distanciaram dele, passando à oposição, tanto à direita quanto à esquerda, nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul. As constituições do Partido Socialismo e Liberdade/PSOL e Rede Sustentabilidade são exemplificações nítidas de tal processo, pelo qual pode-se explicar o fenômeno eleitoral de Marina Silva nas eleições presidenciais de 2014 e seu posterior derretimento nas eleições presidenciais de 2018 (NOVAES, 2014). Ambos surgem de rupturas parlamentares no processo de consolidação do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” e passam a representar soluções espontaneístas, à esquerda e à direita do Partido dos Trabalhadores, todavia, sem vínculos com bases sociais organizadas, mas com penetração nas camadas médias urbanas tradicionais. À medida que o lulismo se materializava e se impunha ao próprio petismo, consolidava-se a passagem do Partido dos Trabalhadores de germinal organização autônoma da classe trabalhadora à partido da ordem, intensificando-se os processos de transformismo ativo de seus principais quadros dirigentes e de suas forças-satélites: sindicatos, movimentos sociais e populares, partidos. As bases e os fundamentos do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” encontram-se explicitadas no documentário *Entreatos/2004*, dirigido por João Moreira Salles (1962 -).

Deve-se destacar que a materialidade do bloco no poder é passível de constatação, pela observação e experimentação da política econômica, na explicitação da hierarquia de poder entre as frações de classe dominante, a partir das quais são definidos os interesses prioritários a serem atendidos pelo governo e sua base de apoio, instituídos no ordenamento jurídico-político. Portanto, o bloco no poder cria e orienta a execução da política econômica e sociocultural, como forma de cimentar e unificar a relação político-ideológica de peso e contrapeso estabelecida entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse sentido, a constituição de maioria no Congresso Nacional e/ou no Supremo Tribunal Federal

e, portanto, a suposta relação de autonomia e vigilância mútua entre os poderes, bem como as condições de governabilidade, dependeriam, fundamentalmente, da forma e do conteúdo do bloco no poder, sendo a representação política sua forma imediata. Ou seja, a composição tanto do Legislativo quanto do Judiciário estaria subordinada à forma e ao conteúdo do bloco no poder – relação explicitada pelo tipo particular de presidencialismo brasileiro –, constituindo representações políticas mediáticas de uma base social.

Em um cenário de crise social profunda, os partidos institucionais se desagregam e perdem a condição de representação política, emergindo em seu lugar a representação indireta das diferentes bases sociais das frações de classe dominante, todavia, sob a forma de um dos fenômenos sociais que consolidaram e estruturaram a revolução passiva à brasileira: o corporativismo. Tais partidos, apesar da divisão tática, se unificaram estrategicamente, na perspectiva do *Coup d'Etat*, formando um novo tipo particular de “pacto conservador regressivo”, como forma de evocar o poder moderador de outrora, instituído pela baioneta e com extensa presença nos processos constitutivos da democracia à brasileira.

O Governo Dilma Rousseff (2011-2016) pode ser dividido em duas partes: 2011 a meados de 2013, no qual sua popularidade se aproximava dos 60%, marcado por confrontos sucessivos com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro; e segundo semestre de 2013 a maio de 2016, no qual sua popularidade despencou e chegou à casa de um dígito, marcado por confrontos com as organizações autônomas da classe trabalhadora que foram pressionadas a dar-lhe o voto útil, sem o qual não se reelegeria em 2014. A primeira parte do governo transcorreu sob a popularidade do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo” e, portanto, marcada por razoável estabilidade e lampejos desenvolvimentistas, mas em constante conflito com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro; já a segunda parte foi marcada pelo colapso progressivo do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo”, uma vez que a reeleição foi acompanhada de um estelionato eleitoral que isolou a presidente em um processo

de crise social, desagregação do bloco no poder que lhe dera sustentação e marcha forçada em direção ao *impeachment*. Apesar de o Governo Dilma não ter sido capaz de conduzir a engrenagem criada pelo Governo Lula, o ponto de inflexão de seu governo encontra-se na ascensão dos movimentos insurretos de 2013.

Os movimentos de 2013 iniciaram-se com o espontaneísmo e a inorganicidade de movimentos com pautas progressistas, porém refratários à constituição de Organização e Programa: autonomismo do Movimento Passe Livre (MPL); anarquismo-autonomismo dos Black Blocs; pequenas organizações estudantis secundaristas e universitárias filiadas a diversas concepções progressistas, sectárias e espontaneístas. Terminaram nas mãos de aparelhos privados de hegemonia, organizados, orgânicos e com Programa, claro e nítido, financiados pelo grande capital nacional e estrangeiro (*think tank*), entre os quais podem-se citar: Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Para Rua e Anonymous. Complexos e heterogêneos aparelhos privados de hegemonia apropriaram-se do movimento ascendente, hegemonizaram as ruas, massificando-as e unificando-as, a partir das pautas estruturantes do movimento inicial: negação da política, dos partidos e do Estado. O processo de apropriação das ruas, de massificação e de unificação do movimento deu-se pela simbologia do verde-amarelo, a partir de uma mítica unidade nacional patriótica contra a corrupção e os corruptos. Foi o momento em que os movimentos de 2013 canalizaram sua insatisfação, de forma orgânica e programática, ao partido no poder e à sua concepção de governança. Apesar de o movimento ter se espalhado por todo país, com o fenômeno das redes sociais – aparentemente individualizadas e fragmentadas, porém dominadas por profissionais capazes de instrumentalizar algoritmos/inteligência artificial e utilizá-los como mecanismos sofisticados de agitação e propaganda –, seus sentidos e significados podem ser acessados e entendidos, a partir da dinâmica e do movimento que tomaram conta da cidade de São Paulo no mês de junho, bem como os impactos que tiveram sobre os partidos no poder e suas principais lideranças, nacionalmente: Fernando Haddad (1963 –),

do Partido dos Trabalhadores, à frente da Prefeitura de São Paulo; Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (1952 –), do Partido da Social Democracia Brasileira, à frente do Governo do Estado de São Paulo; Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, à frente da Presidência da República. A dinâmica e o movimento do *Coup d'État* feriria de morte os três principais partidos da ordem, estruturais e estruturantes da Quarta República, fazendo-os sangrar constantemente de diferentes maneiras e em diferentes fases, ao menos, até os desfechos do *Coup d'État* com as eleições presidenciais de 2018 – parcialmente interdidas.

Diante desse cenário social, o Governo Dilma respondeu aos movimentos com aprovação de leis draconianas e repressão tanto à ascensão dos movimentos de contestação social quanto ao processo progressivo de aumento das greves. Nesse contexto que coincide com a realização dos grandes eventos esportivos – Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) –, Dilma Rousseff entregou aos militares a organização da segurança dos grandes eventos esportivos, alimentando e estimulando a sanha de poder da caserna, contexto a partir do qual a presidente sancionara a Lei Antiterrorismo⁶. A questão militar tornou-se central nos governos Dilma, ao instituir a Comissão Nacional da Verdade⁷, com potencial democratizador e refundador das Forças Armadas – potencial que não se cumpriu, mas mobilizou a corporação militar a fazer uso de sua condição de poder político moderador, guardião e força tutelar da “República à brasileira”.

A relativa estabilidade da primeira parte do governo apontava para um aumento progressivo de greves, que romperiam o pico de medição, presente em 1989, quando foram registradas 1.962 greves no país. Salienta-se que, em 2012, foram registradas 873 greves; em 2013, 2.050 greves; em 2014, 111 mil horas paradas. Assim, o esgotamento da política de

⁶ BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em: 16 set. 2019.

⁷ BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm#:~:text=Cria%20a%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20da,Civil%20da%20Presid%C3%Aancia%20da%20Rep%C3%BAblica. Acesso em 16 set. 2019.

conciliação de classes petista, no plano social, representou o enfraquecimento e a desagregação das forças satélites subordinadas ao pacto conservador petista – movimentos sociais e populares, partidos, sindicatos –, tendo como resultado imediato a impossibilidade de fazer o enfrentamento e resistir ao *Coup d'État*; e, no plano institucional, simbolizou a crise de representatividade dos partidos da ordem – inclusive do próprio Partido dos Trabalhadores, que passou a perder espaços institucionais e eleitorais importantes nas eleições municipais, estaduais e federal –, de modo a exigir um outro tipo de operação política que passava pela constituição de partidos extrainstitucionais, no qual prevalecera um dos momentos estruturais das revoluções passivas: o corporativismo. Nesse contexto, as questões do parlamento, do judiciário e militar unificam-se sob a forma do corporativismo, assumindo a condição de partido único do Estado de Exceção.

Deve-se destacar que foi exatamente em resposta às pressões advindas das manifestações de 2013 que o Governo Dilma, conduzido por ilusões institucionais de um republicanismo inexistente, aprovou a Lei n. 12.850/2013⁸ – genitora institucional da Operação Lava Jato, que interviria direta e indiretamente nas eleições presidenciais de 2014 e 2018, bem como em toda dinâmica do *Coup d'État* de 2016. Com as representações político-parlamentares “dissolvidas” e enfraquecidas, houve a unificação do Partido do Golpe e do projeto de contrarrevolução preventiva, estabelecendo-se uma aliança subterrânea entre bases sociais representadas por corporações estruturais da República: partidos do parlamento, judiciário, militar e imprensa. Formou-se uma articulação complexa das principais corporações, pelas quais se estruturou um Estado de Exceção por dentro das próprias instituições políticas brasileiras.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a completude e o esgotamento da revolução passiva à brasileira, conduzida pela ditadura civil-militar (1964-1985), legou os fundamentos, conflitos e contradições que edificaram o

⁸ BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 12.850 de 2 de agosto de 2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em 20 out. 2019.

Brasil do século XXI. Diante de tal processo, Florestan Fernandes (2007) questionara: Que tipo de República? Assim, a partir das lentes e penas manejadas e instrumentalizadas pelo pensador brasileiro, é possível constituir certo nível de entendimento acerca dos Tempos de Incertezas.

Deve-se destacar que o tamanho, a heterogeneidade e a complexidade dos chamados mercados eleitorais relacionam-se e submetem-se à autocracia burguesa, de tal maneira que a temática da corrupção converteu-se historicamente em instrumento legitimador de diferentes tipos e formas de *Coup d'État*, como se pode verificar nos processos de 1929-1932, 1935-1937, 1954-1955, 1961-1964 e 2013-2018. Aparentemente, todos os golpes são iguais, entretanto, no plano das relações mediatizadas, podem-se observar e compreender as diferenças e as particularidades dos processos históricos em questão, acessando seus sentidos e significados.

A Quarta República (1988-2016) foi partejada em um cenário marcado por golpes dentro de golpes, nos e a partir dos quais o exclusivismo político gerou um tipo particular de “transição transada” e cultivou as novíssimas ilusões institucionais. Assim sendo, a abertura fechada explicitou os fundamentos e a natureza da democracia à brasileira, expondo as vísceras de um regime derrotado que se saíra vitorioso e impusera um pacto conservador que pedia ao povo para oferecer a corda na qual seria enforcado. Nesse sentido, a Quarta República nasceu como um rebento bastardo da ditadura civil-militar e, portanto, começou e terminou com a corda esticada, tanto que restaurou os instrumentos político-institucionais de oposição consentida e de bloqueio de toda e qualquer possibilidade de uma revolução democrática. Destarte, décadas depois, conjura-se a implantação de um Estado de (Exceção) Segurança Nacional, no qual militares voltam à cena política para preencherem os papéis políticos de guardiões e representantes de garantia da *law and order*. Abandonam a reserva, despem-se de seus pijamas e fazem dos coturnos, fardas e fuzis, a tutela militar necessária ao êxito da “contrarrevolução preventiva”.

Quarta República: democracia restrita e níveis de oposição consentida

Nesse sentido, algumas questões se colocam como necessárias e desejáveis para se entender a crise brasileira. Quais seriam os sujeitos sociopolíticos, protagonistas e/ou coadjuvantes, que se movimentaram e constituíram o enredo da crise social da democracia à brasileira na segunda década do século XXI? Em sua manifestação fenomênica, a crise se apresentou como vontade manifesta de indivíduos. Todavia, a essencialidade das coisas demonstra que a vontade individual, seja dos que ocupavam o poder, seja dos que conspiraram pela derrubada, são elementos necessários, mas insuficientes para a explicação das variáveis e desdobramentos da crise da democracia à brasileira. As relações imediatas apontam para uma explicação pouco ou nada consistente, na qual o casuísmo e o personalismo de figuras específicas, tanto por parte do governo quanto por parte dos conspiradores, em luta umas com as outras, chegaram ao desfecho que culminou na destituição arbitrária do governo eleito, devido ao mau desempenho da presidenta à frente do cargo, bem como devido ao resultado das eleições presidenciais de 2014 e a suposta hegemonia petista. Ao mesmo tempo, as mesmas relações imediatas apontam como explicação a existência de certo revanchismo e acerto de contas do chamado “baixo clero” parlamentar com o período petista (2003-2016). Não obstante, a complexa formação social brasileira bem como a constituição de suas instituições caminham em sentido contrário e demonstram que os sujeitos sociopolíticos envolvidos, na condição de aparentes protagonistas e/ou coadjuvantes, são resultado do novo ciclo de acumulação do capital e de luta de classes, abertos com a crise mundial do triênio 2007-2009. Portanto, o movimento e a dinâmica da crise social que, progressivamente, aprofundou-se e adquiriu contornos de crise de hegemonia estão umbilicalmente articulados às necessidades do novo ciclo de acumulação do capital aberto com a crise, bem como ao novo ciclo de luta de classes, tendo em vista que a crise mundial obrigou o redesenho “pelo alto” das classes e frações de classe dominante que constituíam os blocos no poder dos Estados nacionais, principalmente

na periferia capitalista pressionada a forjar processos de contrarrevolução preventiva; estão também articulados às classes e frações de classe trabalhadora, tanto aquela organizada em torno de movimentos, sindicatos e partidos, quanto aqueles grandes contingentes populacionais superempobrecidos e precarizados, com acesso restrito e limitado ao mercado de trabalho informal. Trata-se de um novo redesenho da geopolítica mundial, fundamentado em dois movimentos: a) ressubordinação dos Estados nacionais da periferia capitalista; b) ressubordinação da classe trabalhadora e demais classes subalternas, no interior de tais Estados, como forma de impor pela força da espada, se necessário, os fundamentos do desenvolvimento e objetivação do novo ciclo de acumulação do capital.

Pode-se dizer que todos os sujeitos sociopolíticos envolvidos diretamente nesse processo assumiram papéis coadjuvantes no contexto da crise do capital, que impôs uma nova dinâmica à luta de classes, tanto no epicentro quanto na periferia do capitalismo, submetendo os diversos sujeitos sociopolíticos à sua nova forma e conteúdo. Nesse sentido, a crise da democracia à brasileira, ao mesmo tempo: destituiu a primeira presidenta eleita (O GLOBO, 2010), alçada ao poder pelo fenômeno do lulismo (FLOR, 2010); legou à obscuridade aquele que foi o principal adversário da presidenta nas eleições presidenciais de 2014 (MORAES; ANATER, 2017), encerrando toda e qualquer pretensão política de chegar ao Planalto Central; levou à prisão o Presidente da Câmara dos Deputados que conduziu o *Coup d'Etat*; elevou ao poder um vice-presidente, tornado inelegível por oito anos (TOMAZ, 2016), a partir da condenação do Tribunal Eleitoral de São Paulo, no dia 03 de maio de 2016 – poucos meses antes de assumir o governo definitivamente em 31 de agosto – e preso nos primeiros meses de 2019; como desfecho do *coup d'état dans le coup*, interditou parcialmente as eleições presidenciais de 2018, levando à prisão Luiz Inácio “Lula” da Silva (1945 –) e criando as condições, objetivas e subjetivas, para a eleição atípica de Jair Messias Bolsonaro (1955 –) do PSL, como fase superior de consolidação do *Coup d'Etat* de 2016, ao mesmo tempo que elevou ao Planalto Central, para ocupar a cadeira do super Ministério da Justiça e

da Segurança Pública, o principal representante do Partido do Judiciário, responsável tanto pela prisão de Lula quanto pela eleição atípica de Jair Messias Bolsonaro: Sérgio Fernando Moro (1972 –).

Os fundamentos da crise da democracia à brasileira: do farsesco ao trágico

A crise brasileira encontra-se diretamente vinculada à particularidade da crise do capital. Uma das características da crise estrutural do capital dos anos 1970 foi a de transferir as crises do epicentro para a periferia capitalista. Entretanto, a crise do triênio 2007-2009 iniciou-se no epicentro do capitalismo mundial e se espalhou nos anos subsequentes para a periferia, atingindo de forma drástica o Brasil, principalmente a partir de 2012. O espalhamento da crise para a periferia exigiu, no plano externo, a recomposição da geopolítica internacional, forjada essencialmente na e pela ressubordinação da periferia capitalista, enquanto que, no plano interno, abriu progressivamente uma crise econômica que se desdobrou em crise política – ambas supressumidas em uma crise social profunda.

Toda crise do capital impõe um processo agudo de intensificação da competição internacional, que se objetiva pela ampliação do controle de duas variáveis fundamentais disponíveis no planeta: a) as matérias primas fundamentais para o desenvolvimento capitalista, dentre as quais a principal matriz energética: o petróleo; b) expansão e controle de mercados. Remontando-se ao início do século xx, no qual se transitava do capitalismo concorrencial ao monopolista, a partir do qual o epicentro do capitalismo mundial abriu uma guerra intestina intraburguesa, tanto pelo controle de matérias primas quanto por novos mercados, o debate entre Kautsky e Lênin emergiu como representação elucidativa para fazer entender as dimensões da crise do capital e seu impacto no Brasil. Em linhas gerais, o debate poderia ser resumido da seguinte maneira: para o primeiro, a guerra era considerada um recurso indesejado, utilizável somente em última instância, na medida em que o ultraimperialismo apontava para uma saída racional, na qual o acordo entre as potências emergia

como principal via de resolução de conflitos naquilo que diz respeito à distribuição e redistribuição das áreas de influências, sem a necessidade de recorrer à força da espada; para o segundo, a guerra seria considerada um cálculo racional da ordem capitalista, devido à necessidade constante de exportar capitais para as áreas de influências partilhadas e repartilhadas pelo próprio movimento e dinâmica impostos pelo capital-imperialismo. Nesse sentido, a forma da repartição seria a guerra.

A crise do capital intensificou a guerra comercial que se encontrava em estado latente entre China e Estados Unidos, de modo que ambos passaram a se movimentar a partir de suas políticas externas, no sentido de consolidar e ampliar suas áreas de influências. Deve-se destacar que ao longo do período petista (2003-2016), principalmente, nos governos Lula (2003-2010), o Brasil buscou desenvolver uma política externa relativamente autônoma, representada na e pela política Sul-Sul, pela qual ampliou seu comércio com países da América Latina, Ásia e África, diminuindo a histórica dependência, associação e alinhamento político-econômico com os Estados Unidos da América. A intervenção brasileira no G-20 e a experiência de criação dos BRICS talvez sejam as representações mais avançadas desse processo, tendo o Brasil se projetado como um dos principais representantes desse alinhamento da periferia capitalista.

No livro III de *O Capital*, Marx apontou para uma de suas descobertas científicas mais vigorosas, naquilo que diz respeito ao entendimento e método de funcionamento da sociedade capitalista: a queda tendencial da taxa de lucro. De acordo com Marx (2017), o desenvolvimento do capital impõe a inexorabilidade da alteração da composição orgânica do capital. O desenvolvimento do capital exige do capitalista níveis cada vez mais elevados de investimento em capital constante, ao mesmo tempo que a diminuição progressiva de investimento em capital variável, como “política de contratendência”. Ora, se o desenvolvimento do capitalismo aponta para a inexorabilidade da queda tendencial da taxa de lucro, o capitalista, para continuar em sua condição

de capitalista, acaba por adotar políticas de contratendências, estruturadas, dirigidas e regulamentadas pelo Estado capitalista.

Em um contexto de crise do capital, o Estado manifesta-se em sua forma original: “Estado-força”, como única e exclusiva forma de garantir a transição de um ciclo de acumulação a outro, visto que redesenha “pelo alto” tanto os mercados quanto a própria composição das classes sociais. Nesse sentido, trata-se de reformar o arcabouço jurídico-político e, a partir das instituições políticas, impor uma nova regulamentação tanto do capital quanto do trabalho. As políticas de contratendências estão fundamentadas em ao menos cinco movimentos político-econômicos: 1) intensificar a exploração do trabalho, tornando o trabalho a única e exclusiva substância do valor; 2) introduzir uma política econômica de redução dos salários; 3) criar mecanismos legais de aumento progressivo da superpopulação relativa; 4) criar instrumentos político-econômicos de redução dos custos dos meios de produção (capital constante); 5) ampliar fontes de matéria-prima bem como de mercados.

A crise do capital impõe ao capitalista a necessidade de exportar capitais e, portanto, partilhar e repartilhar as áreas de influências. Os países de capitalismo hipertardio, dependentes, subordinados e, no caso particular do capitalismo brasileiro, associado, são fundamentalmente campos de influência do capital-imperialismo a serem partilhados e repartilhados. O capital-imperialismo em sua ofensiva atraiu as principais frações de classe dominante brasileiras para a efetivação de sua agenda, estruturada em dois movimentos: a) Ressubordinação e redefinição da classe trabalhadora; b) Ressubordinação do Estado nacional. No caso específico do Brasil, o instrumento que firmou a aliança foi a Operação Lava Jato, que criou e aprofundou relações com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, durante o período petista (2003-2016). Tal aprofundamento de relação subserviente tornou-se possível devido à adoção de um pretensão princípio republicano, a partir do qual orientou-se a governança na e pela via da política de autonomia do Judiciário e Órgãos de Controle, de tal forma a indicar o nome mais votado pelas corporações para

assumirem cargos estratégicos da República. O suposto princípio republicano fortaleceu o corporativismo, constituindo um poder paralelo que, em seu conteúdo objetivo e subjetivo, forjou o Partido do Judiciário, encarnado, objetiva e subjetivamente, na Operação Lava Jato – projetando como principal figura e representação política o ex-juiz Sérgio Fernando Moro.

O capital-imperialismo, atuando pelo Judiciário, instrumentalizou o ordenamento jurídico brasileiro como forma de efetivar seus interesses. Deve-se destacar que o processo de criação de Varas Especializadas criou as condições elementares para a instrumentalização jurídico-política das instituições brasileiras. Nesse sentido, o capital-imperialismo operou pela via do fortalecimento do corporativismo do Judiciário – presente em toda sua estrutura normativa interna, voltada à proteção de pares e defesa de interesses imediatos, mesmo em casos públicos em que membros do Judiciário cometam ilicitudes. A história de Sérgio Moro no Judiciário é uma história de irregularidades, marcada por constante desrespeito ao devido processo legal: grampos ilegais; provas ilícitas; coação de réu para produzir provas contra si mesmo; julgamentos parciais; prisões ilegais; conduções coercitivas ilegais; sentenças questionáveis juridicamente (que se tornaram objeto de pedido de nulidade e de suspeição do juiz); mandados de busca e apreensão questionáveis do ponto de vista legal; apresentação de denúncias questionáveis do ponto de vista legal, para forçar prisões ilegais e conduzir investigações induzidas; controle e distorção das instâncias, impedindo os acusados de exercer o direito de apelação, a ampla defesa e o contraditório; distribuição de processos induzidos, portanto, parciais; manipulação de competências e juízos, forjando processos e sentenças induzidas; investigação de parlamentares, sem autorização do STF; quebra do princípio da presunção de inocência; delações premiadas questionáveis; inserção de pessoas que não seriam alvo de investigação em grampos; invasão e grampos ilegais à escritórios de advogados; direcionamento da produção probatória nas ações penais, aconselhamento à acusação, indicando testemunhas e sugerindo

juntada de provas documentais. Ora, a trajetória de Sérgio Moro no Judiciário brasileiro, anterior à Operação Lava Jato – da qual a investigação do caso Banestado é o principal exemplo – demonstra seu vínculo com a ideologia punitivista, colocando-se acima e fora da lei.

A ideologia do punitivismo subsume os fundamentos da formação social brasileira, carregando consigo os princípios e fundamentos colonial-escravagista que naturalizam a lógica do trabalho forçado, a prisão, a tortura e o assassinato, que passam a assumir a forma de “justiça”. Assim, o punitivismo difunde um tipo particular de inconsciente coletivo, no qual define-se o outro interno a ser combatido e exterminado: pobre, negro e periférico. Nesse sentido, difunde-se uma concepção de justiça reificada, regressiva, pré-liberal, em que predomina a lógica do Estado Justiceiro em oposição a qualquer perspectiva de Estado de Direito. Assim, o punitivismo assume a forma de ideologia e dominação. O clamor e a comoção social naturalizam a violência extremada adotada historicamente pelo Estado brasileiro. Forja-se a coesão social pela via da moralidade judaico-cristã (fundamental ao colonialismo), como forma de aprofundar, justificar e legitimar os princípios e fundamentos do Estado Policial. Assim, legitima-se e difunde-se a violação do direito ao esquecimento, impondo-se pena permanente a réus que cometeram crimes de clamor e comoção social, via de regra, espetacularizados por programas midiático-policiais, como forma de invocar o coletivo a insurgir-se contra o infrator, mesmo após cumprimento de pena (casos Samudio, Richthofen, Nardoni), sob pretexto de: questionar a existência de justiça; negar o princípio e dos fundamentos da política de ressocialização; negar os direitos civis a infratores; defender a adoção de prisão perpétua, pena de morte e castração química; defender a implementação de princípios de trabalho forçado a infratores que cumprem pena em prisões; executar infratores, sumariamente, tanto em ações policiais de suposta “investigação e prisão” quanto em prisões; defender a diminuição da maioria penal. Devido a seu histórico de constante desrespeito ao ordenamento jurídico é que Moro tornou-se a principal liderança da Operação Lava

Jato e um dos principais interlocutores com o Departamento de Justiça estadunidense, com o fim de estruturar a mínima legislação para que pudesse operar politicamente. Apesar de não existir do ponto de vista formal e normativo, o Partido do Judiciário constituiu-se enquanto forma de intervenção e interdição das instituições políticas brasileiras. A teoria do partido em Gramsci (2001) define o partido como parte da classe organizada, não necessariamente pela via institucional. Seria possível, portanto, nesse sentido, a partir dos prismas marxianos, entender a Operação Lava Jato como representação do Partido do Judiciário.

Como indivíduo Sérgio Fernando Moro não encarnaria em sua figura a condição de Partido do Judiciário, devido à estrutura hierárquica que o Judiciário institucionaliza e normatiza em uma República. A encarnação e representação de Partido do Judiciário que tal indivíduo assumiu explica-se a partir de dois movimentos: 1) movimento externo: política externa estadunidense de tipo *soft power*, estruturada na cooptação e instituída no pós-11 de setembro de 2001, em um cenário de crise mundial do capital e ressubordinação dos Estados nacionais da periferia ao centro capitalista. A política externa estadunidense e a política de conciliação de classes petistas criaram as condições para a emergência de figuras políticas internas descoladas do Executivo e do Legislativo, como o caso Moro – ponta de lança da política externa estadunidense, operada via cooptação do Judiciário brasileiro; 2) movimento interno: autonomização e sobreposição do Judiciário em relação ao Executivo e Legislativo e o esgotamento da política de conciliação de classes petistas, tanto institucional quanto social, representado pela incapacidade de dar respostas objetivas e subjetivas aos processos difusos de desobediência civil que caracterizaram os Movimentos de 2013.

No plano institucional, a adoção de uma política de autonomia e sobreposição do Judiciário criou as condições para que a corporação do Judiciário se fortalecesse e forjasse o Partido do Judiciário – contraditoriamente, a partir do “baixo clero” do Judiciário, com adesão ativa da alta cúpula. No âmbito do parlamento, permitiu-se que o chamado

“centro” se fortalecesse visando conformar o Partido do Parlamento, tendo como força hegemônica o “Centrão” – em princípio, dirigido por Eduardo Consentinho da Cunha e, posteriormente, dissolvido em diversas lideranças, dentre as quais se destacaram Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia (1970 –), responsável por assumir a Presidência da Câmara dos Deputados e conduzir as contrarreformas a partir de certa modelagem de um “semiparlamentarismo extraoficial”, em um cenário de Estado de Exceção – e Jair Messias Bolsonaro – eleito presidente em um processo eleitoral atípico e parcialmente interdito, ao mesmo tempo tutelado pelos militares.

No âmbito das forças armadas, constituiu-se o Partido Militar, por um lado, unificado pelo fenômeno do bolsonarismo e, por outro, enquanto representação da tutela militar, imposta à Quarta República, como pode ser constatado no artigo 142 da Constituição de 1988⁹, no qual estabelece-se uma tríplice função das Forças Armadas: Defesa Nacional, Força Policial e Força Política. A tríplice função forjou a lógica e a dinâmica de tutela e estruturou a concepção de poder moderador. Deve-se destacar o papel e a função social que as operações de Garantia da Lei e da Ordem exerceram na Quarta República e no *Coup d'État* de 2016, a partir da Lei Complementar 97/1999¹⁰ e do Decreto 3.897/2001¹¹ que concederam e ampliaram o poder de polícia das Forças Armadas.

Assim, o Partido Militar manifestou-se por diversas vezes, direta e indiretamente, como forma de garantidor e tutor do *Coup d'État soft* de 2016,

9 BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Publicado em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 out. 2019. Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanente e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplinas, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa a qualquer destes, da *lei e da ordem* (grifo meu).

10 BRASIL. Presidência da República. *Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

11 BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 3.897, de 24 de agosto de 2001*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 10 de out. 2019.

como pôde ser verificado no processo eleitoral de 2018, quando o comandante das Forças Armadas, General Eduardo Villas Boas (1951 –), ameaçou uma intervenção, caso o STF concedesse Habeas Corpus ao ex-presidente Lula – preso, em cumprimento de pena antecipada, devido à condenação em primeira instância por Sérgio Moro e, em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região –, em claro processo de retomada do princípio da ditadura civil-militar de oposição consentida. Pode-se destacar o papel ativo e a função social do Partido Militar no *Coup d'État* de 2016 a partir da movimentação de três generais do Exército: Sérgio Westphalen Etchegoyen (1952 –), que ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência durante o Governo Provisório de Exceção de Michel Temer; Eduardo Dias da Costa Villas Bôas (1951 –), que teve papel destacado durante o processo eleitoral atípico de 2018, a partir do qual Bolsonaro foi eleito; Augusto Heleno Ribeiro Pereira (1947 –), que ocupa papel central no Governo Bolsonaro. Pode-se dizer que se constituiu um “triumvirato de generais” do Exército: Augusto Heleno, Etchegoyen e Villas Bôas, responsáveis por fazerem a transição e a composição de um governo relativamente civil tutelado. Todavia, não o fizeram espontaneamente. A formação social brasileira fez das Forças Armadas um Estado dentro do Estado, a partir do qual a autocracia burguesa institucionalizada se impôs. O triumvirato em questão, a partir de apoio explícito de base social ultraconservadora, particularmente da classe dominante e de parte significativa das camadas médias urbanas, reativou os instrumentos de tutela e de poder moderador.

Após a vitória de Bolsonaro, militares da ativa e reserva passaram a ocupar cargos importantes na República: Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira (1947 –); Ministro da Casa Civil, General Walter Souza Braga Netto (1957 –); Secretaria Geral da Presidência, comandada inicialmente pelo General Floriano Peixoto Vieira Neto (1954 –), substituído pelo Major da Polícia Militar do Distrito Federal, Jorge Antonio de Oliveira Francisco (? –); Ministro da Ciência e Tecnologia, Tenente-Coronel da reserva

Marcos Cesar Pontes (1963 –); Ministro da Defesa, General da reserva Fernando Azevedo e Silva (1954 –); Secretaria de Governo, General Luiz Eduardo Ramos (1954 –); Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior (1958 –); Controladoria Geral da União, Capitão da reserva Wagner de Campos Rosário (1975 –); Ministro da Infraestrutura, Capitão da reserva Tarcísio Gomes de Freitas (1975 –); Secretaria de Assuntos Estratégicos, Almirante Flávio Augusto Viana Rocha (? –). Devem-se destacar, ainda, a Presidência e a Vice-Presidência, que são ocupadas por egressos das Forças Armadas: Jair Messias Bolsonaro, Capitão reformado do Exército, e Antônio Hamilton Martins Mourão (1953 –), General da reserva. Pode-se citar, ainda, o porta-voz da Presidência, General da reserva Otávio Santana do Rêgo Barros (1960 –). Ora, uma hegemonia débil, constitutiva da democracia à brasileira, exige a institucionalização de certo tipo de poder moderador que tutela o regime, direta ou indiretamente, em cenários de crise social profunda.

A ausência de regulação dos meios de comunicação levou à monopolização dos meios de comunicação no Brasil durante o processo de revolução passiva, de tal maneira que a imprensa brasileira se constituiu Partido Permanente da Imprensa, liderado pelo Grupo Globo e associados menores. O partido em questão atuou de forma direta nos momentos fundamentais da República e da crise brasileira, no sentido de defesa direta do *establishment* e das corporações de Estado.

Os partidos extrainstitucionais se unificaram numa aliança estratégica como resultado da crise de hegemonia e da recomposição do bloco no poder, que, do ponto de vista objetivo, implicou destruir os fundamentos da política de conciliação de classes petista, por meio das seguintes ações: destruição e inviabilização política e economicamente das chamadas Campeãs Nacionais, via condução coercitiva e prisão preventiva dos empresários, por tempo indeterminado, como forma de removê-los do poder e forçá-los a fazer delações premiadas; desmoralização pública, mediante campanha midiática diária e permanente, tanto de empresas

quanto do partido político no poder que capitaneou a política de conciliação de classes; canalização do descontentamento e das reivindicações sociais para a criação de um inimigo interno/outro interno comum a ser combatido (genericamente denominado de corrupção, associado à esquerda no poder), responsabilizando-o pela crise, como forma de unificar os partidos da ordem oficiais-extraoficiais e massificar as movimentações de rua pró-Golpe; unificação, por meio da Operação Lava Jato, dos partidos do parlamento, do judiciário, dos militares e da imprensa e conversão da Operação Lava Jato em Estado paralelo, de tal forma a submeter e enquadrar dissidentes do parlamento, do judiciário, dos militares e da imprensa em uma perspectiva golpista; derrubada da presidenta eleita e elevação ao poder do Partido do Golpe – em um primeiro momento, via Governo de Exceção Provisório e, em um segundo momento, via Governo de Exceção Permanente, sob a tutela do poder moderador; e condução coercitiva e, logo em seguida, prisão da principal liderança da política de conciliação de classes petista.

Foi nesse novo cenário de luta de classes que se deu o Golpe de Estado Parlamentar-Judicial-Midiático de 2016 ou *Coup d'Etat soft*. Nesse sentido, no plano interno, avaliar os resultados e desdobramentos das eleições presidenciais de 2010, apresenta-se como uma variável de fundamental importância para o entendimento da crise brasileira. Se, por um lado, o movimento das aparências apontam, devido ao fenômeno do binômio “lulismo-neodesenvolvimentismo”, para um tipo de vitória que consagrou o projeto de poder petista – aparentemente inabalável pela eleição da “desconhecida” Dilma Vana Rousseff à presidência da República –, por outro, deve-se destacar que se tratou de um cenário de espraiamento da crise mundial do capital para a periferia, bem como de um progressivo aguçamento da luta de classes e frações de classes. Assim, pode-se dizer que o enredo e o cenário de *Coup d'Etat* de 2016 foram criados pela crise do capital e sua consequência imediata nas relações sociopolíticas brasileiras, uma vez que que abriu fissuras importantes no bloco no poder, transitando rapidamente para a abertura de uma crise de

hegemonia profunda, impondo-se um tipo de movimento descendente, “pelo alto”, de necessária recomposição do bloco no poder, excluindo-se dos processos decisórios toda e qualquer forma e possibilidade de participação e representação da classe trabalhadora e demais classes subalternas, inclusive aquela restrita e limitada instituída pelos governos petistas. Acionaram-se os fundamentos da autocracia burguesa institucionalizada, impondo-se um tipo particular de contrarrevolução preventiva, na e a partir da qual se redesenharia “pelo alto” a democracia à brasileira, histórica e estruturalmente criada a partir de um tipo particular de debilidade orgânica (FERNANDES, 2007).

A abertura do século XXI se deu pela predominância de um tipo de movimento ascendente, vindo de “baixo para cima”, advindo do processo de derrubada da ditadura civil-militar, a partir da qual se impôs uma complexa organização, relativamente autônoma da classe trabalhadora, viabilizando um novo “contrato social” materializado nos fundamentos e nas garantias sociais previstas na Constituição de 1988. Assim, o movimento e a dinâmica da luta de classes na Quarta República criaram as possibilidades para a ascensão e a predominância de diferentes pactos conservadores, dos quais se impuseram dois: a) o pacto conservador “psdbista”, articulado em torno de um Programa neoliberal-flexível extremado, com predominância do grande capital financeiro internacional, umbilicalmente vinculado à grande burguesia compradora; b) o pacto conservador petista, articulado em torno de um Programa neoliberal flexível moderado, no qual se manteve a predominância do grande capital financeiro internacional umbilicalmente vinculado à grande burguesia compradora, acompanhado do fortalecimento da grande burguesia interna – o que implicava pressão permanente por recomposição sobre a estrutura do bloco no poder. A tal processo a ciência política contemporânea denomina de “multipartidarismo polarizado”.

Deve-se destacar que o projeto de conciliação de classes petista manteve a preocupação do projeto “psdbista” com a institucionalidade e a implementação de políticas focalizadas, contudo, mais robustas,

se comparada ao governo anterior, como forma de administrar as desigualdades e os conflitos sociais. Tratou-se, portanto, de um período de administração das desigualdades e dos conflitos, marcado subterraneamente por um processo agudo de luta de classes, no e a partir do qual se desenvolveu um processo de transformismo ativo, responsável por desorganizar e desarticular as principais organizações autônomas da classe trabalhadora.

Com o projeto de conciliação de classes petista, o Brasil do século XXI assistiu ao mais longínquo projeto de poder (2003-2016) instituído por um partido político em sua história. Contraditoriamente, um partido surgido das organizações autônomas da classe trabalhadora engendrou o mais longínquo projeto de poder burguês da história da “República à brasileira”. Se olhado de forma isolada, o fenômeno parece natural e corriqueiro, porém o olhar histórico e a avaliação detida de variáveis estruturais particulares do país acabam por indicar a magnitude do fenômeno em questão. Deve-se destacar que ao longo dos quase 200 anos de “emancipação política”, uma das grandes dificuldades encontradas pela classe dominante brasileira foi justamente de constituir uma dominação estável a partir de um projeto de nação minimamente estruturado que lhe conferisse capacidade de direção e dominação, em outros termos “hegemonia civil”. Portanto, a instabilidade e a insegurança jurídica não podem ser vistas como variáveis políticas transitórias, mas como elementos estruturais perenes na história das instituições políticas brasileiras, dada a hegemonia débil estrutural tramada pela classe dominante. Nesse sentido, vencer quatro eleições consecutivas e governar com relativa “estabilidade”, em um país constituído a partir de uma formação social escravocrata, latifundiária e de capitalismo hipertardio, dependente e associado ao capital-imperialismo e institucionalmente marcado por quarteladas das mais diversas ordens, emerge como fenômeno histórico-social de grande relevância para o entendimento da história do Brasil.

Contraditoriamente, o projeto de conciliação de classes petistas começou a demonstrar seus pés-de-barro a partir de um movimento ascendente de novo tipo, vindo de “baixo para cima”, no qual pode-se destacar

o aumento progressivo de greves, principalmente, a partir dos governos Dilma Rousseff (2011-2016), mas, fundamentalmente do conjunto de contestações advindas dos processos difusos de desobediência civil que marcaram as Manifestações de 2013. Inicialmente tratava-se de um movimento progressista, vindo de “baixo para cima”, como forma de pressionar o governo a sair do campo do neoliberalismo moderado e transitar para o campo do reformismo efetivo. Entretanto, a dinâmica de luta de classes fez com que se constituísse um movimento reverso, hegemônico pela classe dominante, que transitou para um movimento regressivo, antidemocrático, antipopular e com potencial protofascista.

A incapacidade dos governos Dilma e do próprio Partido dos Trabalhadores em absorver as perspectivas de mudanças e transformações que vinham tanto de “cima para baixo” quanto de “baixo para cima” acabou por constituir-se na forma de uma oposição unificada em torno do discurso anticorrupção, instrumentalizado social e politicamente pela chamada Operação Lava Jato, a partir de seu Manifesto denominando “Dez Medidas contra a Corrupção”, que propunha institucionalizar o Estado de Exceção e transformá-lo em Estado Policial, como forma de materializar os elementos da ideologia punitivista. Esse Manifesto estabeleceu os fundamentos e os laços necessários à aproximação e aliança entre o movimento protofascista em ascensão e o Partido do Golpe. Deve-se destacar que a ideologia fascista fez parte do processo de revolução passiva à brasileira, ao estruturar uma ideologia híbrida de tipo liberal-corporativa que se impôs e encontrou formas de personificação em indivíduos, a exemplo de “adhemarismo”, “lacerdismo”, “malufismo” e outros. Portanto, o bolsonarismo é o rebento de um processo histórico particular da formação social brasileira. Do ponto de vista cultural, o filme *Tropa de Elite/2007* de José Padilha, traduzia o sentimento de uma ideologia protofascista revigorada, apresentada sob as vestes do punitivismo, que reivindicava um Estado Policial fora da legalidade, capaz de fazer “justiça”. O elemento cultural em questão levou alguns analistas a afirmar que o período

petista entrou em colapso e decomposição pela ausência de uma política de segurança pública que lhe conferisse legitimidade frente às camadas médias urbanas. Assim, o Manifesto da Operação Lava Jato tornou-se a representação do anseio de “justiça” de amplos setores da sociedade brasileira que não se viam representados nos e pelos governos petistas.

Deve-se destacar que a Operação Lava Jato se constituiu como um Estado paralelo, um Estado dentro do Estado, tendo como seu braço armado, inicialmente, a Polícia Federal. Nesse sentido, encontra-se e concilia-se com a cultura política das casernas. Portanto, ao passo que a Operação Lava Jato se consolidava, forjava-se, ao mesmo tempo, o Partido do Judiciário e o Estado de Exceção, instituindo os instrumentos de Estado paralelo. Os agentes jurídico-políticos da Operação Lava Jato, instrumentalizados pelo Departamento de Justiça dos EUA, rapidamente converteram-se em Partido, no sentido lato do termo, na medida em que grupos sociais importantes, particularmente as camadas médias urbanas tradicionais, passaram a reconhecê-los como seus representantes. Em contrapartida, os agentes jurídico-políticos da Operação Lava Jato passaram a movimentar-se politicamente, como se representantes fossem, dando entrevistas, vazando depoimentos e grampos ilegais e falando diretamente à nação – a partir da relação inicialmente subterrânea e posteriormente pública, estabelecida com o Partido da Imprensa.

Deve-se destacar que, historicamente, o movimento do fascismo somente avançou quando se instituiu crises orgânicas, que levaram os partidos da ordem a entrar em colapso e profundo declínio, abrindo-se um processo de crise de representatividade. A crise social brasileira se aprofundou de tal forma que todos os partidos da ordem, tanto no campo da situação – como no caso do PT, que não teve condições de resistir em razão dos fundamentos e da dinâmica de sua política de conciliação de classes – quanto da oposição – como no caso do PMDB, DEM e PSDB –, foram completamente deslegitimados, desarticulados e legados ao ostracismo, pelo próprio movimento e dinâmica do *Coup d’Etat*. Com o declínio dos

partidos da ordem e sua efetiva incapacidade em dar respostas à mudança do ciclo de acumulação do capital, bem como ao novo patamar da luta de classes, a classe dominante decidiu cooptar o ascendente movimento protofascista – liderado pelo fenômeno do bolsonarismo e sua base social fundamentada nas camadas médias urbanas, no (neo)pentecostalismo, nas Forças Armadas e nas milícias articuladas em torno da Polícia Militar dos diversos Estados da Federação –, com sua forma e conteúdo mais desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro. Deve-se destacar que o fascismo se caracteriza como um fenômeno fundamentalmente pequeno-burguês – o que explica em parte a base social do bolsonarismo. No Brasil, o *Coup d'Etat* se inicia com os Partidos da Ordem e termina com seu colapso, declínio e a ascensão do movimento protofascista via bolsonarismo. Portanto, a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro não pode e não deve ser entendida como resultado de um raio errático que atravessa céu azul, mas como resultado direto da crise social brasileira.

O discurso ideológico, genérico e difuso da anticorrupção e anti-esquerda rapidamente adquiriu contornos antidemocráticos e anti-populares e operou para unificar: a) os Partidos da Ordem, no âmbito do parlamento, inclusive a diáde PSDB-PMDB – sem os quais não seria possível um *Coup d'État*, na medida em que representaram a articulação, síntese e objetivação da agenda denominada “Uma Ponte Para o Futuro” (FUNDAÇÃO..., 2015); b) as corporações do Poder Judiciário e Órgãos de Controle, movidas pelo corporativismo; c) a Sociedade Civil do Capital, que acabou por criar e acionar um conjunto de aparelhos privados de hegemonia eficientes com amplo e público respaldo e incentivo político-financeiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – base de apoio do projeto de conciliação de classes petista, pressionada a aderir ao golpe em andamento e converter o pato amarelo do impostômetro em símbolo da anticorrupção; d) as Corporações que monopolizam os Meios de Comunicação. Nesse sentido, instituiu-se um *Coup d'Etat* de novo tipo, caracterizado enquanto *Coup d'Etat soft* de tipo Parlamentar-judicial-midiático.

A unificação em torno do *Coup d'Etat* era relativa, visto que a própria classe dominante não avaliava as consequências imediatas e mediatas da quebra da institucionalidade e do ordenamento jurídico brasileiro. Acreditava-se que a quebra da institucionalidade levaria ao colapso o projeto de poder petista, bem como sua própria política de conciliação de classes, com a manutenção das mesmas regras do jogo (BOBBIO, 1986) e dos mesmos sujeitos na arena política. O período de conciliação de classes petista, com todas as críticas que possam ser feitas, havia realizado investimentos significativos em infraestrutura e diversificação da economia – Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Tais investimentos tendiam a apontar para níveis de crescimento que os articuladores do golpe visavam desfrutar. Todavia, não se avaliou que a quebra da institucionalidade levaria ao colapso da Quarta República, do sistema político-partidário brasileiro e das principais lideranças políticas que davam sustentação à Constituição de 1988. A unidade em torno do *Coup d'Etat* rapidamente se converteu em luta intestina intraburguesa, o que vulnerabilizou ainda mais as instituições políticas e instituiu elevado nível de incertezas e insegurança jurídica no país. O cenário abriu-se ao aparecimento e à emergência do casuísmo personificado em figuras com capacidade de competição eleitoral.

O ciclo de derrotas conjunturais da classe trabalhadora (2013-2018)

O ano de 2018 nasceu sob a insígnia da incógnita, visto que a crise brasileira se aprofundava drasticamente. Por um lado, o processo atípico conduzido pelo Partido do Judiciário para impedir a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva demarcava as características de um tipo particular de processo eleitoral parcialmente interdito, visto que a corporação do Judiciário apressava-se na condução de processo persecutório – com a adequação do calendário das instâncias judiciárias ao calendário eleitoral, em todos os níveis –, para impugnar a candidatura “Lula” e, ao mesmo tempo, retirá-lo fisicamente da disputa político-eleitoral,

já que as pesquisas indicavam uma possível vitória em primeiro turno bem e a recuperação da popularidade do lulismo e de possíveis adesões ao neodesenvolvimentismo; por outro, o incerto processo eleitoral parcialmente interdito apresentava altos índices de imprecisões, devido à pulverização de candidaturas, sendo a candidatura de Bolsonaro a única a demonstrar certa solidez, observada a variável intenção de votos, apesar de incerta devido à variável rejeição.

De maneira imediata, as principais frações de classe dominante pareciam confluír para a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB), em razão do papel histórico do PSDB na conformação da Quarta República e no *Coup d'État soft* de 2016, materializados no poder político de um partido nacional com capilaridade político-eleitoral nos principais estados da Federação, particularmente em São Paulo, e com grande poder econômico, traduzidos no e pelo campo de alianças, que concentrou grande parte do Fundo Eleitoral e tempo de televisão.

Em processos político-eleitorais normais, todas as variáveis indicavam que Alckmin estaria no segundo turno. Porém, o cenário atípico de eleições parcialmente interdidas acabou por projetar o discurso protofascista representado e difundido pela candidatura Bolsonaro. Torna-se importante destacar que o fascismo não se caracteriza pela negação da política, uma vez que forja um cálculo político fora das regras liberais. Trata-se, portanto, de um cálculo político de reorganização do bloco no poder e de reconfiguração objetiva e subjetiva da classe trabalhadora “pelo alto”. Todavia, um cálculo político sem regras do jogo previamente definidas. O fascismo encara a política como luta de classes aberta, alterando as regras do jogo de acordo com o movimento e dinâmica do jogo. Diferentemente, os grupos sociais aglutinados em torno do projeto de conciliação de classes petista, de forma direta e/ou indireta, buscaram jogar o jogo a partir das regras institucionais, sem se darem conta de que, em um cenário de crise orgânica e ascensão do movimento profascista, as regras ficam permanentemente em suspensão e são alteradas de acordo com as necessidades impostas pelo novo movimento histórico.

O cálculo político-eleitoral comandado pelo Partido do Golpe implicava interditar Luiz Inácio “Lula” da Silva, como forma de impor a agenda ultraconservadora ao país pela via eleitoral. O Partido do Golpe, tendo como ponta de lança o Partido do Judiciário, movimentou-se pelo “arcana imperii”, buscando intervir e alterar os fundamentos do chamado método democrático (BOBBIO, 1986), no e a partir do qual seriam efetivados o princípio e a garantia da alternância do poder. Nesse sentido, a movimentação do Partido do Golpe, própria de Estados de Exceção, colocou em suspensão dois princípios fundamentais das democracias liberais-representativas de massas: o instituto das eleições livres e o princípio da livre competitividade eleitoral.

O “arcana imperii” permitiu a articulação subterrânea entre os partidos do parlamento, judiciário, militar e imprensa, como forma de suspender o método democrático e alterar as regras do jogo. Assim, as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pelo curtíssimo processo eleitoral, ausência das grandes questões políticas, dos debates e das campanhas livres, limitando-se e restringindo-se à movimentação do “arcana imperii”. O Estado de Exceção canalizou o processo eleitoral para o submundo das redes sociais, sem regras regulatórias, nas quais se difundiu o discurso da anticorrupção e da antiesquerda como saída da crise, sendo o “Messias” do PSL o salvador a combater o anticristo e redimir o país de todos os pecados. Em uma perspectiva simplificadora do real, alguns analistas diriam que o grande culpado pela vitória messiânica do bolsonarismo teria sido o próprio Lula, pois teria comandado de dentro da prisão todo o processo eleitoral, isolando possíveis lideranças políticas do campo progressista e impondo sua candidatura até o último momento.

Em sessão para lá de ordinária, no dia 1º de setembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por 6 votos a 1¹², rejeitar o pedido de candidatura de “Lula”, apesar do ordenamento jurídico brasileiro

12 VEJA. *Após dez horas, TSE confirma inelegibilidade de Lula; veja como foi*. Publicado em 1º de setembro de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ao-vivo-tse-julga-se-lula-pode-ser-candidato-a-presidencia/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

determinar o contrário. O rito farsesco da pequeníssima Corte rejeitou a recomendação da liminar do Comitê de Direitos Humanos da ONU, na qual indicava-se a aceitação da candidatura. Seguido pelos demais ministros, o relator da peça teatral, Luís Roberto Barroso, argumentou:

[O comitê] É órgão administrativo, sem competência jurisdicional, composto por dezoito peritos independentes. Por esse motivo, suas recomendações, mesmo quando definitivas, o que não é o caso, não têm efeito vinculante, como é pacífico na doutrina¹³.

Desse modo, buscou-se mistificar indivíduos e fazer da história o resultado manifesto de vontades individuais. Se, por um lado, o Partido dos Trabalhadores perdeu a eleição, por outro, levou ao segundo turno o “desconhecido” Fernando Haddad, que obteve expressiva votação, particularmente no Nordeste. Com sua principal liderança política interdita, o Partido dos Trabalhadores optou pelas ilusões institucionais, em uma guerra jurídico-política e sociocultural fundamentada na lógica pós-moderna da disputa de narrativas. Portanto, fez a opção pela defesa das inexistentes bases institucionais da Quarta República e da democracia débil à brasileira. Ao encarar o *Coup d’Etat* como uma variável pragmática político-eleitoral e não como processo forçado de recomposição do bloco no poder, da classe trabalhadora, bem como da própria autocracia burguesa institucionalizada, via processo de contrarrevolução preventiva, o Partido dos Trabalhadores rejeitou a luta política aberta. Em tempos de Estado de Exceção, o Partido dos Trabalhadores apostou em um curto prazo de exceção e retomada do poder pelas urnas. Assim, se o Partido dos Trabalhadores, por seu turno, esvaziou a campanha eleitoral, retirando de pauta os problemas centrais do país e a regressão político-econômica e sociocultural imposta pelo *Coup d’Etat*, projetando-se de forma messiânica e despolitizada para recuperar popularidade,

13 VEJA. *TSE decide que Lula é inelegível e não pode disputar a Presidência*. Publicado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/tse-decide-que-lula-e-inelegivel-e-nao-pode-disputar-a-presidencia/>. Acesso em: 1º set. 2018.

Jair Messias Bolsonaro, por sua vez, seguiu o roteiro petista, invertendo o messianismo e afirmando uma pauta ultraconservadora, estruturada no neoliberalismo extremado. Contando com uma popularidade relativa, faltava-lhe o poder mítico conferido por um processo trágico-farsesco, no qual uma “faca perdida” em um ato de campanha o elevaria à condição de um “deus lacerdista”, habitante de um panteão mítico-regressivo, do qual fariam parte golpistas, torturadores, assassinos e terroristas de Estado. Um dia antes do chamado Dia da Independência, uma “faca mítica”, por força da providência, transformou a carne/homem em força celestial/mito – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Com Haddad, desprovido de carisma e de força mítica, difundiu-se o discurso dos homens caídos do paraíso que ansiavam retornar ao mundo de plena felicidade: “É Lula, é Haddad, é o povo, é o Brasil feliz de novo”. Em nome da força mítica, ignorou-se a crise do capital, o *Coup d’Etat* e a agenda político-econômica e sociocultural regressiva. Tratava-se de um blefe trágico-farsesco de repetição histórica do efeito Héctor Cámpora, em um cenário de *Coup d’Etat*, quando se interditiou Perón na Argentina dos anos 1970. Entretanto, o fenômeno Cámpora/Perón contava com uma classe trabalhadora organizada em torno do peronismo. Apesar da vitória imediata, no plano mediativo, pode-se observar a objetivação de uma derrota histórica com o *Coup d’Etat* de 1976 e a abertura de um ciclo de extermínio das organizações autônomas da classe trabalhadora argentina, bem como de suas principais lideranças – estima-se, 30 mil mortos. No Brasil do século XXI, o efeito Cámpora/Perón, pretendido pelo Partido dos Trabalhadores com Haddad/Lula, não se materializou.

Como as regras do jogo em um cenário de crise orgânica impõe a ausência de regras para que o jogo tenha o resultado esperado, Haddad jogou o jogo sem entrar em campo, uma vez que as novas regras não permitiram que participasse de debates, sabatinas e entrevistas, seguindo-se assim até o final de setembro. Já o “Messias” conduzia sua campanha ao lado de seus apóstolos da teologia da prosperidade, difundindo a agenda neoliberal extremada, antidemocrática e antipopular, fugindo aos temas

centrais impostos à nação pela crise e, em seu lugar, propagando o discurso aparente da antipolítica e do antissistema, fundamentados em preconceitos de toda ordem e estruturados na anticorrupção e na antiesquerda. A saída encontrada pela classe dominante para a realização das eleições foi apostar no cálculo arriscado de cooptação do fascismo tutelado pelas Forças Armadas.

A manifestação fenomênica colocava Bolsonaro como uma ameaça imaginária, já que se colocava, desde 2014, como personagem caricato-grotesco saído de alguma literatura fantástica e pouco criativa. Desde as Manifestações de 2013, o ultraconservadorismo ganhou espaço e se projetou na arena política, tendo como uma de suas principais bases a bancada evangélica, dirigida politicamente por “pastores” associados à teologia da prosperidade e vinculados, política e economicamente, aos poderes locais, regionais e nacional, fazendo uso das igrejas (neo)pentecostais, tanto de sua estrutura física como não-física – concessão direta e indireta de rádio e televisão; eventos socioculturais religiosos como a “Marcha para Jesus” e outros –, como máquinas eleitorais com grande capilaridade social.

Nas eleições presidenciais de 2014, o ultraconservadorismo projetou o Pastor Everaldo como alternativa regressiva para o Brasil. Mas a candidatura não se sustentou e Aécio Neves (PSDB) acabou impondo-se ao cenário político, tanto pela via da máquina partidária quanto pelo próprio poder econômico que sua candidatura aglutinou, submetendo a candidatura de Pastor Everaldo à condição de candidatura satélite. Diferentemente de 2014, a candidatura do campo ultraconservador transitou para um movimento profascista aberto, fundindo-se com o Manifesto da Operação Lava Jato, tendo como figuras Jair Messias Bolsonaro e Sérgio Moro, na medida em que esvaziaram as pautas estruturais do país e em seu lugar projetaram e difundiram as ideologias do punitivismo, militarismo, paramilitarismo – no e a partir do qual as milícias passaram a ter grande relevância –, anticomunismo, cristianismo e nacionalismo, como únicas e exclusivas fórmulas de saída da crise.

Tempos de Incertezas: considerações parciais

A vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 representou o fechamento de um ciclo de derrotas conjunturais (2013-2018) para a classe trabalhadora brasileira e latino-americana, visto que a posição estratégica do Brasil altera a correlação de forças na região. Pode-se dizer que o processo eleitoral de 2018 caracterizou-se pela atipicidade e, portanto, só poderia ser entendido se observado à luz do ciclo de derrotas conjunturais iniciado em 2013. Entretanto, mesmo se olhado isoladamente, o processo eleitoral de 2018 apresenta particularidades de Estado de Exceção, tanto em sua dinâmica quanto em seus ritos e procedimentos institucionais. Nesse sentido, pode-se levantar algumas considerações parciais e possíveis tendências acerca das eleições de 2018: 1. A eleição de Jair Messias Bolsonaro representou o encerramento de um ciclo de derrotas conjunturais da classe trabalhadora (2013-2018), a partir do qual o *Coup d'Etat soft* se impôs e foi legitimado pela via das urnas; 2. As eleições apresentaram como principal característica e tendência a interdição parcial dos direitos civis, políticos e sociais; 3. A eleição de Jair Bolsonaro abriu caminho para a difusão do fenômeno do bolsonarismo e possível abertura de uma via bonapartista; 4. Com essas eleições, abriu-se o Tempo de Incertezas, no qual a via do bonapartismo bolsonarista pode se concretizar, em caso de efetividade de autogolpe, e fechar drasticamente o regime; 5. O novo bloco no poder exigirá a recomposição dos partidos da ordem, que devem tendencialmente movimentar-se à direita, inclusive o próprio Partido dos Trabalhadores, como forma de estruturar e dar legitimidade ao novo pacto conservador regressivo, seja a partir da constituição de uma Quinta República ou de uma nova via Bonapartista; 6. As organizações autônomas da classe trabalhadora ficaram em uma encruzilhada: i. manterem-se como força satélite de um Partido dos Trabalhadores, profissionalizado e burocratizado (MICHELS, 1971), em todas as suas instâncias, incapaz de se refundar e, portanto, cindido com a pauta da classe trabalhadora;

ii. apostar em uma “nova esquerda pós-moderna”, fragmentada, poli-classista e incapaz de forjar um Programa; iii. apostar na construção do moderno príncipe, capaz de articular Políticas de Frentes, a intelectualidade orgânica coletiva e individual da classe trabalhadora, no sentido da construção de uma revolução social.

Referências

BBC NEWS BRASIL. *Da “faxina ética” ao processo de impeachment*: lembre os principais fatos do governo Dilma. Publicado em 11 de maio de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160510_cronologia_dilma_senado_if. Acesso em: 10 out. 2019.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3. ed. Bauru-SP: Edipro, 2005.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Principles of War*. Translated by Hans W. Gatske. California: The Military Service Publishing Company, 1942.

DAHL, Robert. *Polyarchy*: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.

FLOR, Ana. Dilma rechaça ser comparada a “poste”. *Folha de São Paulo*. Publicado em 29 de junho de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2906201009.htm>. Acesso em: 3 abr. 2018.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

GIELOW, Igor. Economia cria inempregáveis, diz FHC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de abril de 1977. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm>. Acesso em: 2 out. 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana, 4 v. Torino: Einaudi Tascabili, 2001.

IPEA. Comunicados do IPEA, n. 104. *Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileira*. 4 de agosto de 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110804_comunicadoipea104.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MICHELIS, Robert. *Les Partis politiques*. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion, 1971.

MORAES, Igor; ANATER, Rubens. Relembra o que pesa sobre Aécio Neves. *Estadão*. Publicado em 17 de outubro de 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,relembra-o-que-pesa-contr-aecio-neves,70002050330>. Acesso em: 3 abr. 2018.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Marina. Marina Silva, de esperança à incerteza. *El País*. Publicado em 4 de outubro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/05/politica/1412467126_269132.html. Acesso em: 20 nov. 2019.

O GLOBO. *Vitória de Dilma Rousseff tem grande repercussão na imprensa internacional*. Publicado em 31 outubro de 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/vitoria-de-dilma-rousseff-tem-grande-repercussao-na-imprensa-internacional-4982536>. Acesso em: 3 abr. 2018.

PINTO, Ana. Nove entre dez brasileiros atribuem a Deus o sucesso financeiro. *Folha de São Paulo*. Publicado em 25 dez. 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1844383-nove-entre-dez-brasileiros-atribuem-a-deus-sucesso-financeiro.shtml> Acesso em out. 2019.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TOMAZ, Kleber. Temer é ficha suja e fica inelegível por 8 anos, diz promotora eleitoral. *O Globo*. Publicado em 5 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/temer-e-ficha-suja-e-fica-inelegivel-por-8-anos-diz-promotora-eleitoral.html>. Acesso em: 3 abr. 2018.

WEBER, Max. *The Protestant work ethic and the spirit of capitalism*. Londres: Routledge, 1992.



ENSINO INTEGRADO: OS INSTITUTOS FEDERAIS E AS CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS

DERMEVAL SAVIANI

A regulamentação do Ensino Profissional e a relação Ensino Médio e Técnico¹

O cerne da política educacional do Governo FHC (1995-2002) encontra-se na separação entre Ensino Médio e Técnico. Isso significou voltar no tempo não apenas em relação à Lei n. 5.692/1971, mas em relação à Lei n. 4.024/1961, na medida em que esta flexibilizava a relação entre os ramos do Ensino Médio, permitindo a equivalência e o trânsito entre eles, quebrando a “dualidade de sistemas” – própria das Reformas Capanema da década de 1940, na vigência do Estado Novo. Dualidade à qual se retornou com o Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.

a proposta de ensino profissional é tão anacrônica e confusa que não serve sequer ao capital, que tem mais clareza do que o próprio MEC sobre as demandas de formação de um trabalhador de novo tipo, numa perspectiva menos retrógrada de superação do taylorismo [...]. (KUENZER, 1997, p. 95).

Qual lógica estaria sob a aparente incompetência? Kuenzer (1997) respondeu com os seguintes pontos: i) redução de custos, a partir da oferta de cursos curtos, supostamente, demandados pelo mercado; ii) descompromisso do Estado com o financiamento da educação pública,

¹ Na abordagem desse item retomei aspectos da análise desenvolvida em SAVIANI, 2016, p. 152-160.

para além do ensino fundamental; iii) racionalização dos recursos existentes nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e Escolas Técnicas Federais (ETFs), consideradas caras; iv) repasse de recursos públicos à empresas privadas, para que assumissem em lugar do Estado a educação dos trabalhadores; v) fomento à iniciativa privada.

Luiz Antonio Cunha (1997) expôs a problemática da Reforma, explicitando seus antecedentes históricos e determinantes políticos e ideológicos, na trajetória de produção dos documentos que desembocaram no texto do Decreto, seguido da Portaria Ministerial n. 64, de 14 de maio de 1997, para concluir que se tratava de uma “normatização retrógrada” (CUNHA, 1997, p. 17). Assim, a Reforma instituída pelo Decreto n. 2.208/1997 havia configurado mais um “movimento do tipo zig-zag”, característico de nossa política educacional, cujo resultado tem sido a desorganização do ensino, queda de qualidade e desmotivação de professores. O zig-zag teria sido particularmente danoso porque representou um retrocesso no processo de unificação da organização do ensino que – desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova/1932 – vinha se desenvolvendo a partir da promulgação das “leis de equivalência” dos anos 50. Com o referido Decreto, separou-se Ensino Médio e Técnico; e, ao contrário de um avanço na articulação entre educação e democracia, ocorreu o reforço da “dualidade escolar”, contribuindo para a estamentização das situações de classe (CUNHA, 1997, p. 20-21).

Em suma, tratou-se da substituição da noção de “igualdade” pela de “equidade” – termo que se converteu em categoria central das políticas sociais, especificamente da política educacional sob a hegemonia da orientação política correntemente chamada de neoliberalismo. Com efeito, “equidade”, registram os dicionários, seria a “disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um”. Portanto, implicaria no reconhecimento e legitimação das desigualdades, conduzindo-se ao tratamento igual dos desiguais. Em contrapartida, “igualdade”, segundo os dicionários, significaria a “qualidade ou estado de igual, paridade, uniformidade, identidade”. Em termos éticos: “relação entre os indivíduos

em virtude da qual todos eles são portadores dos mesmos direitos fundamentais que provêm da humanidade e definem a dignidade da pessoa humana”. Compreende-se, então, porque Luiz Antonio Cunha, nas conclusões de suas análises sobre a “normatização retrógrada”, representada pela Reforma da Educação Profissional, afirmou: “[...] é a celebração da equidade, ao invés da igualdade” (CUNHA, 1997, p. 20).

Sensível às críticas que os estudiosos da área de educação e trabalho formularam ao Decreto n. 2.208/1997, o Governo Lula (2003-2010) editou o Decreto n. 5.154/2004, no e a partir do qual se estabelecia, em seu último artigo (art. 9º), a revogação do Decreto n. 2.208/1997. Contrapondo-se ao decreto do Governo FHC que separava Ensino Médio regular e Técnico, a marca distintiva do novo decreto era a “articulação”, entendida de forma ampla e abrangendo os distintos aspectos envolvidos na questão da Educação Profissional. No novo decreto: previu-se a “articulação de esforços das áreas de educação, trabalho, emprego, ciência e tecnologia” (art. 2º, Inciso II); introduziu-se o conceito de “itinerário formativo”, definido como “o conjunto de etapas que compõem a organização da Educação Profissional, em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (art. 3º, § 1º); determinou-se a articulação preferencial com os cursos de Educação de Jovens e Adultos (art. 3º, § 2º), consagrando-se a articulação entre Educação Profissional de nível médio e Ensino Médio (art. 4º). Por fim, além dessa integração horizontal, no artigo 6º, estipulou-se a articulação vertical entre a formação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação tecnológica de graduação.

Do ponto de vista da concepção, o Decreto n. 5.154/2004 representou claro avanço em relação ao Decreto n. 2.208/1997. Retomava-se a concepção de formação integrada, caminhando para a superação da dualidade entre educação geral e formação profissional, e revertia-se o retrocesso representado pelo decreto de FHC. Portanto, ainda que limitado ao plano das ideias, o avanço não deixou de ser positivo, pois possibilitou a reorganização do Ensino Técnico, a partir de uma

concepção pedagógica consentânea à realidade. No entanto, a mudança de concepção precisaria ser acompanhada por uma reorientação prática da política educacional, capaz de assegurar o compromisso do Estado com o financiamento da educação pública, fortalecendo os Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas Federais, de tal forma a induzir os estados a caminharem na mesma direção. Acreditava-se que, com a entrada em vigor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – no qual previa-se como uma das áreas contempladas na distribuição proporcional dos recursos “o Ensino Médio integrado à Educação Profissional” –, a reorientação prática seria efetivada conforme previsto no art. 10, inciso XIII, da Lei n. 11.494/2007, que regulamentou e implantou o Fundeb.

No segundo mandato presidencial de Lula (2007-2010), o complexo de decisões tomadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) contemplou a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio do Decreto n. 6.095/2007, na medida em que definiu as “diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica” (SAVIANI, 2009, p. 77-85). Na justificativa do PDE, formulada “a posteriori” pelo ministro Fernando Haddad, em outubro de 2007 (BRASIL, [2007]), ao tratar, na segunda parte, das áreas sobre as quais o PDE incide, a EPT é definida como a terceira área na qual são destacados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS), a normatização e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme os seguintes tópicos:

Educação Profissional e Educação Científica: o IFET

Os IFETS são apresentados como modelos de EPT. Assim sendo, destinam-se não apenas a uma formação profissional articulada com as necessidades produtivas de cada região e com a pesquisa e produção cultural, mas também à formação de professores para a Educação Básica,

“nas áreas de física, química, biologia e matemática” (BRASIL, [2007], p. 33). Além disso, combinando o ensino de ciências naturais com as humanidades e com a EPT, os Institutos teriam o mérito de renovar o debate sobre politecnia.

Normatização

Nesse item, faz-se referência aos avanços promovidos pelo PDE no que se refere à legislação sobre EPT. Lembra-se aqui o Decreto n. 5.154/2004, que retomou a integração entre Ensino Médio e Profissional, corrigindo a distorção representada pelo Decreto n. 2.208/1997. O PDE buscou consolidar o avanço, incorporando-o à LDBEN/1996, na forma do Projeto de Lei n. 919/2007. O esforço legislativo foi complementado no plano regulativo pela formulação de um Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, seguido da preparação de um Catálogo de Cursos Técnicos de Nível Médio.

EJA Profissionalizante

Propunha-se a integração da EJA com a Educação Profissional, levada a efeito pelas ações do PDE e consubstanciada, de um lado, pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), voltado para os sistemas estaduais e federal; e, de outro lado, pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projo-vem), voltado para os sistemas municipais (SAVIANI, 2009, p. 20-21).

Ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), a medida mais significativa relacionada à EPT foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Instituído em 26 de Outubro de 2011, mediante a sanção da Lei n. 2.513/2011, o Pronatec tinha como objetivo oferecer cursos de EPT, de forma gratuita, para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílios alimentação, transporte e material escolar. Para tanto, propôs-se a expandir, interiorizar e democratizar a

oferta de cursos de EPT, prevendo uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos deveriam oferecer oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis, nos quatro anos subsequentes, destacando-se: Bolsa-Formação; Fies Técnico; Rede e-Tec Brasil; Brasil Profissionalizado; Redes estaduais de EPT; Rede Federal de EPT.

O subprograma Bolsa-Formação previa a oferta de vagas em cursos técnicos de Formação Inicial e Continuada (FIC), gratuitamente, a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social. Tratavam-se de cursos presenciais, oferecidos principalmente pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades do chamado “Sistema S”: Senac, Senai, Senar e Senat. Havia dois tipos de Bolsa-Formação: Bolsa-Estudante e Bolsa-Trabalhador. Na primeira, ofertavam-se cursos técnicos destinados a alunos das redes públicas de Ensino Médio e, na segunda, ofertavam-se cursos de qualificação destinados a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, os beneficiários teriam direito a cursos gratuitos e de qualidade, alimentação, transporte e aos materiais escolares, necessários à inserção deles no mercado de trabalho.

Além de criar a Bolsa-Formação, a Lei n. 12.513/2011 ampliou o alcance do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que passou a ser chamado de Fundo de Financiamento Estudantil e voltava-se a financiar a oferta de cursos em escolas particulares de EPT (Fies Técnico). O fundo previa mais duas linhas de crédito: uma para que estudantes pudessem realizar cursos técnicos e outra para empresas que desejassem oferecer cursos técnicos ou de Formação Inicial e Continuada a seus funcionários ou à comunidade. Também faziam parte do Pronatec ações que já estavam em operação pelo Ministério da Educação (MEC). Merece destaque a expansão da Rede e-Tec Brasil (Decreto n. 7.589, de 26 de Outubro de 2011), que ampliava e democratizava a EPT, por intermédio da oferta de cursos a distância, a partir da criação de centenas de

polos, com recursos do MEC, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para suprir a demanda por cursos de qualidade, o MEC fomentou o esforço nacional para ampliar as redes públicas de EPT. Nesse contexto, seriam disponibilizados novos financiamentos às redes estaduais, para ampliar e equipar suas escolas, por intermédio do Brasil Profissionalizado. Além disso, previa-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com novos câmpus em todas as unidades da Federação, passando de 140, em 2002, para 562 até 2014.

Pode-se considerar que o Pronatec constituiu uma iniciativa importante na direção da expansão da oferta de EPT, mas padecia com pelo menos duas limitações: crença empiricamente infundada de que havia carência de profissionais de nível médio e, conseqüentemente, os profissionais desse nível teriam maiores chances de serem absorvidos pelo mercado de trabalho; e o incentivo à iniciativa privada, alocando recursos públicos para a expansão de vagas oferecidas pelas redes de escolas particulares, inclusive aquelas com fins lucrativos (SAVIANI, 2016, p. 158-160).

Enfim, as Escolas Técnicas Federais, depois transformadas em Institutos Federais, continham, de modo geral, os germens de uma organização do Ensino Médio, segundo a concepção de “politecnia”, pois contavam com uma infraestrutura que permitiria uma articulação direta entre trabalho intelectual e manual, entre formação teórica e preparo técnico. Em suma, um tipo de ensino capaz de propiciar o domínio dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna. Premidos, no entanto, pelos interesses do mercado, postos em posição dominante, nessa fase do capitalismo, não se chegou a dar esse passo. Vejamos, então, como se configura essa proposta superadora tanto da dualidade entre Ensino Médio e Técnico, como de sua integração nas formas limitadas em que se deu seu encaminhamento nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Uma nova perspectiva para o Ensino Médio

Inspirado nas reflexões de Gramsci sobre o “trabalho como princípio educativo” da Escola Unitária, procurei delinear, em diferentes oportunidades (SAVIANI, 2007, p. 159-162; SAVIANI, 2017, p. 55-61), a conformação do sistema de ensino, tendo em vista as condições da sociedade brasileira atual. Conforme Gramsci, a Escola Unitária corresponde à fase que hoje, no Brasil, é definida como a Educação Básica, especificamente, nos níveis Fundamental e Médio.

Se no Ensino Fundamental a relação entre educação e trabalho é implícita e indireta, no Ensino Médio a relação que implica a articulação entre conhecimento e atividade prática deveria ser tratada de maneira explícita e direta. Intervém aqui, pois, o segundo sentido do conceito de trabalho como princípio educativo, ou seja, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio deveria ser o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.

Assim, no Ensino Médio, já não bastaria dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e, ao mesmo tempo, contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Tratar-se-ia de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), entendido como ciência e potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático, sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo.

Um exemplo de como a atividade prática e manual pode contribuir para explicitar a relação entre ciência e produção é a transformação da madeira e do metal pelo trabalho humano (PISTRAK, 1981, p. 55-56). O trabalho com a madeira e o metal tem imenso valor educativo, pois apresenta possibilidades amplas de transformação, na medida em que

envolve não apenas a produção da maioria dos objetos que compõem o processo produtivo moderno, mas também a produção de instrumentos com os quais esses objetos são produzidos. No trabalho prático com madeira e metal, aplicando os fundamentos de diversificadas técnicas de produção, pode-se compreender como a ciência e seus princípios são aplicados ao processo produtivo e perceber como as leis da física e química operam para vencer a resistência dos materiais como forma de gerar novos produtos. Faz-se, assim, a articulação da prática com o conhecimento teórico, inserindo-o no trabalho concreto realizado no processo produtivo.

O Ensino Médio envolveria o recurso às oficinas, nas quais os alunos manipulariam os processos práticos básicos da produção; mas não se trataria de reproduzir na escola a especialização que ocorre no processo produtivo. O horizonte que deveria nortear a organização do Ensino Médio seria o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Tratar-se-ia de formar politécnicos, ao invés de técnicos especializados. Politecnia significa especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio trataria de se concentrar nas modalidades fundamentais que dariam base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. Essa é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um Ensino Médio profissionalizante – a profissionalização é entendida como adestramento em uma determinada habilidade, sem o conhecimento de seus fundamentos e da articulação destes com o conjunto do processo produtivo.

A concepção formulada implicaria na progressiva generalização do Ensino Médio como formação necessária a todos, independentemente do tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade. Sobre a base da relação explícita entre trabalho e educação se desenvolve, portanto, uma escola média de formação geral. Nesse sentido, tratar-se-ia de

uma escola de tipo “desinteressado”, como propugnava Gramsci (1975, p. 486-487; na edição brasileira, 1968, p. 123-125). É assim que ele entendia a Escola Ativa e não na forma como essa expressão aparecia no movimento da Escola Nova, isto é, a Escola Única diferenciada, preconizada pela burguesia. Para Gramsci (1968), o coroamento da Escola Ativa seria a escola criativa, entendida como o momento em que os educandos atingiriam a “autonomia”. Completava-se, dessa forma, o sentido gramsciano da escola, mediante a qual os educandos passariam da “anomia” à “autonomia”, pela mediação da “heteronomia”.

Por fim, cumpre considerar, com toda atenção e cuidado, o problema do conteúdo da educação a ser desenvolvido no conjunto do trabalho educativo escolar. Está em causa a questão do trabalho pedagógico em consonância com o terceiro sentido do conceito de “trabalho como princípio educativo”: o trabalho é princípio educativo, à medida que determina a educação como modalidade específica e diferenciada de trabalho – trabalho pedagógico.

Conforme os Documentos legais, a começar pela Constituição Federal/1988 e a LDBEN/1996, a educação têm por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Levando-se em conta que esses objetivos se referem indistintamente a todos os membros da sociedade brasileira, considerados individualmente, podemos interpretar, com Gramsci (1975, p. 1547), que o objetivo da educação é conduzir cada indivíduo à condição de ser capaz de dirigir e controlar quem dirige. Fica claro que tal objetivo não poderia ser atingido com currículos que pretendam conferir competências para a realização das tarefas – mecânicas e corriqueiras –, demandadas pela estrutura ocupacional, concentrando-se – e ainda de forma limitada – na questão da qualificação profissional e secundarizando o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania.

Diferentemente da tendência dominante, a organização curricular dos vários níveis e modalidades de ensino no âmbito do sistema nacional

de educação deverá tomar como referência a forma de organização da sociedade atual, assegurando sua plena compreensão por parte de todos os educandos. Isso significa que se deve promover a abertura da caixa preta da chamada “sociedade do conhecimento”. A educação a ser ministrada deverá garantir a todos o acesso aos fundamentos e pressupostos que tornaram possível a revolução microeletrônica – está na base tanto dos mecanismos de automação que operam no processo produtivo como das tecnologias da informação que se movem nos ambientes virtuais da comunicação eletrônica.

Assim, além de tornar acessíveis os computadores pela disseminação dos aparelhos e em vez de lançar a educação na esfera dos cursos à distância de forma açodada, seria preciso garantir não apenas o domínio técnico-operativo das tecnologias, mas a compreensão dos princípios científicos e dos processos que as tornaram possíveis. Se continuarmos pelos caminhos que estamos trilhando, não parece exagerado considerar que estaremos realizando as profecias dos textos de ficção científica que previram uma humanidade submetida ao jugo de suas próprias criaturas, sendo dirigidas por máquinas engrenadas em processos automáticos. Cada vez mais nos relacionamos com as máquinas eletrônicas, especificamente com os computadores, de tal forma a considerá-los como pessoas a cujos desígnios nos sujeitamos; e sem conseguir compreendê-los, acabamos por atribuir-lhes determinadas características psicológicas, traduzidas em expressões que os técnicos utilizam para nos explicar seu comportamento, tais como: *ele*, o computador, não reagiu bem ao seu procedimento; *ele* é assim mesmo, às vezes aceita o que você propõe e às vezes não aceita. É o processo de “fetichização da tecnologia”.

Nas condições atuais, não seria suficiente alertar contra os perigos da racionalidade técnica, advogando uma formação centrada numa cultura de base humanística, voltada à filosofia, à literatura, às artes e ciências humanas, à revelia do desenvolvimento das chamadas “ciências duras”. Seria preciso operar um giro da formação na direção de uma cultura de base

científica que articulasse e unificasse, num complexo compreensivo, as ciências humano-naturais, que estão modificando profundamente as formas de vida, passando-as pelo crivo da reflexão filosófica e da expressão artístico-literária. Seria esse o desafio que o sistema nacional de educação teria de enfrentar, de forma geral, mas de maneira enfática, no Ensino Médio, para o qual a questão assumiu papel central. Somente assim seria possível, além de qualificar para o trabalho, promover igualmente o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania.

Conclusão

A difícil mobilização que se procurava dinamizar nos Governos do PT (2003-2016) sofreu dura inflexão, com o desfecho do Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar, a partir do qual se destituiu a presidenta (re)eleita numa eleição disputadíssima. Sobreveio enorme retrocesso – que teve, no campo da educação, sua expressão mais direta – naquilo que vem sendo denominada de Contrarreforma do Ensino Médio. Com efeito, a dita “reforma do ensino médio” retoma sem reboços o caráter autoritário, marca da ditadura militar, tendo sido baixada por Medida Provisória, sem sequer informar as secretarias e conselhos estaduais de educação, sendo que, conforme as normas em vigor, são os estados e o Distrito Federal os responsáveis pela oferta do Ensino Médio. Tal Reforma não somente se afastou da meta de unificação do Ensino Médio como abandonou a perspectiva de integração entre Ensino Médio de caráter geral e Ensino Técnico Profissional, fragmentando o Ensino Médio em cinco itinerários, permitindo que cada aluno opte por apenas um dos itinerários, ainda que seja permitido retornar, depois, para, eventualmente, cursar um segundo itinerário.

Vê-se que, em lugar da apregoada flexibilidade, promoveu-se a predeterminação dos itinerários, o que significa, na prática, que a grande maioria dos alunos será encaminhada para o quinto itinerário: Formação Técnica e Profissional. Em lugar da liberdade de escolha dos alunos, ocorre uma demissão da responsabilidade dos adultos,

de modo geral, e dos professores, especificamente, quanto à orientação que lhes cabe propiciar a estudantes ainda na idade da adolescência. Em lugar de ensino em tempo integral para todos, ocorreu a exclusão integral de todos os que trabalham, pois não poderão compatibilizar o horário de trabalho com a frequência às aulas. Em lugar de educação integral para todos, promoveu-se a vitrine para efeito de demonstração a pequenos grupos elitizados. Com efeito, ao regulamentar o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, o MEC limitou a no máximo 30 escolas, por estado – número extremamente reduzido, quando se considera, por exemplo, que o Rio Grande do Sul tem 1.200 escolas estaduais de nível médio e o estado de São Paulo tinha, em 2003, 3.242 escolas.

Enfim, para reverter a Contrarreforma, é mister que os trabalhadores da educação, atuantes nos Institutos Federais, se engajem na mobilização pela resistência que, aliás, já se encontra em andamento. No campo especificamente político, cumpre retomar as ações da Frente Brasil Popular presentes no Plano Popular de Emergência lançado em 29 de maio de 2017, centrado em dez eixos: 1. Democratização do Estado; 2. Política de Desenvolvimento, Emprego e Renda; 3. Reforma Agrária e Agricultura Familiar; 4. Reforma Tributária; 5. Direitos Sociais e Trabalhistas; 6. Direito à Saúde, Educação, Cultura e Moradia; 7. Segurança Pública; 8. Direitos Humanos e Cidadania; 9. Defesa do Meio Ambiente; 10. Política Externa Soberana. Esses eixos foram definidos pela 2ª Conferência Nacional da Frente Brasil Popular, realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 2017, na Escola Nacional Florestan Fernandes, na qual definiu-se a realização, no primeiro semestre de 2018, do Congresso do Povo Brasileiro, com o objetivo de “construir com o povo e para o povo um projeto de nação”.

No campo especificamente da educação, o Fórum Nacional de Educação, diante dos seguidos constrangimentos criados pelo MEC, decidiu se constituir em entidade autônoma, nomeando-se como Fórum Nacional Popular de Educação e assumindo a tarefa de coordenar as

etapas preparatórias das conferências populares municipais, estaduais e regionais, tendo como objetivo e finalidade a realização – de forma autônoma, independente e em contraposição ao MEC – da III Conferência Nacional Popular de Educação (Conape).

Como base para as ações de resistência, no campo da educação, propõe-se a rearticulação dos fóruns municipais, estaduais e nacional, em defesa da escola pública, mas sem limitá-los a profissionais da educação, mas ampliando-os para abarcar sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais populares. O objetivo é desencadear grandes mobilizações de resistência ativa contra o golpe jurídico-parlamentar que vitimou o país e logrou instalar-se no governo federal, por meio de eleições caracterizadas por dupla fraude: condenação sem provas do candidato que nas pesquisas eleitorais detinha a preferência da maioria dos eleitores e estratégia de campanha baseada no uso de notícias mentirosas, espalhadas largamente pelos diferentes dispositivos de redes sociais. Conforme reportagem do Jornal *Folha de S. Paulo*, de 18 de outubro de 2018, a campanha de Bolsonaro contratou empresas de disparos de mensagens em massa, e pelo aplicativo *WhatsApp* disseminaram falsidades contra a candidatura do PT, em flagrante violação ao artigo 222 do Código Eleitoral Brasileiro, que define como “anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação”.

A luta será longa, pois tudo indica que os usurpadores do poder pretendem permanecer indefinidamente. Articulando a mobilização política, liderada pela Frente Brasil Popular, com a mobilização em defesa da educação pública, coordenada pelo Fórum Nacional Popular de Educação, estaremos combatendo as medidas restritivas dos direitos sociais, dentre eles o direito à educação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, [2007]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>. Acesso em 15 mar. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão*. Tecnologia & Cultura. Rio de Janeiro, n. 2, p. 10-29, jul./dez. 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 4, 1997, p.77-95.

PISTRAK, Moisei. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024)*, 5. ed. atualizada e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2017.



INFLEXÕES E DESCAMINHOS NA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

Introdução

Desde o processo de redemocratização a economia e a sociedade brasileira passaram por transformações. A Carta constitucional de 1988 universalizou um conjunto de direitos sociais e cidadãos e caminhou para possível consolidação de um estado garantidor do desenvolvimento. Todavia, a ausência de continuidade de projetos criou descaminhos que atravancaram o avanço. Por um lado, os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso abriram as portas da economia para o mercado produtivo e financeiro internacional, consolidando as estruturas políticas neoliberais; por outro, os governos de Lula e Dilma, a despeito da manutenção das políticas macroeconômicas, promoveram avanços sociais, reduziram as desigualdades, permitiram a inclusão de frações relevantes da população ao mercado consumidor e retiraram o Brasil do mapa internacional da pobreza. Ainda que tais políticas não tenham sido suficientes para acabar com as desigualdades sociais, devido a limites e contradições, é inegável sua importância.

No entanto, com o governo de Jair Bolsonaro inicia-se nova fase de políticas liberais, dada a relativa incapacidade da atual equipe econômica de perceber as particularidades e especificidades do

capitalismo periférico, a partir de sua inadequada associação ao capital internacional, como suposta forma de superar os gargalos estruturais de nossa estrutura produtiva e sociais.

Assim, este trabalho se propõe a realizar uma análise da política econômica e social implementada no Brasil a partir da redemocratização. Observando-se e destacando-se os descaminhos na construção de uma estrutura de política econômica que, ao não compreender os problemas histórico-estruturais e suas particularidades diante do desenvolvimento capitalista dos países centrais, se propõe a resolver entraves do desenvolvimento da nação de forma focalizada e particularizada, impedindo avanços necessários à construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa e menos desigual.

Da Constituição Cidadã ao neoliberalismo

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a nova Carta constitucional viria promover ampla alteração no espectro das políticas sociais, ao fundamentar-se na universalização de direitos, antes tratados a partir de políticas focalizadas. Ao propor uma Constituição que garantia direitos, o Brasil caminhava em sentido oposto a vários países da América Latina, que desde os anos 1970 implementavam as chamadas políticas neoliberais.

De fato, o ciclo de crescimento propiciado pelos chamados “Anos Dourados”, nos 30 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, abriu o campo para a formulação de políticas do *Welfare State* nos países centrais e iniciou um ciclo de ampliação dos gastos públicos para a realização de políticas sociais. No entanto, a perda de dinamismo do ciclo a partir dos anos 1970, com o enfraquecimento das condições políticas e institucionais que permitiam a vigência do Estado de Bem Estar Social, forjou a crítica dos excessivos gastos públicos; e, em face dos déficit orçamentários, ampliou-se a taxa de juros, que, por sua vez, enfraquecia os investimentos. Com a globalização e a mundialização

do capital, as políticas sociais passaram a ser atacadas, apontando-se a necessidade de reformulação de políticas econômicas, como forma de recuperar a arrecadação fiscal e o crescimento econômico. A partir desses aspectos, as políticas neoliberais passaram a ser defendidas nos países centrais enquanto políticas favoráveis à conformação de um ambiente macroeconômico, voltado à recuperação da atividade econômica e a novas necessidades de valorização produtiva e financeira do capital (LOURAL; DUARTE, 2019). Processos similares ocorreram em países periféricos. Dados os elevados níveis de dependência externa, tanto comercial quanto financeira, as políticas neoliberais foram impostas a regiões, orientadas à formalização de um ambiente político-institucional favorável ao atendimento do capital.

Santos e Gimenez (2018), ao analisarem a estrutura e o padrão de desenvolvimento capitalista em economias periféricas, apontaram que, perante o processo de globalização e reestruturação produtiva, os países periféricos se viram forçados a enfrentar os desafios de promover uma competitividade sistêmica, em face da reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, em regiões como a América Latina, os governos implementaram políticas econômicas para permitir a livre movimentação de capital financeiro e melhorar as condições de instalação do capital produtivo, em lógica descentralizante – maior acesso a recursos e baixos custos. Paralelamente, de acordo com Fagnani (2011), o Brasil trilhava o caminho inverso. Com a aprovação da Constituição de 1988 foram estruturadas políticas sociais, com base no princípio da universalização, e compôs-se com a legislação trabalhista – Consolidação das Leis Trabalhistas/1940 – amplo aparato de proteção à população de baixa renda. No entanto, a partir dos anos 1990, com os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), ganhou impulso a agenda do Estado Mínimo e as políticas sociais começaram a ser alvo de ataques, com a lógica da focalização se impondo sobre a universalização.

Os governos Collor de Mello e FHC

Eleito primeiro presidente pelo voto direto, em quase 30 anos, Fernando Collor de Mello foi o responsável pela abertura da economia brasileira ao novo projeto de desenvolvimento capitalista mundial. Assim, durante seu governo (1990-1992), foi efetivado o “Plano Brasil Novo” (Plano Collor), dentro da lógica neoliberal e do Estado Mínimo. Fundamentalmente, o Plano tinha o objetivo central de conter o escalonamento inflacionário vigente desde meados dos anos 1980 – não equacionado pelos planos monetários elaborados ao longo da década. Partindo do diagnóstico que, em economias cronicamente inflacionárias, a aceleração da inflação tinha como fundamento a fragilidade financeira do setor público – os oligopólios remarçavam preventivamente os preços a fim de preservar margens de lucro –, o plano propôs a aplicação de dois instrumentos: 1) bloqueio, por 18 meses, da conversão do conjunto de ativos financeiros em moeda corrente (bloqueio das poupanças). A ideia era que a redução do meio circulante (entre 75% e 80%) conteria a demanda e desestimularia a remarcação prévia de preços, barrando o escalonamento da inflação; 2) abertura da economia. Até a década de 1980, diversos setores produtivos da economia nacional eram protegidos por tarifas alfandegárias. Tratava-se de política de defesa de setores produtivos internos, mediante percepção de incapacidade de concorrência com produtos externos, fosse pela incorporação de tecnologias obsoletas ou por menor produtividade. A partir do governo Collor, passou-se a reconhecer o protecionismo como prática que afastava investimentos externos, impedindo a modernização do setor produtivo nacional. Acelerou-se o processo de abertura da economia, com o objetivo de aumentar a concorrência e evitar aumento de preços no curto prazo e incentivar a modernização das empresas. Aplicou-se nova política industrial e comércio exterior: a) isenção de tarifas de importação para uma lista de mil produtos; b) redução da cobertura de barreiras não-tarifárias; c) adoção de cronograma para redução das tarifas de importação, baixando a média de 37% em 1990 para 14% em 1994; d) redução do grau de dispersão da estrutura

tarifária, com redução do desvio-padrão de 19% para 7%; e) programa de privatizações como forma de recuperar a capacidade de financiamento do Estado (SOUZA, 2008).

A despeito dos desastrosos resultados do Plano Collor – queda de 8,3% do PIB *per capita*; queda de 13,3% da produção industrial; queda de 3% da taxa de investimento; elevação da taxa de desemprego em 6% –, as políticas neoliberais foram implantadas e consolidadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Do ponto de vista estratégico, a política econômica de FHC seria voltada à execução do tripé neoliberal no Brasil: 1. abertura comercial e financeira; 2. privatização de empresas públicas; 3. reforma administrativa do Estado. A defesa desse conjunto de políticas encontrava justificativa na suposta incapacidade de atuação do Estado enquanto agente planejador da atividade econômica – razão pela qual deveriam ser realizadas reformas, no sentido de criar condições favoráveis ao avanço do setor privado. Nesse sentido, caberia ao Estado a garantia de aparato legal, burocrático e institucional, ao desenvolvimento das atividades privadas, tanto do ponto de vista produtivo quanto financeiro. Formalmente, tais políticas eram contrapostas às propostas da Constituição de 1988, pois a menor atuação do Estado significaria restrições do ponto de vista da política social e da extensão de direitos sociais. A estrutura de política proposta pela equipe econômica de FHC tinha por objetivo a desconstrução dos direitos conquistados pela população brasileira, não exatamente pela representação democrática, mas pelas lutas sociais empreendidas ao longo do regime militar. O fundamento dessa lógica, portanto, parte de um entendimento do setor privado como responsável pelo desenvolvimento econômico e social pelas vias do mercado, ao passo que ao Estado caberia o suporte a este setor.

Tais políticas começaram a ser gestadas durante o governo de Itamar Franco (1992-1993), no qual foi implementado o Plano Real e cuja estratégia estava fundamentada na lógica de inserção da economia na ordem da globalização. Basicamente, o Plano Real foi pensado como uma moeda

cuja estabilidade estaria vinculada ao valor do dólar, ou seja, uma nova moeda, criada com base nos mecanismos da âncora cambial. Por essa razão, a entrada massiva de divisas se fazia necessária, no intuito de garantir a estabilidade da taxa de câmbio. Para tanto, foram criados instrumentos de abertura da economia brasileira ao capital financeiro internacional, fundamentalmente, atraído por elevadas taxas de juros¹. Por outro lado, a consolidação dos mecanismos de abertura comercial garantiu que houvesse tendência à redução dos preços internos. Dessa forma, fosse pela estabilidade da taxa de câmbio, fosse pelos instrumentos da concorrência, estariam garantidos mecanismos para a estabilidade monetária.

No entanto, faziam parte do Plano Real um conjunto de reformas, dentre as quais ganhavam relevo as reformas do Estado – tributária, administrativa e previdenciária – e as reformas econômicas – quebra de monopólios estatais, tratamento isonômico entre empresas nacionais e estrangeiras e desregulamentação das atividades e mercados estratégicos. Foi também proposta a continuidade do programa de privatização. A lógica central é que as reformas garantiriam a racionalização do Estado, possibilitando o surgimento de um novo regime fiscal sustentável, aumentando a competitividade da economia brasileira e atraindo investidores estrangeiros, criando condições para um novo ciclo de desenvolvimento autossustentado. Em síntese, as reformas permitiriam ao Brasil crescer sem inflação (FILGUEIRAS, 2012).

A política econômica no primeiro mandato de FHC (1995-1998) foi voltada quase que exclusivamente para o sucesso do Plano Real. O Plano requeria estabilidade econômica para a atração de investimentos externos – fundamentais para a manutenção do equilíbrio cambial – e teria como seus pilares centrais o ajuste fiscal e a restrição dos gastos governamentais.

¹ Dados do Banco Central do Brasil indicam que, entre 1996 e 1998, a taxa de juros básica da economia sofreu fortes oscilações, chegando a atingir o patamar de 45,9% em outubro de 1997. Entre dezembro de 1996 e dezembro de 1998, a taxa de juros foi de 23,28% para 29,21%. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 26 out. 2019.

Foram penalizadas as políticas sociais, que passaram a ser determinadas a partir da lógica da focalização. Ainda que seja incorreto dizer que não houve políticas sociais durante esse período, fato é que a particularização dessas políticas e a restrição dos recursos impediram que houvesse impactos relevantes para a redução da desigualdade – razão pela qual percebe-se um aumento na desigualdade de renda, a despeito da momentânea elevação dos salários reais.

De acordo com Cacciamali (2002), apesar de as taxas de crescimento terem se recuperado a partir de 1993, a ocupação total passou a crescer em níveis relativamente inferiores em relação à década de 1980, assim como decresceu o emprego industrial e formal. Por outro lado, cresceram os empregos assalariados informais e o trabalho por conta própria. Tais razões ajudam a compreender o crescimento dos índices de desigualdade ao longo da década, já que a inflação e os sistemas de indexação, assim como a perda de produtividade da economia e o expressivo crescimento de ocupados em atividades de baixa produtividade e baixos salários, foram alavancas da transferência de renda a favor dos estratos superiores. Assim, as restrições de ordem política e financeira do Estado limitaram a implementação de políticas redistributivas em todas áreas, impedindo o enfrentamento aos elementos estruturais de concentração de renda.

O Plano Real conseguiu estabilizar o sistema de preços, favorecendo os estratos mais pobres da população, quanto à recuperação do seu poder de compra. No entanto,

a apropriação dos grupos mais pobres na renda nacional não se altera de forma significativa. Isto porque, o processo de abertura econômica implica ganhos de produtividade, que a não ser que contrapostos por taxas de crescimento econômico que lhes sejam superiores, levam a maiores taxas de desemprego e de subemprego. A sobrevalorização cambial, imposta pelo Plano Real até o fim do ano de 1998, vem a inibir o nível de atividade econômica doméstica porque o incentivo às importações leva a substituir peças e componentes, ou porque alguns segmentos transformam-se em importadores, ou ainda porque se cria um bloqueio adicional aos setores exportadores. [...] Taxas de crescimento econômico pouco expressivas, em termos das necessidades da

economia brasileira, debilitam o mercado de trabalho, especialmente o mercado de trabalho formal (CACCIAMALI, 2002, p. 22).

Lógica similar manteve-se durante o segundo governo FHC (1999-2002), quando a inviabilidade da manutenção dos mecanismos da âncora cambial forçou a alteração da estrutura da política macroeconômica. Naquele momento, a âncora cambial foi substituída pelo tripé macroeconômico, como mecanismo garantidor da estabilidade, que, por sua vez, deveria ser alcançada pelo equilíbrio da dívida líquida do setor público, mensurada em relação ao PIB – relação esta que, grosso modo, mostraria a capacidade de solvência do Estado, frente aos credores nacionais e internacionais. Mantinha-se a percepção de que os gastos públicos deveriam ser contidos no intuito de promover a poupança do Estado.

O tripé estava estruturado em três políticas: 1. Substituição do câmbio fixo pelo flutuante, com possibilidades de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, em situações específicas; 2. ajuste fiscal, definido a partir da instituição do sistema de superávit primário, como pilar mais importante do programa de estabilização; 3. adoção de regime de metas de inflação, como âncora de preços em substituição à âncora cambial. Se a adoção do câmbio flutuante reduzia o peso provocado pelas elevadas taxas de juros, instituídas para atrair investimentos externos, as políticas de superávit primário e metas de inflação garantiriam, respectivamente, a manutenção de um ambiente econômico, supostamente solvente, emitindo aos credores sinais da capacidade do Estado em assumir seus compromissos, a partir da economia de recursos públicos, e a estabilidade da inflação, garantida através dos mecanismos da política monetária, basicamente a taxa de juros.

Se a política implementada pela equipe econômica de FHC conseguiu garantir um ambiente de estabilidade ao longo do ano de 2000, o mesmo não pode ser dito para os demais anos de seu segundo mandato, quando a economia voltou a enfrentar cenários de crise. Basicamente, a economia foi afetada por uma série de eventos externos – crise monetária na Argentina; “bolha da internet” nos EUA; ataques de

11 de setembro – que refletiram na desvalorização do câmbio e na elevação das taxas de juros. O cenário de crise forçou o governo a ampliar as metas de superávit primário e a redução das metas de inflação, criando um ambiente restritivo. A manutenção de um quadro de crises externas, somado ao ambiente de instabilidade eleitoral, fez com que a crise se mantivesse ao longo do ano de 2002.

Objetivamente, o quadro de crise nos dois últimos anos do governo FHC foi resultado de um duplo processo: a) elevada dependência em relação ao mercado externo, especialmente dos fluxos financeiros que fizeram com que as crises que eclodiram a partir de 2001 contaminassem a economia nacional; b) a restrição fiscal que impediu a consecução de projetos de desenvolvimento autônomos e a expansão de políticas sociais que permitissem o desenvolvimento da economia, com redução da desigualdade de renda. O que tivemos foi a construção de uma estrutura de política econômica vinculada aos elos da dependência internacional e extremamente suscetível a eventos externos, o que fragilizou a economia nacional e penalizou as frações mais baixas de renda. Nesse sentido, é possível apontar que as políticas econômicas implementadas se orientaram em sentido oposto às propostas pela Constituição de 1988. Sem atuação forte do setor privado e com um setor público extremamente fragilizado do ponto de vista social, o Brasil retrocedeu.

Longe de priorizar a formulação de um projeto de desenvolvimento autônomo, as políticas econômicas implementadas partiam do entendimento de que o desenvolvimento interno poderia ser alcançado, a partir da associação com o capital externo. Assim, a entrada de capitais externos via abertura financeira poderia viabilizar o financiamento da modernização da estrutura produtiva interna, garantindo o aumento do nível de competitividade da indústria nacional. Entretanto não contavam que, diante do amplo diferencial de juros, os capitais externos, em sua grande maioria, buscavam investimento especulativos a partir de valorização fictícia – vale dizer, valorização especulativa, a partir de investimentos de curto prazo, em títulos, ao contrário de investimentos produtivos capazes

de gerar emprego e renda e, nesse sentido, contribuir para o crescimento econômico interno. Assim, ao invés de contribuírem para o desenvolvimento nacional, aumentaram a dependência financeira e contribuíram para a fragilização da indústria, cuja incapacidade de concorrência abriu espaço para o processo de desindustrialização². Um novo entendimento sobre desenvolvimento com redução da desigualdade só viria ganhar protagonismo a partir de 2003, com o início do primeiro governo Lula.

O paradoxo dos governos PT

Nos governos do PT (2003-2016) as políticas sociais voltaram a ganhar protagonismo. No entanto, ainda que as políticas sociais tenham tido destaque – contribuindo inclusive para sua errônea caracterização como governos de esquerda –, não deixaram de ser controversos, especificamente pela manutenção da estrutura da política macroeconômica implementada por FHC em 1999.

Os governos Lula

Tendo vencido as eleições de 2002, Lula assumiu o governo (2003-2006) num quadro econômico e social relativamente instável. Como pontuado, as diversas crises, externas e internas, tiveram relevante impacto sobre a dinâmica da economia, provocando um quadro de instabilidade ao final de 2002. A eleição de Lula para a presidência da República era percebida de maneira parcimoniosa pelo mercado financeiro. A vinculação de Lula aos movimentos sindical e social e a história do PT junto à esquerda imprimiam ao governo, por parte dos investidores e credores internacionais, a pré-avaliação de que as políticas implementadas seriam diametralmente opostas ao que vinha sendo praticado – políticas que contrariavam os interesses do mercado. Antes de assumir a presidência, Lula concordou com a manutenção das obrigações impostas pelo último acordo com o FMI e escreveu

² Para o debate sobre desindustrialização no Brasil, ver Cano (2012) e Cano (2014).

a “Carta ao povo brasileiro”. Na Carta, Lula apresentou as diretrizes do que viria a ser a política macroeconômica do governo, indicando a manutenção da estrutura em vigência. Assim, firmava o compromisso em respeitar os contratos, assegurar a estabilidade monetária, garantir a quitação da dívida interna e externa e assegurar a geração de superávit primário. O governo Lula assumia o compromisso de manter o “terço neoliberal”: política de livre movimentação de capitais externos; estabilidade de preços via elevadas taxas de juros; geração de crescentes superávits primários. A manutenção de elevadas taxas de juros era central para o envio de sinais favoráveis ao mercado, enquanto mecanismo para evitar a fuga de capitais externos e a instalação de um ambiente de instabilidade. A necessidade de criar um ambiente de previdência e cautela diante dos investidores nacionais e internacionais mediante a manutenção da política macroeconômica foi o grande paradoxo dos governos PT.

Diferentemente do ocorrido durante grande parte do governo FHC, o governo Lula encontrou um cenário externo favorável. Formalmente, a economia mundial entrou em nova fase de expansão com a recuperação econômica liderada pelos EUA – garantida pela queda nos preços do petróleo, pelas baixas taxas de juros, pela redução dos impostos e pelo aumento dos gastos militares. Com a gradual recuperação dos países desenvolvidos, a redução da aversão ao risco e o retorno da liquidez ao sistema financeiro, os países periféricos puderam se beneficiar do retorno dos fluxos de capitais financeiros – beneficiados pelos elevados diferenciais de juros praticados no mercado internacional. Tal foi a razão principal para o aumento não apenas dos investimentos diretos externos, mas também dos fluxos de capitais para empréstimos de curto prazo.

No caso do Brasil, haveria ainda um outro elemento chave no cenário internacional: a consolidação da China como país industrializado e forte competidor no mercado internacional. De acordo com Medeiros e Cintra (2015, p. 30-31), a ascensão chinesa decorreu da combinação de dois processos com dinâmicas específicas.

O primeiro é a grande urbanização e a industrialização pesada com ela articulada. Acelerado desde os anos 1990, este processo se transmite diretamente para a economia mundial, principalmente através da demanda por energia, minerais e alimentos. Devido à extraordinária combinação entre o tamanho de sua população e produção industrial e a baixa renda per capita, o processo de urbanização e modernização do consumo chinês é fortemente intensivo em matéria-prima e energia. Ao lado da estrutura produtiva diretamente associada à construção civil, a China transformou-se no maior produtor mundial de automóveis e veículos, levando à grande expansão na indústria metal mecânica.

Conjugado com esta demanda estrutural se deu a internacionalização das grandes empresas estatais chinesas (Sinopec, CNPC, CNOOC, State Grid Corporation, Golden Dragon Precise Cooper Tuhe Group, Chinalco, etc.), fortemente concentradas no comércio, mineração e petróleo. [...] o segundo motor é o da transformação da China num grande centro manufatureiro da economia mundial e que se transmite para os demais países através de suas exportações industriais (de bens intermediários e finais), do seu efeito sobre os seus preços e por meio das importações de matérias-primas, bens de capital e de partes e componentes das cadeias produtivas em que a China está inserida. (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 31).

Ao passar pelo processo de industrialização, a China alterou sua posição na economia internacional e passou a fornecer bens industriais e importar *commodities* e matérias-primas. Devido ao tamanho e à complexidade de sua economia, o aumento da demanda por *commodities* teve impacto sobre os preços, beneficiando os exportadores em termos de crescimento da demanda e pela melhoria dos termos de troca.

De acordo com Correa e Xavier (2013), a política econômica foi formulada de forma a se aproveitar desse novo ciclo de demanda internacional por *commodities*. A lógica da escolha se assentava na percepção de que o Brasil, historicamente especializado na produção e exportação de bens primários, poderia se aproveitar de maneira mais eficiente do ciclo. Assim, em vez de aproveitar a intensificação dos fluxos financeiros,

no sentido de ampliar e modernizar sua estrutura produtiva para ampliar sua competitividade em bens industrializados, optou-se pelo investimento na ampliação da produção de bens primários – desenvolvimento pela “via de menor resistência”. Tal é a razão que explica porque a exportação de produtos primários ampliou seu valor absoluto em 5,5 vezes, na comparação dos períodos 2000-2002 e 2010-2012, enquanto sua participação no total exportado, que representava 24% no período 2000-2002, passou para 34% no período 2010-2012³.

Perante o câmbio desvalorizado, a existência de pressões inflacionárias e a queda nas reservas externas, optou-se pelo aumento da meta de superávit primário – de 3,75% para 4,25% do PIB – e da taxa de juros – de 25% para 26,5%, acompanhadas de reformas tributária e previdenciária e renovação e prorrogação do acordo com o FMI, para garantir a recomposição das divisas. Com a aplicação de políticas restritivas, o resultado no primeiro ano de governo foi a retração do consumo e investimento, o declínio dos setores de indústria e de serviços – reflexo do baixo crescimento do PIB. Apenas o setor agropecuário, devido aos reflexos do aumento da demanda internacional por *commodities*, apresentou crescimento e contribuiu para os saldos da balança comercial e da balança de transações correntes.

Apenas a partir de 2004, os efeitos do novo ciclo de crescimento da economia internacional começaram a derramar sobre a economia brasileira. Com a consolidação do crescimento mundial e a manutenção do quadro favorável às economias periféricas, houve ampliação da entrada de divisas que promoveu ligeira apreciação da moeda. De acordo com Oliveira (2012), mesmo com a queda das exportações e o aumento das importações, a balança comercial apresentou superávit até o final do

3 De acordo com os autores, a participação conjunta dos setores bens primários e manufaturas baseadas em recursos saltou de 52% para 70% na comparação dos períodos 2000-2002 e 2010-2012. Paralelamente, os demais setores – manufaturas de baixa e alta intensidade tecnológica, automotores e engenharia – tiveram sua participação reduzida. A classificação de setores produtivos utilizada pelos autores é retirada de Lall (2000).

primeiro mandato, passando de 33,6 para 46 bilhões de dólares entre 2004 e 2006. Já a balança de transações correntes também apresentou resultado positivo, passando de 4,17 para 13,5 bilhões de dólares entre 2003 e 2006. No mesmo período, as reservas internacionais aumentaram de 50 para 85,8 bilhões de dólares. Tais resultados contribuíram para a redução da relação dívida/PIB, que, entre 2004 e 2006, teve queda de 41,8% em relação à dívida bruta e de 32,7% em relação à dívida líquida.

A despeito do cenário externo favorável, optou-se pela ortodoxia na política econômica, especialmente, no que diz respeito à manutenção de elevadas taxas de juros e metas de superávit primário. Tais políticas, pensadas, fundamentalmente, como sinais de austeridade diante do mercado, dificultavam um novo quadro de crescimento econômico, fosse pelas restrições de gastos do governo, fosse pelo encarecimento do crédito via elevadas de taxas de juros. Assim, é notável que os resultados positivos foram reflexo dos fatores externos, razão pela qual a maior parte desses indicadores são vinculados ao setor externo.

Se até 2006 o quadro geral da economia era relativamente favorável – com taxa de crescimento de 4% –, o cenário alteraria a partir de 2007, primeiro ano do segundo governo Lula (2007-2010) e também ano da eclosão da crise do *subprime* nos EUA. A rápida difusão da crise pela economia internacional interrompeu o ciclo expansionista de capitais financeiros, reduzindo investimentos externos, o qual teve, entre outros impactos, a modificação das taxas de câmbio. No caso do Brasil, os reflexos foram não apenas na fuga de capitais e rápida desvalorização do câmbio, mas também na progressiva deterioração das contas externas, uma vez que houve redução da demanda e dos preços das *commodities*. A queda do saldo da balança comercial, o déficit na conta de transações correntes e a queda na arrecadação pública indicavam que o período de crescimento via setor externo havia chegado ao fim, impondo a necessidade de reorientação da política macroeconômica.

As principais alterações na política econômica seriam aplicadas a partir de 2009, com a implementação das políticas anticíclicas em três

principais frentes. Do ponto de vista da política monetária, além da liberação de compulsórios bancários e da utilização dos bancos públicos para ampliação da liquidez e das linhas de crédito ao consumidor, promoveu-se uma redução das taxas de juros, que foram de 13% para 9,25% a partir de julho de 2009. Do ponto de vista da política fiscal, reduziu-se a meta de superávit primário – que passou de 3,8% para 2,5% do PIB – e foi aprovado um amplo pacote de desonerações fiscais – que representaram uma renúncia fiscal de quase 5 bilhões de reais. Além disso, foram ampliadas as despesas primárias do governo, com aumento de despesas: transferências de recursos para as famílias e custeio com saúde, educação, investimento e despesa com pessoal. Do ponto de vista da política cambial, foram realizados leilões casados de compra e venda de dólares no mercado, para atender à demanda por moeda americana, com o objetivo de conter a desvalorização da moeda e evitar os repasses aos preços.

Tais políticas foram fundamentais para a recuperação do crescimento econômico. Segundo dados apresentados por Oliveira (2012), no ano de 2010 houve expansão do PIB em 7,5%. Do ponto de vista da demanda, houve crescimento do consumo final de 6,1%, crescimento das exportações de 11,5% e crescimento da formação bruta de capital fixo – indicador de investimento – de 21,8%. Da ótica da oferta, a indústria cresceu 10,1%, a agropecuária 6,5% e os serviços 5,4%. Dessa forma, se, no primeiro mandato, o crescimento foi puxado pelo setor externo, no segundo, o crescimento foi, prioritariamente, puxado pelo setor interno. Importa destacar que as condições para a expansão via setor interno só foram possíveis graças aos benefícios acumulados durante o período anterior, razão que justifica o ordenamento das variáveis macroeconômicas, no sentido de organizar um projeto de desenvolvimento da economia nacional.

Antes de encerrar o debate sobre os governos Lula, importa destacar um conjunto de políticas implementadas que foram fundamentais para o crescimento baseado no consumo. Trata-se das políticas sociais. Foi com os governos do PT que as políticas sociais voltaram a ganhar protagonismo na formulação da política econômica, após terem sido relegadas

a segundo plano durante os governos precedentes. Ainda que, durante o primeiro governo Lula, as políticas sociais tenham sido formuladas dentro da lógica da focalização, no segundo, priorizou-se a articulação entre os objetivos sociais e macroeconômicos, a partir do espaço dado à ampliação do papel do Estado – os benefícios gerados para a economia nacional pelo setor exportador.

No primeiro governo Lula foi criado o Bolsa Família – programa de transferência condicionado de renda –, cujo objetivo era reduzir os níveis de pobreza, a partir da distribuição de renda à população vulnerável. Criado em 2003, dentro da iniciativa do Programa Fome Zero, o programa corrigiu a pulverização orçamentária e administrativa que caracterizava os programas sociais existentes, ao direcionar as ações para todo o grupo da família. Basicamente, o programa definia duas modalidades de benefício: básico, destinado às famílias em situação de extrema pobreza; variável, dedicados às famílias em situação de pobreza e que continham em composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 17 anos. O segundo benefício contemplava duas modalidades: a primeira relacionada à presença de crianças ou adolescentes de até 15 anos – limitada até três benefícios por família – e a destinada a jovens de 16 e 17 anos –, restrita a até dois benefícios por família (SOARES *at al.*, 2010). Em contrapartida, as famílias deveriam garantir que as crianças e jovens frequentassem a escola e tivessem os cartões de vacina atualizados.

Indiscutivelmente, o Programa Bolsa Família teve impacto relevante para a redução da pobreza. O Índice de Gini⁴ passou de 0,594 em 2000 para 0,527 em 2010. Além disso, estudo de Januzzi e Pinto (2013) indica que os reflexos positivos foram observados não apenas na redução da desigualdade de renda, mas também no aumento da

⁴ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, a partir da diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Dessa forma, quanto menor o índice, menor tende a ser a concentração da renda. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

progressão e da frequência escolar de crianças e adolescentes, na melhoria das condições de saúde, no acesso a alimentos e no acompanhamento pré-natal. Por outro lado, em simulação realizada por Neri, Vaz e Souza (2013) para verificar o impacto de diversas políticas de transferência de renda no crescimento do PIB de 2009, foi identificado que o Bolsa Família apresentava os maiores efeitos: o PIB aumentaria em R\$1,78, para um choque marginal de R\$1,00 – um gasto adicional de 1% do PIB se traduziria em aumento de 1,78% na atividade econômica. Já a análise dos multiplicadores sobre o consumo final mostra que, para cada real a mais transferido ao Bolsa Família, o consumo final total aumentaria em R\$1,98 e o das famílias em R\$2,40.

Outros programas sociais contribuíram com a distribuição de renda e a redução da pobreza. Tal foi o caso do lançamento, em março de 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida, cujo objetivo era construir 1 milhão de moradias, a partir de um aporte inicial de investimentos de 34 bilhões de reais, ampliado ao longo dos anos seguintes. O programa contribuiu para o acesso à moradia e serviu como dinamizador do setor de construção civil, de destacada importância para a geração de emprego e renda. Diversos programas voltados ao fortalecimento da seguridade social e educação ampliaram o escopo de proteção legal às populações vulneráveis. Por fim, importa destacar a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – cujo objetivo era ampliar os investimentos públicos e privados na área de infraestrutura econômica e social, com ampla contribuição na geração de emprego e renda. Também o escopo de políticas trabalhistas – especialmente os programas de incentivo à formalização do trabalho e a política de aumento sistemático do salário mínimo – contribuiu para a distribuição de renda, melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e acesso ao mercado são indiscutíveis⁵.

Assim, é inegável apontar a recuperação do crescimento econômico, a partir de uma combinação de objetivos macroeconômicos e sociais que

⁵ Para um debate mais detalhado das políticas sociais no governo Lula, ver Fagnani (2011). Para uma discussão sobre as políticas trabalhistas, ver Amitrano (2013).

permitiram a organização de um novo plano de desenvolvimento nacional e uma sistemática política de distribuição de renda, responsável por retirar o Brasil, pela primeira vez na história, do mapa da fome, segundo a FAO-ONU. No entanto, é importante destacar que todas essas políticas foram feitas dentro dos limites permitidos pela engessada política macroeconômica, que imputava ao governo a priorização do equilíbrio e da estabilidade, como forma de atender às demandas do mercado. O que se nota é que as condições para o crescimento só foram possíveis pelo aproveitamento do novo ciclo de expansão internacional, mas nunca foi prioridade da política econômica, cuja lógica mantinha-se circunscrita aos mesmos limites do governo FHC: a implementação do terço neoliberal e o atendimento irrestrito das demandas do mercado financeiro.

Os governos Dilma

Eleita em 2010 como a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff tinha um grande desafio pela frente: manter o nível de crescimento econômico e o nível de popularidade do presidente anterior. No entanto, diferentemente do governo anterior, Dilma não encontraria uma situação econômica tão favorável. Se a economia internacional sofria os efeitos da crise de 2008, com reflexos diretos sobre a demanda e preço das *commodities* e sobre o fluxo de financiamentos externos, o modelo de crescimento econômico orientado pelo consumo interno havia alcançado seus limites de expansão. Exigia-se do governo um novo projeto de desenvolvimento econômico que se encaixasse na estrutura do tripé macroeconômico. Assim, no primeiro governo Dilma, a política macroeconômica buscou dar soluções aos problemas estruturais herdados pelo modelo de crescimento dos governos Lula. Estabeleceu-se uma espécie de agenda industrialista que procurava estimular o setor privado, com base em amplo conjunto de políticas voltadas à oferta. Diante do crescimento da concorrência internacional, a perda de complexidade industrial e a reprimarização da pauta exportadora, o diagnóstico

da equipe econômica era pautado na necessidade de recuperação da competitividade, através da redução dos custos de insumos, crédito, trabalho, desvalorização da taxa de câmbio e das políticas de isenções e subsídios fiscais, para reduzir o custo tributário. Nesse sentido, foram reformuladas as políticas fiscal, cambial e monetária.

De acordo com Mello e Rossi (2018), o foco da política industrializante era melhorar a rentabilidade das empresas privadas, com o intuito de criar incentivos à ampliação dos investimentos. As políticas estariam baseadas no aumento das renúncias fiscais e dos benefícios creditícios. Basicamente, a política fiscal manteve os gastos elevados, mas substituindo gastos de elevado efeito multiplicador (gastos de capital) por gastos com multiplicador reduzido (desonerações). Ainda que, num primeiro momento, tais políticas inevitavelmente recairiam na redução da arrecadação, o objetivo era que voltassem a crescer no médio prazo, à medida que o crescimento econômico fosse gradualmente recuperado.

Com a queda das taxas de juros estadunidenses, os investidores estrangeiros aumentaram sua demanda por moeda nacional, dadas as elevadas taxas de retorno. A valorização da moeda nacional seria imposta como um desafio para a nova política industrializante, considerando os reflexos sobre o preço dos bens importados. Por isso, do ponto de vista da política cambial, as medidas implementadas estariam voltadas ao controle do mercado de câmbio. As medidas foram: a) ampliação da cobrança das alíquotas de IOF, que passaram a ser aplicadas sobre empréstimos externos e compras com cartão de crédito; b) aumento da regulação sobre as operações bancárias no mercado de câmbio, especialmente operações especulativas em mercados futuros e operações no interbancário; c) aumento do controle sobre o mercado de derivativos. No entanto, a alteração da política monetária estadunidense – com a redução do afrouxamento monetário – e o risco de atuação especulativa para a desvalorização do Real fizeram o governo retroceder a aplicação das medidas regulatórias. Com o fim das medidas, o governo passou a atuar no mercado de derivativos, por meio de *swaps* cambiais. A política monetária

funcionou através de três mecanismos: 1. represamento dos preços administrados, especialmente combustíveis e energia, como forma de manter o controle inflacionário; 2. tentativa de redução da taxa de juros, como forma de incentivar os investimentos do setor privado; 3. esforços coordenados com os bancos públicos para reduzir os *spreads* bancários.

A nova política industrializante foi um fracasso e representou uma queda de investimento público, não compensada pelo aumento do investimento privado. Do ponto de vista estrutural, a elevada dependência externa da indústria nacional – especialmente no que diz respeito à importação de insumos –, em situação de valorização do câmbio, impactou o aumento dos custos produtivos. Por sua vez, a queda da taxa de juros, se, de um lado, reduzia os custos de captação de crédito, de outro lado, reduzia os ganhos com aplicações financeiras. Os ganhos das empresas com desonerações não foram suficientes para incentivar nova onda de investimentos.

A situação para o governo era crítica. As desonerações fiscais somaram 343 bilhões de reais até o final do primeiro governo Dilma. A manutenção do crescimento do gasto primário, como proporção do PIB – especialmente na área social –, forçou uma redução do superávit primário, contribuindo para o aumento do déficit nominal. Como aponta Dweck e Teixeira (2017), a grande questão do Governo Dilma não se tratava do aumento irresponsável dos gastos públicos – tal como pontuava os defensores da “tese da ganância” –, mas, sim, da abrupta queda da arrecadação que travou qualquer manobra do governo, no sentido de tentar uma recuperação do crescimento econômico. Todos os fatores indicavam desequilíbrios nas contas públicas, rompendo com os compromissos firmados com o tripé macroeconômico. O governo se via vítima do acordo político que havia feito e colocava em xeque o projeto de desenvolvimento.

O governo estruturou um conjunto de políticas para beneficiar o setor privado, mirando uma contrapartida de aumento dos investimentos. O setor privado, numa situação de desaceleração do crescimento eco-

nômico e mediante redução dos investimentos públicos, não ampliou os investimentos e aprofundou o quadro de desaceleração. Uma situação extremamente favorável ao setor privado, que conseguiu blindar suas taxas de lucro, e altamente vulnerável ao governo que, diante da queda de arrecadação, perdeu capacidade de investimento e de recuperação das taxas de crescimento.

Em 2013, com o início das manifestações de junho e a incorporação de pautas conservadoras, formou-se um leque de oposição ao governo federal, que ia desde setores da sociedade civil a Câmara e Senado. A culpabilidade do governo pela crise e a incompreensão dos fatores que haviam provocado a desaceleração da economia serviam como combustível e gradualmente consolidaram a tese de que o governo era “culpado por tudo”. Por fim, o avanço da Lava Jato e a ascensão de Eduardo Cunha à presidência da Câmara encerrariam as razões que pressionariam o governo a repensar a política econômica.

Assim, mediante a deterioração das contas públicas, o aumento de gastos com juros e a desaceleração da economia, impôs-se, como diretriz da política econômica, a austeridade. Do ponto de vista fiscal, o crescimento dos gastos públicos passou de 12,8% em 2014 para 2,1% em 2015, e os investimentos públicos apresentaram queda de 29% ao longo de 2015. No entanto, a redução do ritmo de crescimento dos gastos públicos, em conjunto com outras alterações contracionistas, provocou a redução das receitas públicas, que apresentaram recuo de 6,3% na comparação com 2014.

Do ponto de vista da política monetária, ocorreu a elevação das taxas de juros, como forma de conter o processo inflacionário reativado pela liberação dos preços administrados. Da perspectiva da política cambial, o governo interrompeu os mecanismos de intervenção no mercado de câmbio, sinalizando uma desvalorização da moeda, que foi de R\$2,60 para R\$3,90, entre dezembro de 2014 e 2015. Não houve recuperação das contas públicas e a deterioração fiscal se aprofundou. Dados apresentados por Mello e Rossi (2018) apontam que o indicador de endividamento

cresceu quase 10% em um ano; os investimentos público e privado desabaram; os preços expandiram em 10%; o PIB apresentou queda de 10% em 2015. Por fim, a dívida bruta saltou de 56,3% para 65,5% do PIB, entre 2014 e 2015, ao passo que a dívida líquida, no mesmo período, passou de 33,2% para 37,9%. A crise econômica e o avanço da crise política desaguarão no golpe de 2016, com a deposição da presidenta Dilma.

Em síntese, o governo Dilma esteve preso às mesmas amarras do governo Lula: priorização das políticas de equilíbrio e estabilidade perante o planejamento autônomo de desenvolvimento. A grande diferença entre os dois períodos, diante do quadro externo favorável durante os governos Lula, foi a possível consecução de políticas de crescimento e distribuição de renda, a partir do aproveitamento das externalidades, ainda que todas as políticas tenham sido implementadas dentro dos limites permitidos pelo tripé econômico – a manutenção do equilíbrio era o foco da política econômica – e quaisquer outras políticas tenham sido realizadas dentro das possibilidades do modelo. Dilma enfrentou um quadro externo desfavorável e o esgotamento do modelo de crescimento pelo consumo interno. Ao tentar corrigir os erros do governo Lula, priorizou uma política de industrialização fundada nos benefícios ao setor privado, mas sem estabelecer quaisquer tipos de contrapartida. Ao final, ganhou o setor privado, com as políticas de desoneração, e perdeu a economia brasileira, com um quadro de estagnação. Esse seria, como indicam Sicsu e Maringoni (2005), o grande paradoxo do governo Lula, mas que também pode ser estendido ao governo Dilma: a tentativa de atender aos interesses e às demandas da fração mais vulnerável da população – base de apoio político do governo – e aos interesses do capital especulativo e financeiro. Nesse paradoxo, venceu o capital financeiro e o setor produtivo, que mantiveram seus ganhos mediante o enxugamento do atendimento às demandas populares.

Considerações finais: os descaminhos da política econômica brasileira

Com a queda de Dilma, chegou à presidência da República Michel Temer, propondo uma linha de política econômica defendida no

documento “Uma ponte para o futuro”, elaborado pela Fundação Ulisses Guimarães. Temer passou a defender políticas econômicas ortodoxas, como forma de recuperar o crescimento econômico, sendo responsável: a) pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 – que limitou a ampliação dos gastos públicos por 20 anos –, cujo objetivo era “recuperar o equilíbrio das contas públicas”; b) pela aprovação da Reforma Trabalhista, que reduziu o escopo de direitos trabalhistas. Assim, o governo Temer teve um desempenho pífio⁶ e aprofundou a crise.

A nova onda conservadora, fundada no discurso falacioso dos danos que a esquerda havia causado ao Brasil, elegeu Jair Bolsonaro. Seguindo uma linha similar à defendida por Michel Temer, Bolsonaro reforçou a necessidade de criação de um ambiente institucional favorável ao investidor privado e à redução do papel do Estado na economia, como forma de garantir o equilíbrio nas contas públicas. Ainda que o desconhecimento da realidade seja a tônica do governo Bolsonaro, ele conseguiu, no primeiro ano de mandato, aprovar a Reforma da Previdência (PEC 6/2019), cuja lógica central é ampliar as contribuições e dificultar os mecanismos de aposentadoria, em claro movimento de desarticulação do sistema de previdência público.

O que esperar? Inegavelmente, a estrutura da economia brasileira, desde a redemocratização, esteve atrelada a um conjunto de políticas ortodoxas e neoliberais. Longe de garantir um projeto autônomo de desenvolvimento, teve como fundamento o atendimento ao capital produtivo e financeiro – especialmente deste último –, a partir de um ordenamento institucional que transformou o Brasil em um espaço de valorização do capital. Nesse sentido, o avanço social – fosse a partir da expansão do

⁶ Apesar de ter voltado a crescer em 2017, após dois anos de resultado negativo, fato é que os resultados do PIB em 2017 e 2018 não só estiveram em patamares muito baixos, mas também foram insuficientes para compensar as perdas dos anos precedentes. Os dados do IBGE indicam que, nos anos de 2015 e 2016, o PIB apresentou queda de 3,35% e 3,31% respectivamente, ao passo que, em 2017 e 2018, apresentou aumento de 1,06% e 1,12%. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/aces-soinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww4.bcb.gov.br%2Fpec%2Fseries%2Fport%2Faviso.asp>. Acesso em: 29 out. 2019.

mercado de trabalho, da melhoria das condições e dos direitos do trabalho, ou da redução da desigualdade de renda e da pobreza – esteve relegado a segundo plano. Formalmente, o espaço para qualquer política que tivesse como objetivo explícito a melhoria das condições de vida da população não foi prioridade e, portanto, não esteve na centralidade da política econômica brasileira. Isto pode ser dito inclusive para os governos PT, visto que adotaram um conjunto de políticas sociais que adquiriram protagonismo, mas realizadas dentro dos limites da política macroeconômica – tripé macroeconômico – e sem prejudicar o objetivo maior: manutenção do equilíbrio e da estabilidade, para o atendimento às demandas do mercado. Assim, o que foi feito só foi possível por certa flexibilidade do modelo, mas nunca o contestando e nunca o relegando a segundo plano. Fosse assim, o ajuste fiscal jamais poderia ter centralidade, especialmente em momentos nos quais o gasto público se fazia necessário para ativar setores estratégicos da economia.

O que se percebe é que há um desconhecimento não apenas sobre as particularidades e especificidades do capitalismo em regiões como o Brasil, mas, para além disso, uma completa ignorância sobre nossa experiência histórica. O estudo da história econômica do Brasil, de suas políticas e de seus desdobramentos tem sido ignorado, em um momento no qual sua compreensão seria fundamental para podermos delimitar e planejar os caminhos futuros. Voltamos ao velho entendimento, superado desde a década de 1940: “o capitalismo é um só”; portanto, só poderíamos nos desenvolver a partir da replicação das condições observadas no capitalismo central. Apagamos o histórico colonial, a exploração dos nossos recursos, a manutenção de características laborais típicas do escravismo, a marginalização da população, a desigualdade de renda, os privilégios de determinados setores sociais – como se todos esses elementos não fossem parte de nossa estrutura econômica e social e como se pudessem ser simplesmente engavetados. O que esperamos é uma completa incerteza, uma obscuridade em relação ao futuro, mas a garantia da continuidade no erro da aplicação de determinadas políticas que já se mostraram inadequadas. Todas em benefício daqueles que estão no poder e para a garantia da manutenção de privilégios.

Referências

- AMITRANO, C. R. Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: CORREA, V. P. (org.). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D.; VASCONCELLOS, M. A. S. *Manual de Economia*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, v. 21, número especial, p. 831-851, dez. 2012.
- CANO, W. *(Des)industrialização e (sub)desenvolvimento*. Texto para Discussão, n. 224. Campinas: Unicamp, IE, jun. 2014.
- CORREA, V. P.; XAVIER, C. L. Modelo de crescimento, dinâmica do balanço de pagamentos e fragilidades. In: CORREA, V. P. (org.). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. *A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica*. Texto para Discussão, n. 303. Campinas: Unicamp, IE, jun. 2017.
- FAGNANI, E. *A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica*. Texto para discussão, n. 192. Campinas: Unicamp, IE, 2011.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- JANUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos na condição de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2013.
- LALL, S. The technological structure and performance of developing country manufactured exports, 1985 – 1998. *QEH Working Paper Series*, number 44, 2000.
- LOURAL, M. S.; DUARTE, P. H. E. A reforma trabalhista no Brasil: uma proposta metodológica de acompanhamento do mercado de trabalho formal no Brasil. XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2019. *Anais [...]*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2019.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1 (138), p. 28-42, jan./mar. 2015.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (org.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2013.

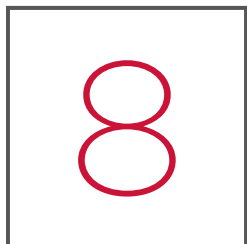
OLIVEIRA, F. *Política Econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

SANTOS, A.; GIMENEZ, D. M. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, SP: Editora Curt Nimunedajú, 2018.

SICSU, J.; MARINGONI, G. Avaliando o desempenho do PT e do governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou? In: PAULA, J. A. (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. S.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (org.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2010.

SOUZA, N. A. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.



MUDANÇAS POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS NA CRISE DA NOVA REPÚBLICA: RUMO A UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA

DAVID MACIEL

Introdução

A transição política da Ditadura Militar para a Nova República foi marcada por um processo de “democratização” que não aboliu mas apenas reformou a autocracia burguesa (FERNANDES, 1987), pois manteve no interior da institucionalidade democrática elementos de caráter autoritário e fascista herdados do período anterior e “atualizados” em conformidade com a nova situação política e a nova correlação de forças.

Desse modo, a Constituição de 1988 institucionalizou uma “democracia de cooptação” que admitia: liberdade partidária; liberdade sindical, mas sob a tutela estatal; rotina eleitoral; direitos sociais e trabalhistas; protagonismo do Legislativo e Judiciário, todavia constrangidos pela supremacia do Executivo; tutela militar sobre os governos civis; manutenção do aparato de repressão e informações, direcionado contra os movimentos sociais e partidos de esquerda; legislação partidária e eleitoral limitadora da efetiva participação popular e democrática. (MACIEL, 2012, p. 297-343). A participação dos trabalhadores e suas organizações no processo político-social foi limitada por uma “integração passiva à ordem”, mediada pelo “transformismo” (GRAMSCI, 2002) exercido pelo Estado e pelo esvaziamento de sua perspectiva antiautocrática, por meio da burocratização de suas

instâncias, da institucionalização de suas formas de luta e da acomodação de seus programas à hegemonia burguesa.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, o processo de implantação e consolidação do neoliberalismo, como expressão da hegemonia do grande capital, exigiu: limitações à democracia, relacionadas à redução/anulação dos controles políticos democráticos sobre a movimentação do capital; privatização direta ou indireta de empresas, bens públicos e instâncias do aparelho de Estado; eliminação progressiva do intervencionismo econômico estatal, quando muito transformado em mera ação indutiva; flexibilização ou redução de direitos sociais e trabalhistas; abertura financeira e comercial etc. (MACIEL, 2008, 2010). Na verdade, estes constrangimentos à legalidade democrática expressam o conteúdo autocrático, antipopular e antidemocrático do neoliberalismo. Assim, impôs-se a perspectiva de redução/eliminação dos controles políticos sobre a movimentação do capital, na medida em que as relações sociais tenderam a ser exclusivamente mediadas pela coerção econômica, ditada pelo controle dos meios de produção pelo capital e pelo despotismo sobre os possuidores de força de trabalho (NETTO, 1993; WOOD, 2001). Portanto, o programa neoliberal é fundamentalmente autocrático e sua aplicação implica necessariamente o fortalecimento dos elementos autoritários e fascistas da institucionalidade política, em detrimento dos elementos democráticos, em todo e qualquer Estado burguês, particularmente naqueles de tipo autocrático-burguês (FERNANDES, 1979).

Na periferia capitalista, o neoliberalismo reforçou os elementos autoritários da institucionalidade política, como forma de garantir e expandir o despotismo do capital exercido sobre os trabalhadores no ambiente de trabalho e nas relações de produção. A eliminação/redução dos controles sociais reforçaram os elementos que subordinavam instâncias do aparelho de Estado e os serviços sociais públicos à lógica privatista e às relações oligárquicas/patrimonialistas. O neoliberalismo reforçou os elementos fascistas presentes na

“normalização” do controle militar e policial sobre os conflitos sociais, generalizando os conceitos de “inimigo interno” e de “ação subversiva” – oriundos da doutrina de segurança nacional – para muito além das organizações políticas e sociais que carregavam uma perspectiva anticapitalista e mesmo antiautocrática, abrangendo o conjunto das classes subalternas e suas manifestações sociais. Assim, a democracia representativa foi condicionada pelo peso do poder econômico no processo eleitoral; pela institucionalização de partidos de esquerda e movimentos sociais; pela hegemonia do ideário neoliberal sobre os trabalhadores e suas organizações, viabilizando o “transformismo” e sua “integração passiva à ordem”, numa “democracia de cooptação” que opera fundamentalmente para legitimar a autocracia burguesa, “passivizando” a luta dos trabalhadores.

A partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011), iniciou-se uma escalada repressiva e autoritária: começou com a crescente criminalização dos movimentos sociais e a intensificação da repressão política; aprofundou-se com as Jornadas de Junho de 2013; desdobrou-se num golpe de Estado em 2016; e se consumou com o governo Temer e as eleições de 2018. Tal processo tem fundamentado modificações políticas e legais com impactos institucionais de tal monta que podemos afirmar que está em curso um processo de transição em direção a uma nova institucionalidade política, de caráter predominantemente fascista, com modificações no regime político e na cena política.

Prelúdio

A piora nas condições socioeconômicas e a falência progressiva da política de conciliação de classes dos governos petistas alimentaram o acirramento dos conflitos sociais e da luta pela renda. Por um lado, estimulou o ativismo social crescente por parte de movimentos sociais e sindicatos; por outro, intensificou a repressão judicial e policial. Enquanto as forças policiais passaram a adotar práticas de violência aberta no trato do

conflito político e social, o aparato do judiciário tratou com intolerância as demandas e lutas sociais em nome do combate à corrupção. Tal situação apresentava-se visível, em 2011 e 2012, como demonstram os seguintes casos: a greve dos estudantes da USP; a desocupação do Pinheirinho; a criminalização das greves, em especial no serviço público (SCARSO, 2011; GARCIA, 2012). A crise da política de conciliação de classes adotada pelos governos petistas levou à radicalização e opôs as perspectivas antineoliberal e a neoliberal extremada e autocrática. A primeira, como expressão de variadas frações do proletariado, submetidas à precarização do trabalho, serviços públicos sucateados e políticas sociais compensatórias extremamente limitadas, em termos de distribuição de renda e de direitos sociais; a segunda, como expressão do conjunto das frações do capital e de setores da classe média.

A partir das Jornadas de Junho de 2013, ocorreu um processo de generalização e ampliação das práticas repressivas por parte dos mais variados aparatos do Estado, alimentadas e legitimadas pela grande mídia e por um crescente ativismo das forças de direita (MARQUES; RIELLI, 2018; DEMIER, 2015). Apesar do caráter policlassista e multitudinário, as Jornadas de 2013 tiveram uma dimensão predominantemente proletária quanto à sua composição social e antineoliberal e quanto ao seu conteúdo político e ideológico, colocando em xeque o neoliberalismo moderado do governo Dilma. Daí a perspectiva repressiva apresentada pelo governo federal e outras instâncias do aparelho de Estado – governos estaduais e polícias militares. A escalada repressiva se desdobrou nos anos seguintes, com forte ofensiva policial, judicial e midiática, por ocasião das manifestações contra a Copa do Mundo de 2014 e de outros protestos, motivados pelas mais diversas demandas sociais, nos quais se repetiram e radicalizaram os métodos repressivos utilizados no ano anterior (MELITO, 2015; PRADAL; RESENDE, 2018). O colapso definitivo da política de conciliação de classes, a ofensiva da oposição de direita e a crise do sistema de representação política fizeram com que, no segundo mandato de Rousseff, a transição à nova institucionalidade

política se acelerasse. A Operação Lava Jato, o *impeachment* de 2016, as medidas aprovadas pelo governo Temer e as eleições de 2018 são episódios deste processo de mudança institucional.

Economia

Em primeiro lugar, elencaremos as medidas de caráter econômico-social que reforçaram a perspectiva autocrática do neoliberalismo e que impactaram a institucionalidade política e a formatação do Estado. Tal descrição se justifica num cenário em que predomina a perspectiva neoliberal, fundamentado no combate ao protagonismo popular, por meio da redução/eliminação dos controles políticos sobre a movimentação do capital, reforçando o despotismo burguês sobre os trabalhadores e demais classes subalternas nas empresas, no Estado e na vida social. À medida que flexibilizaram e eliminaram direitos sociais e trabalhistas, privatizaram bens, serviços, empresas públicas e desregulamentam o mercado, afetaram diretamente a correlação de forças entre capital e trabalho. A aplicação da plataforma neoliberal implica ataque aos direitos políticos e sociais, caracterizando-se em ofensiva política contra o mundo do trabalho. Portanto, aparecem como o primeiro conjunto de providências no processo de substituição da “democracia de cooptação” pela “democracia restrita”.

Durante o primeiro mandato, Dilma Rousseff manteve a perspectiva neoliberal moderada herdada do governo Lula, tentando, porém, aprofundar o indutivismo econômico estatal e reforçar o investimento produtivo por meio da chamada “Nova Matriz Econômica” (NME), por meio de: redução da taxa de juros; aumento dos gastos públicos; políticas sociais compensatórias, favorecendo o crédito por intermédio dos bancos públicos; aumento do salário mínimo; subsídios e desoneração fiscal para determinados setores econômicos. A contradição entre a perspectiva de médio prazo da NME e os pilares neoliberais da política econômica levaram ao abandono desta experiência em 2013, com a retomada da política

de elevação da taxa de juros. Dentre as contradições destacam-se: as pressões do capital financeiro pelo aumento dos juros; o baixo entusiasmo do capital industrial, devido ao câmbio valorizado; o crescimento da inflação; as dificuldades externas (CORSI, 2016).

Logo após as eleições de 2014, o governo Dilma Rousseff iniciou um processo de cortes em direitos sociais, que tiveram continuidade e aprofundamento sob o governo Temer. Ainda no final do primeiro mandato, Dilma Rousseff aplicou medidas neoliberais extremadas que dificultaram o acesso a determinados direitos, como: abono salarial, seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte. Na verdade, antes do início do segundo mandato, Dilma Rousseff se rendeu à pressão do grande capital e aplicou um ajuste fiscal, cortando gastos sociais e indicando Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda; ao longo do segundo mandato, aprofundou o ajuste fiscal ao: não reajustar a tabela de isenção do imposto de renda, atingindo setores antes isentos; aumentar juros, impostos e tarifas; cortar recursos destinados à infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento), a serviços públicos (saúde e educação) e a programas sociais, como Minha Casa, Minha Vida, Pronatec, Fies etc. (CAMARGOS; FONSECA, 2015; PASSARINHO, 2015).

Logo após a confirmação de Temer na presidência, a perspectiva neoliberal extremada ficou evidente, com a aprovação da Emenda Constitucional 95. Trata-se do estabelecimento de um teto para os gastos públicos, limitando seu aumento à taxa da inflação, por um período de vinte anos. Assim, mesmo havendo crescimento demográfico e aumento da demanda, os gastos públicos, principalmente, em saúde e educação, continuarão congelados por duas décadas, apenas sendo corrigidos monetariamente, dificultando a promoção de políticas sociais (ANDRETTA, 2019). Para a aprovação na Câmara e no Senado, o governo mobilizou amplo espectro dos partidos, obtendo maioria nas duas casas (GÓIS, 2016; AGÊNCIA SENADO, 2016) e reforçando a perspectiva de ajuste fiscal e corte de gastos com bens sociais públicos – presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal/2000.

Em 2017, foram aprovadas a lei de terceirização e a reforma trabalhista: a primeira ampliou a possibilidade de terceirização da mão de obra para as atividades fins, favorecendo o barateamento da força de trabalho e limitando o acesso aos direitos trabalhistas; a segunda flexibilizou, quando não eliminou, de tal maneira os direitos trabalhistas que a CLT tornou-se uma espécie de peça de museu, acessível para parcelas cada vez menores dos trabalhadores. Além disso, a reforma trabalhista dificultou o acesso à justiça do trabalho, na medida em que a interposição de recursos foi limitada e, em caso de insucesso da demanda, as custas judiciais recaem sobre o trabalhador (OLIVEIRA; QUINTINO, 2018; CAVALLINI, 2017). Por fim, a reforma trabalhista atingiu duramente as condições materiais de existência dos sindicatos, além de restringir enormemente sua capacidade de ação na defesa dos interesses dos trabalhadores. A abolição do imposto sindical criou enormes dificuldades para a sobrevivência das entidades sindicais, o que tem evidenciado a limitação de capacidade de defesa e reação contra o ataque aos direitos sociais e trabalhistas. No ano de 2018, a arrecadação dos sindicatos caiu mais de 80%, colocando em risco a sobrevivência material de milhares de entidades sindicais e forçando diversas delas a fundirem-se (ÉPOCA, 2019). Além disso, a reforma trabalhista retirou dos sindicatos diversas de suas atribuições: a obrigatoriedade de que a homologação das rescisões contratuais realizarem-se nas dependências do sindicato sob sua supervisão, o que favorece a burla patronal e o não pagamento dos direitos devidos ao trabalhador; o fim da validade automática das convenções e acordos coletivos prescritos, enquanto nova convenção não for assinada (fim da ultratividade). Essa medida favorece a recusa dos patrões em negociar novas convenções, fazendo os direitos da categoria ficarem no limbo da não regulamentação e forçando o crescimento das greves de caráter defensivo, mobilizadas pela simples manutenção de direitos; o impedimento das entidades de organizarem piquetes, distribuírem panfletos e boletins, utilizarem carros de som e realizarem assembleias de greve a menos de 500 metros de distância das empre-

sas (interdito proibitório), o que dificulta a mobilização grevista etc. (JUSBRASIL, 2018b; MELIM; MUNIZ, 2019; PENHA, 2019).

Todas as medidas contribuíram para reduzir e/ou eliminar controles políticos sobre a movimentação do capital, reforçar a lógica despótica do mercado e das relações sociais capitalistas e restringir a democracia, pois, além de reduzir direitos, dificulta a mobilização e organização dos trabalhadores e demais classes subalternas. Ademais, fortalece o cenário socioeconômico correspondente às mudanças institucionais de tipo eleitoral, político e jurídico que ocorreram paralelamente.

Política

As medidas de caráter político-eleitoral e repressivo apresentaram uma perspectiva geral autoritária e fascista, na medida em que buscaram reduzir o espaço das forças políticas e organizações ligadas aos trabalhadores. A “democracia de cooptação” foi deixada para trás, em favor de uma “democracia restrita”, na medida em que o “transformismo” exercido pela autocracia burguesa sobre o movimento dos trabalhadores perdeu centralidade como método de tratamento do conflito social e político. A lei eleitoral de 2015 estabeleceu critérios rígidos, como forma de restringir o acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de TV aos partidos que atingirem a cláusula de desempenho: com caráter progressivo, inicia-se com exigência de alcance de 1,5% dos votos válidos ou a eleição de nove deputados federais em, pelo menos, nove estados da federação, sendo que em nenhum deles o partido pode ter menos que 1% dos votos. As regras começaram a valer em 2018 e “progredirão” 0,5%, eleição após eleição, até 2030, quando os partidos terão que obter nada menos que 3% dos votos válidos. O partido que não obtiver este índice terá sérias dificuldades para sobreviver, pois, além de não poder acessar a propaganda eleitoral gratuita, dificultando sua comunicação com a massa da população, também terá dificuldade para sobreviver financeiramente, na medida em que não terá acesso ao Fundo Partidário.

A elevação dos gastos de campanha e a proibição de doações de pessoas jurídicas, limitando-as à pessoas físicas, aumentaram as dificuldades de financiamento de campanha dos partidos vinculados aos trabalhadores e às suas lutas (BARROS, 2015; SAMPAIO, 2019a), na medida em que tende a aumentar o peso do poder econômico no processo eleitoral. Nas eleições de 2018, dos 35 partidos registrados, 14 não atingiram a “cláusula de desempenho” – metade são partidos de centro-esquerda e esquerda, o que significa redução do espectro político no sistema partidário a apenas quatro partidos “legalizados” (CONGRESSO EM FOCO, 2018). Ora, a restrição ou a eliminação do espaço político legal das forças de esquerda reforçou os elementos autoritários e fascistas da nova institucionalidade de “democracia restrita”, pois pressupõe a supressão do contraditório na arena da disputa política.

Outro elemento de conteúdo fascista – porque criminaliza e sujeita à violência policial e judicial movimentos sociais e organizações de esquerda – é a lei de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que permite ao presidente da República convocar as Forças Armadas para intervir no cenário político e social sempre que considerar que há uma ameaça à normalidade social, política e institucional. É um mecanismo repressivo previsto na própria Constituição e que configura uma das heranças da Ditadura Militar, inserida na institucionalidade política da Nova República, e que vem sendo utilizado desde 1992 para monitorar tanto grandes eventos e pleitos eleitorais quanto a segurança pública e manifestações políticas. É fato que foi nos governos do PT (2003-2016) que se acentuaram as operações de GLO, direcionadas a atividades de segurança pública, tradicionalmente atribuídas às polícias estaduais – combate à criminalidade e segurança de eventos, envolvendo os militares em “assuntos internos”. Se entre junho de 1992 e novembro de 2002 foram realizadas 52 operações de GLO, entre 2003 e outubro de 2015 foram realizadas 67. No entanto, desde o golpe de 2016, as operações de GLO têm sido utilizadas no enfrentamento de manifestações políticas e com

um caráter repressivo acentuado. De 1992 a maio de 2016, as Forças Armadas foram convocadas 119 vezes, com base na GLO, numa média de 4,91 por ano; e, de 2016 a abril de 2019, o recurso foi utilizado 18 vezes, aumentando a média para 9 vezes ao ano, sendo que 13 delas estiveram relacionadas ao controle dos conflitos políticos e sociais, como: segurança nas Olimpíadas, para conter as manifestações populares contrárias ao evento; intervenção na greve dos caminhoneiros; intervenção na greve de policiais militares em diversos estados; enfrentamento do “Ocupa Brasília” (maio de 2017) etc. (BRASIL, 2019; SAMPAIO, 2017). Isto demonstra um apelo crescente à intervenção dos militares no conflito social e político, reforçando a criminalização das lutas e movimentos sociais e a própria tutela militar sobre os governos civis.

Além da antiga Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 1935 e “atualizada” ao longo dos anos (MARTINS, 1986), a criminalização de lutas e movimentos sociais ganhou novo capítulo com a aprovação da Lei Antiterrorismo em 2016, no governo Dilma Rousseff. Atendendo à pressão de militares e das forças políticas conservadoras, a lei foi sancionada em março pela presidente, numa tentativa de apaziguar a situação política e evitar o *impeachment*. Ainda assim foi afastada da presidência em março e definitivamente destituída em agosto. Criada sob o pretexto de combate a atos e manifestações violentas que viessem a impedir a realização dos Jogos Olímpicos, a lei ampliou sua abrangência e flexibilizou as tipificações – dano ao patrimônio público, organização terrorista e atos terroristas –, definidas de acordo com a interpretação policial e autoridade judiciária, abrindo caminho para a criminalização de movimentos sociais e organizações políticas de esquerda (SANTOS; PONZILACQUA, 2016). Apesar do conteúdo fascista, que complementa outras medidas, as forças conservadoras passaram a pressionar pela ampliação do elenco de situações puníveis pela lei, tornando-a mais repressiva e visando explicitamente os movimentos sociais (VIEIRA, 2018).

Nesse sentido, outra mudança importante foi o crescente protagonismo político assumido pelos militares durante o processo de crise política, reforçando a tutela militar e criando condições políticas para a emergência de um novo “cesarismo militar”. A partir do desencadeamento da crise política, os militares aderiram ao golpe de Estado de 2016, alegando que o processo de *impeachment* seguia o rito constitucional, e assumiram protagonismo político com a ascensão de Michel Temer à presidência da República, funcionando como uma espécie de avalista político de um governo impopular, desacreditado e com base parlamentar e partidária instável. O protagonismo militar se insinuou de tal maneira que os militares se esmeraram em consolidar o golpe de Estado, ao mesmo tempo que setores importantes das Forças Armadas participaram ativamente do processo eleitoral de 2018, vinculando-se à candidatura de Jair Bolsonaro – como evidenciam as posições do então comandante do Exército General Villas Boas – e apoiando abertamente a perseguição político-judicial a Lula (VALENTE; FERNANDES; BALLOUSIER, 2018; BARROCAL, 2019). Na administração Bolsonaro, a presença militar tornou-se massiva, pois, além de ocupar a maioria dos ministérios, os militares detêm a maioria dos cargos mais importantes do ponto de vista político, como a presidência e a vice, o Gabinete de Segurança Institucional, a Secretaria de Governo e a Secretaria Geral, além de funções técnicas tradicionalmente ocupadas por civis (SAMPAIO, 2019b). No atual momento de crise política, os militares funcionam como principais fiadores do governo, o que favorece tendências cesaristas de cunho militar ou fascista e a criação de uma nova institucionalidade política.

Direito e Justiça

No plano do direito vigente no país e das práticas do Poder Judiciário, ocorreram mudanças importantes, no sentido repressivo que estamos abordando, que alteraram a institucionalidade política

em favor de uma perspectiva autoritária e mesmo fascista, porque contribuiu para a criminalização do movimento dos trabalhadores e a restrição do espaço político da esquerda.

A partir do julgamento do “Mensalão”/2012, iniciou-se uma série de modificações legais e práticas que criaram uma nova legalidade e um *modus operandi* reproduzido e intensificado pela Operação Lava Jato (desde 2014) e disseminado por tribunais e instâncias judiciárias. As mais importantes, por sua influência no processo político, são: adoção da teoria do “domínio do fato”; prisão após condenação em segunda instância; instituto da “delação premiada”; utilização abusiva da prisão preventiva e da prisão provisória; uso e abuso da condução coercitiva. A teoria do domínio do fato – que permite a criminalização sem provas ou atos de ofício dos superiores hierárquicos dos acusados de corrupção – foi utilizada no processo do chamado “Mensalão” e serviu para atingir membros do alto escalão do governo Lula e importantes lideranças do PT, contribuindo para o avanço do antipetismo em diversos setores sociais e para enfraquecer eleitoralmente o partido e seus aliados de esquerda. No entanto, o próprio autor da referida teoria jurídica considerou abusiva sua utilização no Brasil, pois a adoção do princípio do “dever saber” dispensou a comprovação dos atos e ordens de comando, por parte dos superiores hierárquicos para justificar sua condenação (BITENCOURT, 2012). Apesar de ser uma medida inconstitucional – pois permitiu o encarceramento de réus antes de o processo ter transitado em julgado em todas as instâncias –, a prisão com base em condenação em segunda instância (JUSBRASIL, 2018a) foi utilizada para interferir no processo eleitoral de 2018, com a prisão e posterior impugnação da candidatura Lula – favorito nas pesquisas de intenção de votos –, viabilizando-se a vitória de Jair Bolsonaro.

Outras medidas de grande impacto político também foram adotadas: a utilização abusiva da prisão provisória, com extensão para além do limite de tempo permitido, com vistas a forçar os réus à colaboração com juízes e procuradores; o uso e abuso da condução coercitiva, com a

finalidade de constranger indiciados e favorecer a condenação pela opinião pública; o instituto da “delação premiada”, que permite a redução das penas e multas de condenados que delatarem cúmplices e esquemas de corrupção, mesmo sem provas documentais, favorecendo o direcionamento das investigações e “comprando” a adesão de corruptores às teses da acusação, com redução de penas e multas. O espetáculo midiático das delações premiadas no Brasil tem produzido efeitos devastadores. Tornadas públicas antes mesmo de os delatores apresentarem provas, criam na subjetividade coletiva um clima pró-condenação extremamente perigoso. Os delatados, mesmo se depois inocentados, têm sua imagem simbólica destruída perante a comunidade. Como as reportagens do site *The Intercept* e outros veículos demonstram, o instrumento das delações acabou aproveitado em um plano político. Lideranças foram, tal como nos Processos de Moscou, atingidas e, se não destruídas, banidas da vida pública. Lula é o exemplo simbólico, apesar de não ter sido o único.

Ressalte-se que as delações possuem um componente distinto da confissão: além de acusar a si mesmo, o delator pode levantar acusações contra terceiro. Além disso, na forma como se constituiu no Brasil, esse mecanismo não é utilizado para investigação ou esclarecimento de um fato determinado. As delações da Lava Jato são confissões gerais sobre a vida do delator e não delações produzidas num inquérito, a partir de um dado específico sobre o qual se tinha alguma apuração. Esse modo de funcionamento levou os delatores a querer agradar às autoridades para redução de pena, sofrimento e exposição. Nesses processos, coagidos muitas vezes, relataram fatos e apresentaram provas que se mostraram falsas. Apesar das falhas, como as delações são feitas como uma confissão global de diversas condutas, na prática, a ausência de provas para determinadas acusações não invalida o “conjunto da obra” (SERRANO, 2019).

Isto sem falar em práticas ilegais que se tornaram corriqueiras no cotidiano de juízes e procuradores, como: violações ao direito de defesa, inclusive com o grampeamento de telefones de advogados de

defesa; vazamento de informações e dados sigilosos para a imprensa, com a finalidade de obter apoio da mídia e da opinião pública; combinação indevida entre investigação e julgamento, por parte de juízes e promotores; antecipação pública de júízo; condenação com base em “convicção”, sem provas.

No caso da Operação Lava Jato, observou-se o uso reiterado de práticas ilegais, por parte da Justiça Federal da 13ª vara de Curitiba, do Tribunal Federal da 4ª Região e do Ministério Público do Paraná e do Rio de Janeiro. Todas utilizadas com a conivência de instâncias judiciais superiores (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria Geral da República). Criou-se um “tribunal de exceção”, cuja atuação adquiriu um caráter notoriamente político, com grande impacto no golpe de Estado de 2016 e em sua dinâmica posterior, como demonstram as conversas entre membros da operação reveladas pela imprensa (THE INTERCEPT, 2019).

Essas modificações institucionais e práticas geraram um processo de alteração da norma jurídica no Brasil num sentido autoritário e mesmo fascista. Além de fortalecer a autonomia de agentes e instâncias judiciárias diante de outros poderes e de qualquer forma de controle democrático externo, tais modificações e práticas foram promovidas no sentido de interferir no processo político em favor das forças políticas conservadoras (direita e extrema-direita), contribuindo para o estrangulamento do espaço político das forças vinculadas ao mundo do trabalho (centro-esquerda e esquerda socialista).

O *impeachment* de Dilma Rousseff e o processo eleitoral de 2018 são demonstrações da superposição da perspectiva autoritária e fascista sobre a legalidade democrática, no sentido da criação de uma nova institucionalidade política. No caso do *impeachment*, as chamadas “pedaladas fiscais” – manobra orçamentária praticada pelos gestores governamentais – foram transformadas em crime de responsabilidade para justificar o processo de impedimento da presidente e apurar o PT do poder, sem qualquer base legal. Tal processo contou com a participação

ativa do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, o *impeachment* feriu o direito e a legalidade democrática, numa manobra golpista que reforçou a escalada autocrática em curso (LÖWY, 2016).

As eleições de 2018 foram manipuladas e fraudadas por uma série de fatores, com vistas a garantir a vitória de uma candidatura de perfil fascista, comprometida com o golpe de 2016 e com a plataforma neoliberal extremada. Primeiramente, afastou-se do processo eleitoral o candidato favorito nas pesquisas de opinião, com base num processo judicial irregular e ilegal, que levou à condenação, prisão e impugnação da candidatura (THE INTERCEPT, 2019). Durante o processo eleitoral, a candidatura Bolsonaro usou e abusou das redes sociais e da imprensa para difamar e divulgar notícias falsas sobre adversários, particularmente sobre o candidato petista, infringindo abertamente o código eleitoral. Além disso, para o financiamento dessa campanha nas redes sociais, foi mobilizado um volume enorme de recursos advindos de empresas e empresários, mas não declarados à Justiça Eleitoral, configurando uma situação típica de Caixa 2 (ALESSI; GONZÁLES, 2019). No entanto, a Justiça Eleitoral fez vistas grossas para os crimes e legitimou o processo eleitoral (FÓRUM, 2019).

Conclusão

Todas as mudanças de tipo econômico-social, político e jurídico adotadas nos últimos anos modificaram o conteúdo da institucionalidade política, favorecendo os elementos autoritários e fascistas no interior da autocracia burguesa, em detrimento dos elementos democráticos, de modo a tornar a legalidade democrática vigente restrita, amputada e esvaziada de importância decisória. Podemos dizer que vive-se no Brasil um processo de “transição política autoritária”, no interior do Estado autocrático-burguês, que já deixou para trás a “democracia de cooptação” e o “transformismo” como métodos principais de controle do conflito político, em favor de uma “democracia restrita”, com características repressivas, que reduz o espaço político dos trabalhadores e suas

organizações políticas e sociais. Além disso, tem favorecido as forças políticas de direita e extrema direita, que, além de ocupar o governo federal e a maior parte dos governos estaduais, têm ocupado espaços no âmbito da sociedade civil. No entanto, como a “crise de hegemonia” deu base à substituição da “democracia de cooptação” pela “democracia restrita”, continua e se aprofunda sob o governo Bolsonaro – pondo fim à Nova República–, a possibilidade de que a transição autoritária avance em direção à superação do que ainda resta de legalidade democrática é real, criando as condições para um nova mudança de regime: cesarista militar ou fascista.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Veja como votaram os senadores na aprovação da PEC do Teto de Gastos. *Agência Senado*, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/veja-como-votaram-os-senadores-na-aprovacao-da-pec-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 20 maio 2020.

ALESSI, G.; GONZÁLES, M. V. Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no WhatsApp, diz jornal. *El País*, São Paulo / Madri, 18 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html. Acesso em: 18 set. 2019.

ANDRETTA, F. O que é o teto de gastos, como é definido e por que causa tanta polêmica. *UOL*, São Paulo, 9 maio 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/05/teto-de-gastos-constituicao-calculo-limite-gastos-publicos.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

BARROCAL, A. Descrito em livro, golpe de Villas Bôas mostra que Bolsonaro foi feito “na marra”. *Vi o Mundo*, São Paulo, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/golpe-de-villas-boas-mostra-que-bolsonaro-foi-eleito-na-marra.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

BARROS, F. D. Entenda o que mudou com a reforma eleitoral (lei 13.165/15 de 29 de setembro de 2015). *Jus.com.br*, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/43264/entenda-o-que-mudou-com-a-reforma-eleitoral-lei13-165-15-de-19>. Acesso em: 27 set. 2019.

BITENCOURT, C. R. A teoria do domínio do fato e a autoria colateral. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 18 nov. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-nov-18/cezar-bitencourt-teoria-dominio-fato-autoria-colateral>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Garantia da Lei e da Ordem*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 20 set. 2019.

CAMARGOS, D.; FONSECA, M. Dilma esquece promessas de campanha e adota “pacote de maldades”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jan. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/01/25/interna_politica,611295/a-candidata-ver-sus-a-presidente.shtml. Acesso em: 20 set. 2019.

CAVALLINI, M. Reforma trabalhista é aprovada no Senado; confira o que muda na lei. *G1*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2019.

CONGRESSO EM FOCO. Cinco dos 14 partidos atingidos por cláusula de barreira negociam fusões. *Congresso em Foco*, Brasília, DF, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/cinco-dos-14-partidos-atingidos-por-clausula-de-barreira-negociam-fusoes/>. Acesso em: 20 set. 2019.

CORSI, F. L. A política econômica do governo Dilma. Baixo crescimento e recessão. *Revista Novos Rumos*, v. 53, p. 106-117, 2016.

DEMIER, F. Nas ruas por direitos: uma análise das jornadas de junho de 2013. *Blog Junho*, 28 jun. 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/nas-ruas-por-direitos-uma-analise-das-jornadas-de-junho-de-2013/>. Acesso em: 20 set. 2019.

ÉPOCA. Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical no 1º ano da reforma trabalhista. *Revista Época*, Rio de Janeiro, 5 mar. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/03/epoca-negocios-sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1o-ano-da-reforma-trabalhista.html>. Acesso em: 29 set. 2019.

FERNANDES, F. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FÓRUM. Denúncia sobre financiamento de fake news pró Bolsonaro no TSE segue intocada após oito meses. *Revista Fórum*, São Paulo, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/denuncia-sobre-financiamento-de-fake-news-pro-bolsonaro-no-tse-segue-intocada-apos-oito-meses/>. Acesso em: 20 set. 2019.

GARCIA, R. T. Brasil: “Massacre do Pinheirinho” causa revolta e comoção no País. *Global Voices*, Amsterdam, 24 jan. 2012. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2012/01/24/brasil-pinheirinho-massacre/>. Acesso em: 21 set. 2019.

GÓIS, F. 366 x 111: veja como cada deputado votou na PEC do teto de gastos. *Congresso Em Foco*, 10 out. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/366-x-111-veja-como-cada-deputado-votou-na-pec-do-teto-de-gastos/>. Acesso em: 20 maio 2020.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JUSBRASIL. A possibilidade de prisão em segunda instância, a decisão do STF e o caso Lula. *Jusbrasil*, 10 abr. 2018a. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/564825815/a-possibilidade-de-prisao-em-segunda-instancia-a-decisao-do-stf-e-o-caso-lula>. Acesso em: 30 set. 2019.

JUSBRASIL. Fim da ultratividade, mais um mal imposto pela reforma trabalhista. *Jusbrasil*, 23 maio 2018b. <https://olutador45.jusbrasil.com.br/noticias/581052428/fim-da-ultratividade-mais-um-mal-imposto-pela-reforma-trabalhista>. Acesso em: 21 set. 2019.

LÖWY, M. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. *Carta Maior*, 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>. Acesso em: 20 set. 2019.

MACIEL, D. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. *Cadernos Cemarx*, Campinas: UNICAMP/IFCH, n. 5, p. 195-210, 2008.

MACIEL, D. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, n. 46, p. 120-133, 2010.

MACIEL, D. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. Goiânia: Funape; São Paulo: Alameda, 2012.

MARQUES, C.; RIELLI, M. 5 anos de Junho de 2013. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/junho-de-2013-foi-um-movimento-politico-se-e-politico-tem-disputa-de-ideias/>. Acesso em: 29 set. 2019.

MARTINS, R. R. *A Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELIM, T.; MUNIZ, M. Em 2018, trabalhadores fizeram 1453 greves em todo país, aponta Dieese. *CUT*, São Paulo, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/em-2018-trabalhadores-fizeram-1-453-greves-em-todo-pais-aponta-dieese-3630>. Acesso em: 29 set. 2019.

MELITO, L. Manifestações perdem força, mas continuaram até o fim da Copa. *EBC*, Brasília, DF, 2 jan. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/esportes/copa/2014/07/manifestacoes-perderam-adesao-durante-a-copa>, Acesso em: 29 set. 2019.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, F.; QUINTINO, L. Entenda a lei da terceirização em 10 perguntas e respostas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/entenda-a-lei-da-terceirizacao-em-10-perguntas-e-respostas.shtm>. Acesso em: 22 set. 2019.

PASSARINHO, N. Confira exemplos da mudança de discurso de Dilma apontada por Lula. *GI*, Rio de Janeiro, 31 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/lula-disse-que-dilma-fez-o-que-prometeu-nao-fazer-saiba-o-que-foi.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

PENHA, D. Em um ano, reforma trabalhista aumenta informalidade e enfraquece sindicatos. *Repórter Brasil*, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/11/em-um-ano-reforma-trabalhista-aumenta-informalidade-enfraquece-sindicatos/>. Acesso em: 29 set. 2019.

PRADAL, F. F.; RESENDE, N. 2018: 50 anos entre permanências e o recrudescimento da violência de Estado. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr./jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000201122&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2019.

SAMPAIO, C. Com 200 mil manifestantes, movimentos populares comemoram êxito do “Ocupa Brasília”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 25 maio 2017. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/com-200-mil-manifestantes-movimentos-populares-comemoram-exito-do-ocupa-brasilia/](https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/com-200-mil-manifestantes-movimentos-populares-comemoram-exito-do-ocupa-brasil/). Acesso em: 24 set. 2019.

SAMPAIO, N. Saiba o que é cláusula de barreira e quais siglas devem se fundir para obter recursos. *Jornal Opção*, Goiânia, 13 jan. 2019a. <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/saiba-o-que-e-clausula-de-barreira-e-quais-siglas-devem-se-fundir-para-obter-recursos-157951/>. Acesso em: 30 set. 2019.

SAMPAIO, C. Governo Bolsonaro tem cerca de 130 militares em cargos de confiança. *Brasil de Fato*, São Paulo, 6 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/governo-bolsonaro-tem-cerca-de-130-militares-em-cargos-de-confianca/>. Acesso em: 29 set. 2019.

SANTOS, F. F. P. V.; PONZILACQUA, M. H. P. Lei Antiterrorismo no Brasil e criminalização de movimentos sociais. Seminário de Pesquisa em Direito – Faculdade de Direito de

Ribeirão Preto da USP, Ribeirão Preto, 2016. *Anais [...]*. Disponível em: <https://sites.usp.br/pesquisaemdireito-fdrp/pagina-2/anais-1a-edicao-2016/eixos-tematicos-trabalhos-publicados/direitos-humanos-e-movimentos-sociais/>. Acesso em: 30 set. 2019.

SCARSO, A. Na USP, greve estudantil seguirá em 2012. *Brasil de Fato*, São Paulo, 15 dez. 2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/8491/>. Acesso em: 29 set. 2019.

SERRANO, P. Por uma nova Lei de Delações. *Carta Capital*, São Paulo, n. 1074, p. 33, out. 2019.

THE INTERCEPT. As mensagens secretas da Lava Jato. *The Intercept*, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 29 set. 2019.

VALENTE, R.; FERNANDES, T.; BALLOUSSIER, A. V. Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml>. Acesso em: 22 set. 2019.

VIEIRA, A. Mudança na Lei Antiterrorismo opõe representantes de movimentos sociais. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/20/mudanca-na-lei-antiterrorismo-opoe-representantes-de-movimentos-sociais>. Acesso em: 27 set. 2019.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge-Zahar Editor, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Antonino Infranca

Doutor (1989) em Filosofia pela Academia Húngara de Ciências, mestre (1985) em Filosofia pela Università degli Studi di Pavia, bacharel (1980) em Filosofia pela Università degli Studi di Palermo. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia.

David Maciel

Doutor (2008) e mestre (1999) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), bacharel (1989) em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). É professor Associado III da UFG. Atua nos seguintes temas: marxismo, socialismo, revoluções, capitalismo, neoliberalismo, história política, ditadura militar, transição democrática e autocracia burguesa.

Dermeval Saviani

Doutor (1971) em Filosofia da Educação e bacharel (1966) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular, emérito e colaborador pleno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP). Atua principalmente nos seguintes temas: educação brasileira; legislação do ensino e política educacional; história da educação; história da educação brasileira; historiografia e educação; história da escola pública; pedagogia e teorias da educação.

Giovanni Fresu

Doutor (2006) em Filosofia pela Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”/Urbino. Professor Efetivo de Filosofia Política da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua principalmente nos seguintes temas: materialismo histórico; categorias políticas da filosofia liberal; pensamento político e filosófico na história do movimento operário; fascismo e pensamento autoritário.

Marcelo Lira Silva

Doutor (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Câmpus Marília), doutorado sandwich (2013) pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina), mestre (2010) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Câmpus Araraquara), bacharel e licenciado em Ciências Sociais (2007-8) e Filosofia (2012) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Câmpus Marília). Realizou estágio pós-doutoral (2015) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professor efetivo de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Câmpus Goiânia). É líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas - Ética e Política Emancipatória (NEPA-EPE/CNPq), professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação do IFG, Câmpus Goiânia. Atua nas seguintes temáticas: capitalismo tardio, dependente e associado; estado nacional e capitalismo periférico; formação social brasileira; instituições políticas brasileiras; políticas e gestão da educação profissional e tecnológica; teoria e história da educação; sociedade civil do mundo do trabalho; teoria política do socialismo; teoria da democracia.

Marcos Del Roio

Doutor (1995) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), mestre (1986) em Ciência Política pela Universidade Estadual de

Campinas (UNICAMP), especialista (1999) em Política Internacional pela Facoltà di Scienze Politiche da Università Statale di Milano, bacharel e licenciado em História (1976) e Ciências Sociais (1977) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular em Ciências Políticas da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP/Câmpus Marília). É bolsista de pesquisa 1C/CNPq, presidente da International Gramsci Society Brasil (2017-2019) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Câmpus Marília).

Pedro Henrique Evangelista Duarte

Doutor (2015) em Desenvolvimento Econômico, com ênfase em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado (2010) em Economia e bacharel (2007) em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foi professor adjunto da UFU no período de outubro de 2015 a janeiro de 2019. É professor adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG), pesquisador do International Center for Development and Decent Work (ICDD). Atua principalmente nas seguintes temáticas: desemprego estrutural; relações de trabalho; superexploração da força de trabalho; superpopulação relativa.

Tiago Camarinha Lopes

Doutor (2015) em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre (2011) em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, bacharel (2009) em Economia pela Johann Wolfgang Goethe Universität Frankfurt a.M., UNI FFM, Alemanha. Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFG, membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (2016-2018). Atua principalmente nas seguintes temáticas: economia solidária; economia política; história

do pensamento econômico; teoria do valor; teoria econômica; planejamento econômico.

Sobre o prefaciador

Anderson Deo

Doutorado (2011) e mestre (2005) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Câmpus Marília), especialista (1997) em Sociologia e História do Trabalho, bacharel e licenciado (1995) em Ciências Sociais pela Fundação Santo André. Realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política Contemporânea, na Università Degli Studi di Urbino “Carlo Bo”/Urbino. É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Câmpus Marília), líder do Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana: Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq). Atua nos seguintes temas: teoria política do socialismo; teorias da democracia; ontologia marxiana; história geral e do Brasil; estado nacional e burguesia brasileira; objetivação do capitalismo no Brasil; crítica da economia política; teoria das classes sociais; sociologia industrial e do trabalho.

CRÉDITOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Francinete Silva Júnior

Coordenadora da Editora

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Conselho Editorial

Alessandro Silva de Oliveira

Darlene Ana de Paula Vieira

Fernando Henrique Silva Carneiro

Lidiaine Maria dos Santos

Kênia Érica Gusmão Medeiros

Kalinka Martins da Silva

Maria de Jesus Gomides

Rita Rodrigues de Souza

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Projeto Gráfico

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

Diagramação e Capa

Guilherme Martes Martins

Renata Rosa Franco

Revisão

Keila Mariana Silva

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Normalização

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Conselho Científico

Adelino Cândido Pimenta (IFG)

Albertina Vicentini Assumpção (PUC/GO)

Alice Maria de Araújo Ferreira (UNB)

André Luiz Silva Pereira (IFG)

Angel José Vieira Blanco (IFG)

Antônio Borges Júnior (IFG)

Camila Silveira de Melo (IFG)

Cândido Vieira Borges Júnior (UFG)

Carlos Leão (PUC/GO)

Celso José de Moura (UFG)

Clarinda Aparecida da Silva (IFG)

Cláudia Azevedo Pereira (IFG)

Dilamar Candida Martins (UFG)

Douglas Queiroz Santos (UFU)

Glúcia Maria Cavasin (UFG)

Jullyana Borges de Freitas (IFG)

Jussanã Milograna (IFG)

Kellen Christina Malheiros Borges (IFG)

Kenia Alves Pereira Lacerda (IFG)

Liana de Lucca Jardim Borges (IFG)

Lídia Lobato Leal (IFG)

Lillian Pascoa Alves (IFG)

Manoel Napoleão Alves de Oliveira (IFG)

Marcelo Costa de Paula (IFG)

Marcelo Firmino de Oliveira (USP)

Maria Sebastiana Silva (UFG)

Marshal Gaioso Pinto (IFG)

Marta Rovey de Souza (UFG)

Mathias Roberto Loch (UEL)

Maurício José Nardini (MP/GO)

Pabline Rafaella Mello Bueno (IFG)

Paulo César da Silva Júnior (IFG)

Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor (IFG)

Paulo Rosa da Mota (IFG)

Rachel Benta Messias Bastos (IFG)

Ronney Fernandes Chagas (IFG)

Rosana Gonçalves Barros (IFG)

Simone Souza Ramalho (IFG)

Waldir Pereira Modotti (UNESP)

Walmir Barbosa (IFG)

Formato 160 x 230mm

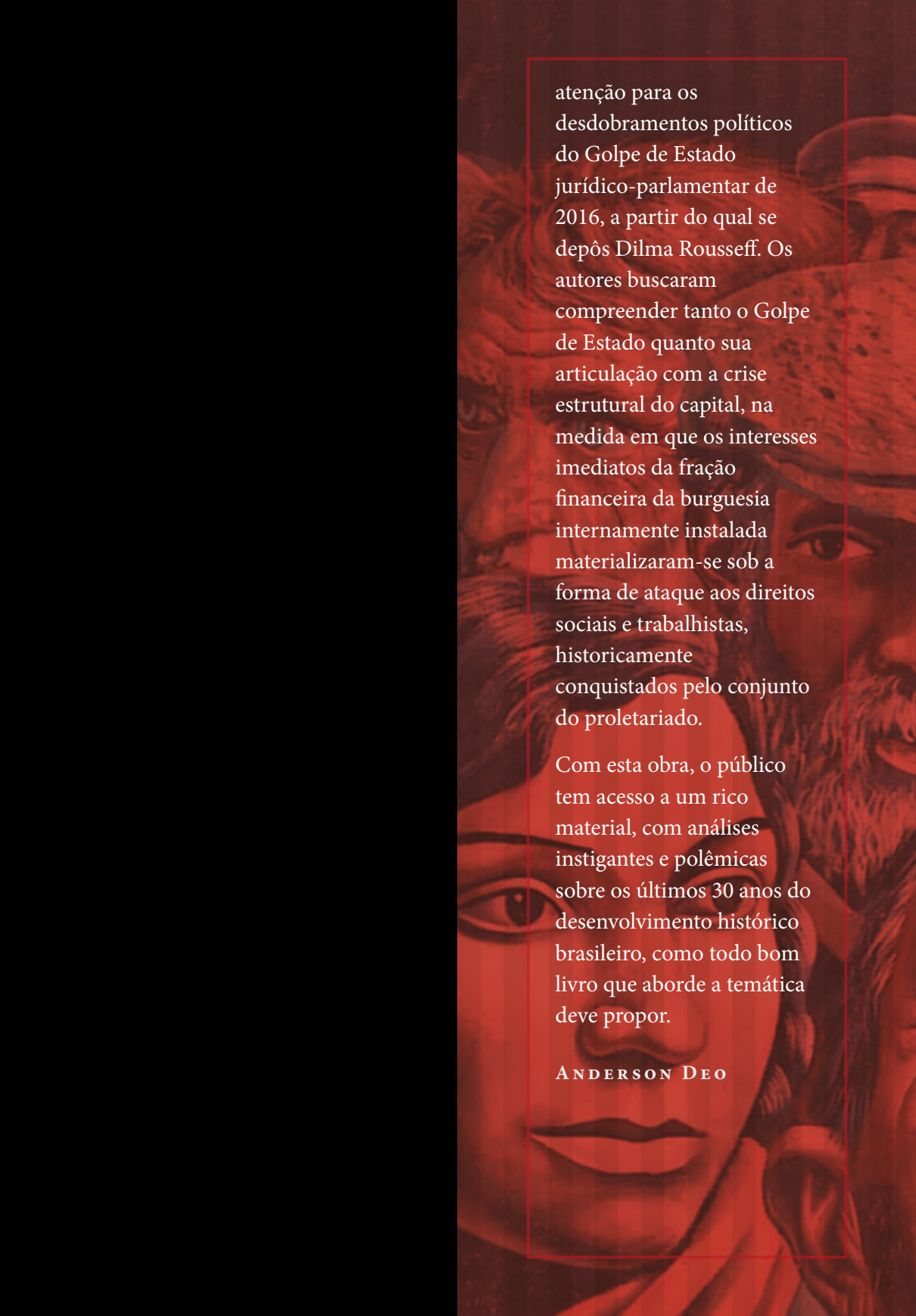
Tipografia Gotham Bold 11/14 (títulos)
Minion Pro 11/16 (texto)

Capa Manifestación
Temple sobre arpillera
Antonio Berni (1934)
Direitos autorais cedidos ao IFG
pela Fundação Berni, creditados a
@José Antonio Berni, Argentina

Papel Pólen soft 80 g/m² (miolo)
Cartão supremo 300 g/m² (capa)

Tiragem 250 exemplares

Impressão Gáfica e Editora Copiart LTDA.



atenção para os
desdobramentos políticos
do Golpe de Estado
jurídico-parlamentar de
2016, a partir do qual se
depôs Dilma Rousseff. Os
autores buscaram
compreender tanto o Golpe
de Estado quanto sua
articulação com a crise
estrutural do capital, na
medida em que os interesses
imediatos da fração
financeira da burguesia
internamente instalada
materializaram-se sob a
forma de ataque aos direitos
sociais e trabalhistas,
historicamente
conquistados pelo conjunto
do proletariado.

Com esta obra, o público
tem acesso a um rico
material, com análises
instigantes e polêmicas
sobre os últimos 30 anos do
desenvolvimento histórico
brasileiro, como todo bom
livro que aborde a temática
deve propor.

ANDERSON DEO

ÁGORA **á.**

COLEÇÃO
CIENTÍFICA

CAPITAL-IMPERIALISMO EM CRISE: VOZES DA PERIFERIA

Capital-imperialismo em crise: vozes da periferia é uma obra coletiva que representa os anseios, as tensões e as angústias de intelectuais forjados no âmbito das organizações autônomas da classe trabalhadora. Em um cenário explícito de regressão cultural, com o avanço do fascismo e da lógica do (neo)colonialismo, os autores questionam os rumos da humanidade e o papel que a classe trabalhadora pode e deve desempenhar em face do “novo” mundo aberto com o século XXI.

A obra buscou, em suas modestas possibilidades, contribuir para o processo de amplificação das vozes que ecoam dos trópicos, com sons, texturas e cores diversas – próprias de uma região continental, multiétnica e heterogênea. Trata-se de um canto de liberdade latino-americano que, em uníssono, levanta-se e se unifica, como forma de reivindicar, permanentemente, em uma luta de vida e morte, a possibilidade de construção de uma via autônoma de desenvolvimento e emancipação.

MARCELO LIRA
PROFESSOR DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

 editora ifg

 INSTITUTO FEDERAL
Goiás

 ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

